

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	9
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	10
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	21

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	23
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	24
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	25
Demonstração de Valor Adicionado	26

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	28
---	----

Notas Explicativas	47
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	122
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	124
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	125

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	163.910
Preferenciais	0
Total	163.910
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	2.114.163	1.912.511	1.568.522
1.01	Ativo Circulante	235.243	488.126	637.100
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	729	4.608	12.488
1.01.02	Aplicações Financeiras	19.958	139.313	182.422
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	19.958	139.313	182.422
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	19.958	139.313	182.422
1.01.03	Contas a Receber	24.332	82.724	108.187
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	24.332	82.724	108.187
1.01.03.02.02	Partes relacionadas	24.332	82.724	108.187
1.01.06	Tributos a Recuperar	17.245	10.891	6.725
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	17.245	10.891	6.725
1.01.07	Despesas Antecipadas	24	57	11
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	172.955	250.533	327.267
1.01.08.03	Outros	172.955	250.533	327.267
1.01.08.03.01	Adiantamentos a fornecedores	934	1.751	23
1.01.08.03.02	Outros	1.486	1.111	1.095
1.01.08.03.03	Títulos e valores mobiliários	170.535	247.671	326.149
1.02	Ativo Não Circulante	1.878.920	1.424.385	931.422
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	280.098	285.684	22.887
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	278.499	284.222	20.586
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	278.499	284.222	20.586
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.599	1.462	2.301
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	1.599	1.462	1.240
1.02.01.09.04	Outros ativos	0	0	1.061
1.02.02	Investimentos	1.514.172	1.073.477	866.693
1.02.02.01	Participações Societárias	1.508.486	1.067.791	863.348
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.408.210	981.872	819.691
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	100.276	85.918	43.656

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	0	1	1
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	5.686	5.686	3.345
1.02.03	Imobilizado	1.688	1.368	1.545
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.688	1.368	1.545
1.02.04	Intangível	82.962	63.856	40.297
1.02.04.01	Intangíveis	82.962	63.856	40.297
1.02.04.01.02	Projetos em desenvolvimento	74.488	55.338	32.024
1.02.04.01.03	Ágio na aquisição de ações	8.157	8.157	8.157
1.02.04.01.04	Outros	317	361	116

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	2.114.163	1.912.511	1.568.522
2.01	Passivo Circulante	221.691	210.332	39.263
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.302	1.127	767
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.302	1.127	767
2.01.01.02.01	Salários, férias e encargos sociais	1.302	1.127	767
2.01.02	Fornecedores	2.091	3.439	3.789
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.091	3.439	3.789
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.605	1.286	2.026
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.592	1.286	2.026
2.01.03.01.02	IRRF	75	32	35
2.01.03.01.03	PIS	270	212	335
2.01.03.01.04	COFINS	1.244	976	1.540
2.01.03.01.05	INSS	3	1	1
2.01.03.01.06	Outros	0	65	115
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	13	0	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	168.978	156.566	3.438
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	85.610	1.247	3.004
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	85.610	1.247	3.004
2.01.04.02	Debêntures	83.174	155.133	206
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	194	186	228
2.01.05	Outras Obrigações	47.715	47.914	29.243
2.01.05.02	Outros	47.715	47.914	29.243
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	47.553	47.771	29.102
2.01.05.02.04	Outras obrigações	162	143	141
2.02	Passivo Não Circulante	296.514	343.839	324.291
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	294.915	342.377	323.051
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	54.792	22.176	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	54.792	22.176	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.02.01.02	Debêntures	239.857	320.099	322.835
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	266	102	216
2.02.04	Provisões	1.599	1.462	1.240
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.599	1.462	1.240
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.599	1.462	1.240
2.03	Patrimônio Líquido	1.595.958	1.358.340	1.204.968
2.03.01	Capital Social Realizado	804.001	804.001	804.001
2.03.02	Reservas de Capital	84.946	0	0
2.03.02.07	Outras reservas	84.946	0	0
2.03.04	Reservas de Lucros	707.011	554.339	400.967
2.03.04.01	Reserva Legal	32.639	22.627	12.570
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	674.372	531.712	388.397

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	230.547	205.968	157.740
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-29.657	-22.970	-30.991
3.04.02.01	Pessoal	-9.776	-6.865	-4.746
3.04.02.02	Honorários de diretoria e conselho de administração	-6.380	-5.216	-5.023
3.04.02.03	Outras despesas administrativas	-13.501	-10.889	-21.222
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	213	18.781	105
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.684	-1.256	-10
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	262.675	211.413	188.636
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	230.547	205.968	157.740
3.06	Resultado Financeiro	-30.322	-4.825	-10.321
3.06.01	Receitas Financeiras	34.220	38.828	9.113
3.06.02	Despesas Financeiras	-64.542	-43.653	-19.434
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	200.225	201.143	147.419
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	200.225	201.143	147.419
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	200.225	201.143	147.419
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,22	1,23	0,9

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-754	28.457	-15.076
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.924	34.079	-22.835
6.01.01.01	Lucro antes do IR e CS e da participação de acionistas não controladores	200.225	201.143	147.419
6.01.01.02	Depreciação e amortização	505	407	321
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-262.675	-211.413	-188.636
6.01.01.04	Variações monetárias e cambiais líquidas	62.246	42.278	16.799
6.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado e intangível	4.623	1.664	1.262
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-5.678	-5.622	7.759
6.01.02.02	Impostos a recuperar	-5.454	-4.166	-1.760
6.01.02.03	Outros ativos circulantes e não circulantes	474	-950	5.130
6.01.02.04	Fornecedores	-1.348	-350	2.437
6.01.02.05	Salários, férias e encargos sociais	152	360	79
6.01.02.06	Contribuições e impostos a recolher	455	-518	1.974
6.01.02.07	Outros passivos circulantes e não circulantes	43	2	-101
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	408.829	201.613	-400.703
6.02.01	Aporte de capital em controladas	1.595	4.630	45.714
6.02.02	Aplicações, resgates e rendimentos de investimentos (aplicações financeiras)	196.491	121.587	-508.571
6.02.03	Dividendos e juros sobre JCP recebidos	235.297	100.850	81.233
6.02.04	Aplicações no imobilizado	-813	-181	-269
6.02.05	Aplicações no intangível	-23.741	-25.273	-18.810
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-411.954	-237.950	423.559
6.03.01	Pagamentos de dividendos	-47.771	-29.101	-82.132
6.03.02	Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	119.104	273.477	542.771
6.03.03	Amortização e pagamento de juros dos empréstimos	-217.436	-143.302	-372.716
6.03.04	Integralização de capital	0	0	400.000
6.03.05	Adiantamento para futuro aumento de capital	-265.851	-339.024	-64.364
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.879	-7.880	7.780
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.608	12.488	4.708

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	729	4.608	12.488

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.001	0	554.339	0	0	1.358.340
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.001	0	554.339	0	0	1.358.340
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	84.946	0	-47.553	0	37.393
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-47.553	0	-47.553
5.04.08	Ágio / Deságio em transações de Capital	0	84.946	0	0	0	84.946
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	200.225	0	200.225
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	200.225	0	200.225
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	152.672	-152.672	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	152.672	-152.672	0	0
5.07	Saldos Finais	804.001	84.946	707.011	0	0	1.595.958

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	804.001	0	400.967	0	0	1.204.968
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	804.001	0	400.967	0	0	1.204.968
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-47.771	0	-47.771
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-47.771	0	-47.771
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	201.143	0	201.143
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	201.143	0	201.143
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	153.372	-153.372	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	153.372	-153.372	0	0
5.07	SalDOS Finais	804.001	0	554.339	0	0	1.358.340

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	404.001	0	75.962	0	0	479.963
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	265.647	0	0	265.647
5.02.01	Ajuste da adoção das novas práticas contábeis	0	0	265.647	0	0	265.647
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	404.001	0	341.609	0	0	745.610
5.04	Transações de Capital com os Sócios	400.000	0	-58.960	-29.102	0	311.938
5.04.01	Aumentos de Capital	400.000	0	0	0	0	400.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-58.960	-29.102	0	-88.062
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	147.420	0	147.420
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	147.420	0	147.420
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	118.318	-118.318	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	118.318	-118.318	0	0
5.07	Saldos Finais	804.001	0	400.967	0	0	1.204.968

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	213	18.781	105
7.01.02	Outras Receitas	213	18.781	105
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-11.294	-9.573	-17.620
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-10.147	-8.256	-14.643
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.147	-1.317	-2.977
7.03	Valor Adicionado Bruto	-11.081	9.208	-17.515
7.04	Retenções	-505	-407	-322
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-505	-407	-322
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-11.586	8.801	-17.837
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	296.895	249.638	197.388
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	262.675	211.413	188.636
7.06.02	Receitas Financeiras	34.220	38.225	8.752
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	285.309	258.439	179.551
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	285.309	258.439	179.551
7.08.01	Pessoal	13.597	10.060	8.076
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.573	8.471	6.861
7.08.01.02	Benefícios	1.201	987	731
7.08.01.03	F.G.T.S.	823	602	484
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.854	3.611	4.471
7.08.02.01	Federais	5.794	3.571	4.408
7.08.02.02	Estaduais	26	5	42
7.08.02.03	Municipais	34	35	21
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	65.633	43.625	19.584
7.08.03.01	Juros	63.273	42.358	16.772
7.08.03.02	Aluguéis	1.091	593	510
7.08.03.03	Outras	1.269	674	2.302
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	200.225	201.143	147.420
7.08.04.02	Dividendos	47.553	47.771	29.102

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	152.672	153.372	118.318

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	6.419.825	5.744.551	5.066.283
1.01	Ativo Circulante	1.500.212	1.503.129	1.463.081
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	26.543	63.910	65.295
1.01.02	Aplicações Financeiras	152.545	194.453	200.319
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	152.545	194.453	200.319
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	152.545	194.453	200.319
1.01.03	Contas a Receber	1.042.822	902.507	818.239
1.01.03.01	Clientes	119.865	88.738	78.713
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	922.957	813.769	739.526
1.01.03.02.01	Ativo financeiro da concessão	880.725	793.249	735.562
1.01.03.02.03	Adiantamento a fornecedores	42.232	20.520	3.964
1.01.04	Estoques	21.441	17.721	17.029
1.01.06	Tributos a Recuperar	59.370	28.663	26.600
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	59.370	28.663	26.600
1.01.07	Despesas Antecipadas	941	1.960	2.803
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	196.550	293.915	332.796
1.01.08.03	Outros	196.550	293.915	332.796
1.01.08.03.01	Cauções e depósitos judiciais	302	417	107
1.01.08.03.02	Outros ativos	18.281	14.168	6.540
1.01.08.03.03	Títulos e valores mobiliários	177.967	279.330	326.149
1.02	Ativo Não Circulante	4.919.613	4.241.422	3.603.202
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.160.261	2.877.839	2.607.910
1.02.01.03	Contas a Receber	3.025.272	2.806.813	2.511.518
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.025.272	2.806.813	2.511.518
1.02.01.06	Tributos Diferidos	228	20	183
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	228	20	183
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	134.761	71.006	96.209
1.02.01.09.03	Títulos e valores mobiliários	87.762	45.703	72.325

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	6.862	8.184	12.833
1.02.01.09.05	Outros Ativos	7.967	4.076	1.740
1.02.01.09.06	Tributos a compensar longo prazo	32.170	13.043	9.311
1.02.02	Investimentos	5.756	5.686	3.345
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	5.756	5.686	3.345
1.02.03	Imobilizado	824.124	449.002	329.576
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	456.280	2.315	2.164
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	367.844	446.687	327.412
1.02.04	Intangível	929.472	908.895	662.371
1.02.04.01	Intangíveis	929.472	908.895	662.371
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	820.366	825.570	603.443
1.02.04.01.02	Desenvolvimento de Projetos	75.380	55.585	32.259
1.02.04.01.03	Ágio na Aquisição de Ações	24.557	25.267	25.977
1.02.04.01.04	Outros	9.169	2.473	692

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	6.419.825	5.744.551	5.066.283
2.01	Passivo Circulante	934.642	700.003	570.830
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.967	6.857	4.413
2.01.02	Fornecedores	57.606	51.778	23.132
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	57.606	51.778	23.132
2.01.03	Obrigações Fiscais	84.193	66.970	75.586
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	79.863	61.517	69.922
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	64.873	51.524	61.698
2.01.03.01.03	PIS	1.400	747	1.024
2.01.03.01.04	COFINS	5.418	3.742	4.196
2.01.03.01.05	INSS	2.422	2.326	698
2.01.03.01.06	Outros	5.750	3.178	2.306
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	4.330	5.453	5.664
2.01.03.02.01	ICMS	4.330	5.453	5.664
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	581.601	383.257	264.270
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	356.227	227.939	263.836
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	353.441	214.509	240.359
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.786	13.430	23.477
2.01.04.02	Debêntures	225.143	155.132	206
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	231	186	228
2.01.05	Outras Obrigações	122.816	164.350	191.914
2.01.05.02	Outros	122.816	164.350	191.914
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	78.942	127.530	165.862
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares e Setoriais	25.843	23.495	21.465
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	18.031	13.325	4.587
2.01.06	Provisões	79.459	26.791	11.515
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	48	1.452	1.672
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	0	673	673

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	34	184	416
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	14	13	0
2.01.06.01.05	Fundiárias	0	582	583
2.01.06.02	Outras Provisões	79.411	25.339	9.843
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	10.072	25.339	9.843
2.01.06.02.04	Provisões para constituição de ativos	69.339	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	2.552.580	2.353.215	2.150.173
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.253.323	2.128.197	1.972.720
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.393.759	1.807.996	1.649.669
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.381.076	1.751.433	1.577.340
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	12.683	56.563	72.329
2.02.01.02	Debêntures	859.298	320.099	322.835
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	266	102	216
2.02.02	Outras Obrigações	86.687	34.948	13.769
2.02.02.02	Outros	86.687	34.948	13.769
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	16.575	24.399	8.000
2.02.02.02.03	Adiantamentos de Clientes	18.271	3.752	2.648
2.02.02.02.04	Outras obrigações	51.841	6.797	3.121
2.02.03	Tributos Diferidos	206.653	187.153	160.421
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	206.653	187.153	160.421
2.02.04	Provisões	5.917	2.917	3.263
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.917	2.917	3.263
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	3.057	1.462	1.856
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	799	0	0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	24	0	0
2.02.04.01.05	Provisões Fundiárias	2.037	1.455	1.407
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.932.603	2.691.333	2.345.280
2.03.01	Capital Social Realizado	804.001	804.001	804.001

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.03.02	Reservas de Capital	84.946	0	0
2.03.04	Reservas de Lucros	707.011	554.339	400.967
2.03.04.01	Reserva Legal	32.638	22.627	12.570
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	674.373	531.712	388.397
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.336.645	1.332.993	1.140.312

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.224.503	1.327.336	1.200.604
3.01.01	Sistemas de transmissão de energia	1.127.735	1.083.575	979.205
3.01.02	Sistemas de geração de energia	173.317	306.080	276.296
3.01.03	Deduções da receita bruta	-76.549	-62.319	-54.897
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-389.662	-619.132	-538.404
3.02.01	Custos dos serviços prestados	-65.121	-58.242	-49.942
3.02.02	Energia compra para revenda	-46.371	-60.456	0
3.02.03	Custo da infraestrutura	-248.784	-496.396	-488.455
3.02.04	Depreciação	-29.386	-4.038	-7
3.03	Resultado Bruto	834.841	708.204	662.200
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-102.194	-37.444	-45.800
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-86.148	-56.378	-53.935
3.04.02.01	Pessoal	-28.650	-19.154	-12.398
3.04.02.02	Honorários da diretoria e conselho de administração	-12.406	-10.251	-9.249
3.04.02.03	outras despesas gerais e administrativas	-45.092	-26.973	-32.288
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	264	20.197	8.156
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-16.310	-1.263	-21
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	732.647	670.760	616.400
3.06	Resultado Financeiro	-199.623	-133.228	-121.373
3.06.01	Receitas Financeiras	57.694	55.497	24.995
3.06.02	Despesas Financeiras	-257.317	-188.725	-146.368
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	533.024	537.532	495.027
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-86.067	-89.058	-76.487
3.08.01	Corrente	-66.587	-61.756	-56.355
3.08.02	Diferido	-19.480	-27.302	-20.132
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	446.957	448.474	418.540
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	446.957	448.474	418.540
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	200.225	201.143	147.419

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	246.732	247.331	271.121

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	539.246	313.004	272.486
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	904.330	721.247	605.479
6.01.01.01	Lucro antes do IR e CS e da participação de acionistas não controladores	779.756	784.863	766.148
6.01.01.02	Variações Monetária e Cambiais Líquidas	271.381	175.892	108.233
6.01.01.03	Baixa Ativo Imobilizado e Intangível	69.820	3.783	2.212
6.01.01.04	Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores	-246.732	-247.331	-271.121
6.01.01.05	Depreciação e amortização	30.105	4.040	7
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-365.084	-408.243	-332.993
6.01.02.01	Contas a receber concessionaria e permissionária	-23.550	-10.025	-5.217
6.01.02.02	Ativo financeiro da concessão	-296.967	-352.983	-275.580
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-29.734	-5.632	-11.140
6.01.02.04	Estoques	-3.636	-692	-2.860
6.01.02.05	Outros ativos circulantes e não circulantes	-90.631	-30.060	-7.052
6.01.02.08	Fornecedores	5.363	28.646	-11.821
6.01.02.09	Taxas regulamentares e setoriais	7.988	2.030	6.418
6.01.02.10	Salários, férias e encargos sociais	1.392	2.444	1.006
6.01.02.11	Contribuições e impostos a pagar	-87.953	-118.475	-36.324
6.01.02.12	Imposto diferido	19.339	27.302	15.885
6.01.02.13	Provisões de constituição de ativos	324	0	0
6.01.02.14	Outros passivos circulantes e não circulantes	132.981	49.202	-6.308
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-346.150	-293.002	-925.135
6.02.01	Aporte de capital em controladas	9.980	-2.341	139.271
6.02.02	Aplicações, resgates e rendimentos de investimentos (aplicações financeiras)	139.192	83.822	-526.468
6.02.03	Aplicações no Imobilizado	-409.656	-127.249	-242.382
6.02.04	Aplicações no Intangível	-85.666	-247.234	-295.556
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-230.463	-21.387	603.511
6.03.01	Integralização de Capital	0	0	400.000
6.03.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	3.970	16.399	8.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.03.03	Pagamento de Dividendos e JCP	-281.522	-140.580	-170.267
6.03.04	Empréstimos Tomados Arrendamento Mercantil	1.207.301	681.411	1.133.731
6.03.05	Amortização e Pagamento de Juros s/Emprestimos	-1.160.212	-578.617	-767.953
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-37.367	-1.385	-49.138
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	63.910	65.295	114.433
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	26.543	63.910	65.295

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	804.001	0	554.339	0	0	1.358.340	1.332.993	2.691.333
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.001	0	554.339	0	0	1.358.340	1.332.993	2.691.333
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	84.946	0	-47.553	0	37.393	-159.676	-122.283
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-47.553	0	-47.553	-159.676	-207.229
5.04.08	Ágio / Deságio em transações de capital	0	84.946	0	0	0	84.946	0	84.946
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	200.225	0	200.225	163.328	363.553
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	200.225	0	200.225	246.732	446.957
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	0	-83.404	-83.404
5.05.02.06	Variação na participação de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-83.404	-83.404
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	152.672	-152.672	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	152.672	-152.672	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	804.001	84.946	707.011	0	0	1.595.958	1.336.645	2.932.603

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	804.001	0	400.967	0	0	1.204.968	1.140.312	2.345.280
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.001	0	400.967	0	0	1.204.968	1.140.312	2.345.280
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-47.771	0	-47.771	-54.650	-102.421
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-47.771	0	-47.771	-54.650	-102.421
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	201.143	0	201.143	247.331	448.474
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	201.143	0	201.143	247.331	448.474
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	153.372	-153.372	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	153.372	-153.372	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	804.001	0	554.339	0	0	1.358.340	1.332.993	2.691.333

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

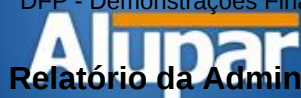
Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	404.001	0	341.609	0	0	745.610	928.550	1.674.160
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	404.001	0	341.609	0	0	745.610	928.550	1.674.160
5.04	Transações de Capital com os Sócios	400.000	0	-58.960	-29.102	0	311.938	-59.359	252.579
5.04.01	Aumentos de Capital	400.000	0	0	0	0	400.000	0	400.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-58.960	-29.102	0	-88.062	-59.359	-147.421
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	147.420	0	147.420	271.121	418.541
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	147.420	0	147.420	271.121	418.541
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	118.318	-118.318	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	118.318	-118.318	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	804.001	0	400.967	0	0	1.204.968	1.140.312	2.345.280

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	1.301.298	1.409.853	1.256.950
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.052.751	893.261	767.047
7.01.02	Outras Receitas	246	20.197	1.449
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	248.301	496.395	488.454
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-381.574	-619.543	-549.739
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-121.424	-112.099	-51.058
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.366	-11.049	-10.227
7.02.04	Outros	-248.784	-496.395	-488.454
7.02.04.01	Custos de Infraestrutura	-248.784	-496.395	-488.454
7.03	Valor Adicionado Bruto	919.724	790.310	707.211
7.04	Retenções	-29.891	-5.003	-7
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-29.891	-5.003	-7
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	889.833	785.307	707.204
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	60.685	55.497	24.995
7.06.02	Receitas Financeiras	60.685	55.497	24.995
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	950.518	840.804	732.199
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	950.518	840.804	732.199
7.08.01	Pessoal	47.085	35.460	26.532
7.08.01.01	Remuneração Direta	38.424	28.716	21.998
7.08.01.02	Benefícios	6.078	4.923	3.253
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.583	1.821	1.281
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	192.471	164.604	136.889
7.08.02.01	Federais	190.138	162.438	136.777
7.08.02.02	Estaduais	2.252	2.097	55
7.08.02.03	Municipais	81	69	57
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	264.005	192.266	150.237
7.08.03.01	Juros	234.204	164.994	110.959
7.08.03.02	Aluguéis	6.667	4.178	3.869

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.08.03.03	Outras	23.134	23.094	35.409
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	446.957	448.474	418.541
7.08.04.02	Dividendos	47.553	47.771	29.102
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	152.672	153.372	118.318
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	246.732	247.331	271.121



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Aos Acionistas

A Administração da Alupar Investimento S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, acompanhada do parecer dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está a disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

1. Cenário Macroeconômico

O ano de 2011 foi marcado pela instabilidade na economia mundial, diante da crise financeira da Zona do Euro, com o aumento da desconfiança em relação à situação fiscal dos países da União Européia e da saúde financeira dos principais bancos da Europa, somado ao rebaixamento nas expectativas de crescimento global e da pressão sobre a recuperação dos EUA. Tais fatos desencadearam diversas ações negativas (rebaixamentos) sobre os ratings dos países e bancos daquela região, gerando mais instabilidade no segundo semestre de 2011.

Apesar deste cenário no mercado internacional ter exercido influência na redução da taxa de crescimento do Brasil (PIB cresceu 7,5% em 2010 e estima-se pouco abaixo de 3% em 2011), foi possível que o Comitê de Política Monetária (Copom) reduzisse a taxa Selic ao longo do 2º semestre de 2011, atingindo 12,5% em Julho de 2011 e fechando o ano de 2011 em 11,00%. O Conselho Monetário Nacional manteve a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) em 6,00% a.a.

O Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) encerrou 2011 em 5,09%, 6,23% abaixo dos 11,32% registrados em 2010.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2011 em 6,50%, 0,60% acima dos 5,90% registrados em 2010.

2. Sobre a Alupar

A Alupar Investimento S.A. é uma holding com atuação preponderante no segmento de transmissão e geração de energia elétrica, tendo como objetivo desenvolver e investir em projetos de infraestrutura relacionados ao setor de energia no Brasil e em países da América Latina. Adicionalmente, no segmento de transmissão de energia elétrica no Brasil, a Alupar é a quarta maior Companhia em termos de Receita Anual Permitida (RAP), sendo a maior de controle Nacional Privado.

A expansão da Companhia é calcada em uma grande competência técnica, além de uma forte disciplina financeira, tanto do ponto de vista de qualidade de crédito da Companhia (ratings Aa2.br pela Moody's Investor Services e AA (bra) pela Fitch Ratings), bem como uma profunda filosofia de geração de valor para o acionista. E, seguindo com esses mesmos pilares, para continuar com o seu crescimento sustentável, a Alupar conta hoje com quatro vetores:

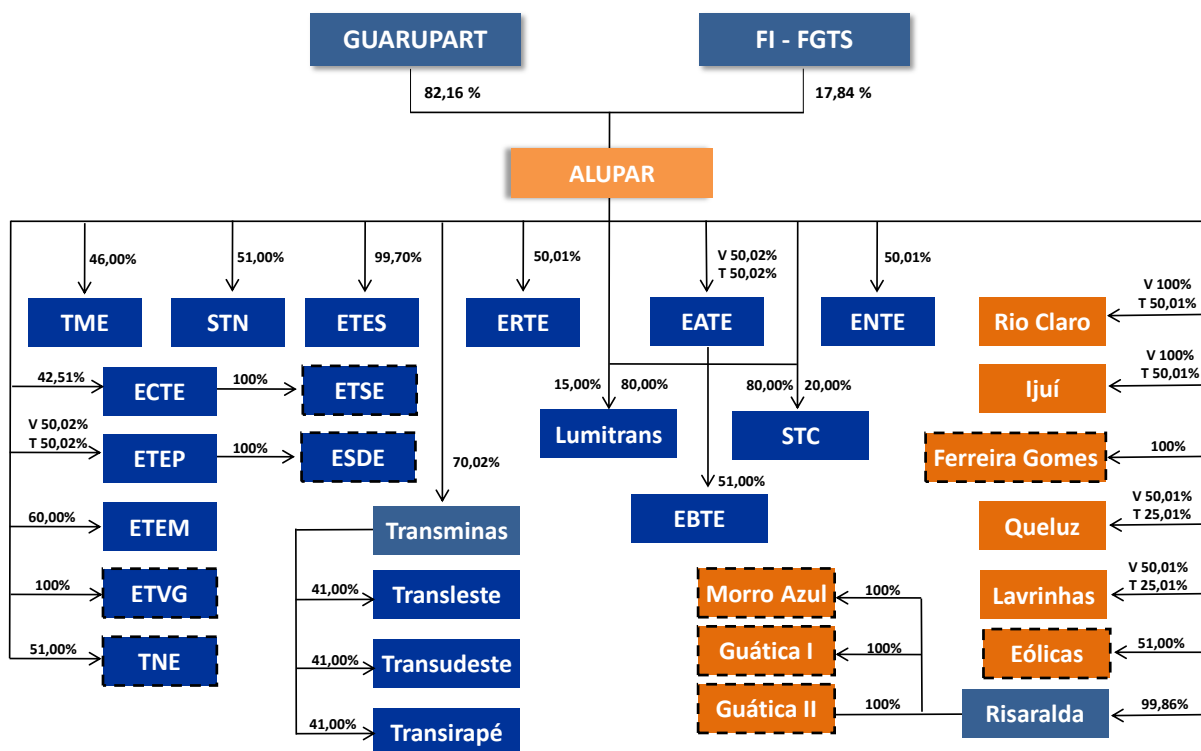
- Desenvolvimento de projetos próprios de geração de energia, como PCHs e Eólicas;
- Participação em leilões de UHEs;
- Participação em leilões para os ativos de transmissão; e
- Desenvolvimento de projetos de geração e participação de licitações de transmissão em países da América Latina.

3. Governança Corporativa

A Alupar pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa, seguindo as práticas utilizadas pelas companhias listadas no segmento de governança Nível 2 da BM&F BOVESPA, e algumas práticas de Novo Mercado, tais como:

- Contratação de auditores independentes para análise de balanços e demonstrativos financeiros, sendo contratados somente para este fim;
- Tag along de 100% para detentores de ações PN;
- Conselho de Administração contendo 20% de Conselheiros Independentes;
- Existência de Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração e de Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas;
- Inexistência no Estatuto Social de mecanismos de proteção à tomada de controle (poison pill);
- Previsão no Estatuto Social de instalação de Conselho Fiscal;
- Resolução de conflitos que possam surgir entre a Companhia, seus acionistas, seus administradores e membros do Conselho Fiscal por meio de arbitragem.

4. Composição Acionária



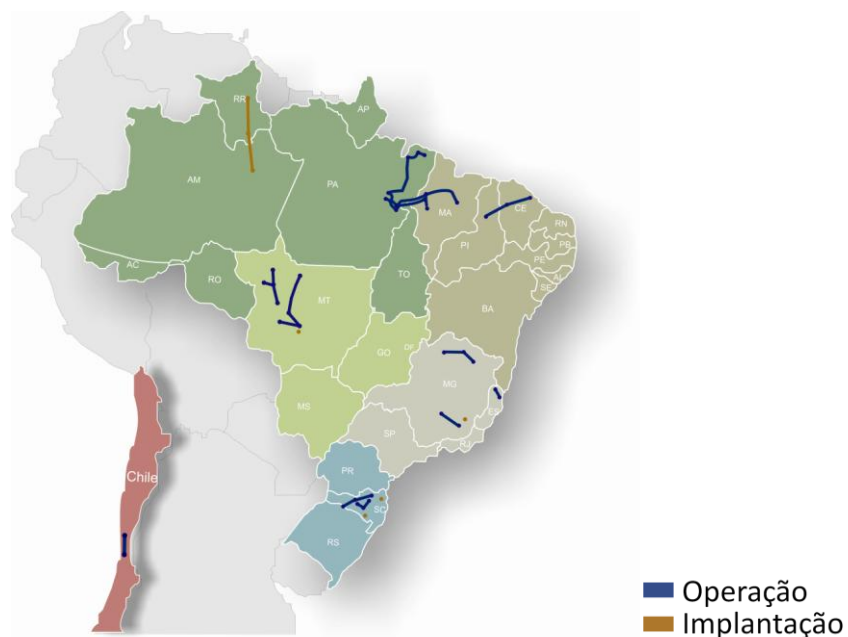
5. Transmissão

A Alupar possui a concessão de 19 sistemas de transmissão, totalizando 5.465 km de linhas de transmissão no Brasil, por meio de concessões com prazo de 30 anos, localizados nas regiões Norte (Amazonas, Roraima e Pará), Nordeste (Maranhão, Piauí e Ceará), Sul (Santa Catarina), Sudeste (Minas Gerais) e Centro-Oeste (Mato Grosso).

A Alupar acredita estar bem posicionada para atuar nos demais países da América Latina. O foco da Companhia é estar nos países da região que demonstrem estabilidade regulatória e jurídica, com baixo risco-país e baixo risco institucional, entre os quais podemos destacar Chile, Peru e Colômbia. Ao longo do ano de 2012, por meio de um acordo válido desde 2007 com a Guarupart, a Alupar deterá o controle de uma empresa de transmissão localizada no Chile (Transchile), tendo em vista que em 2005 (antes da criação da Alupar) a Guarupart - controladora da Alupar - foi pioneira no setor elétrico brasileiro ao vencer a licitação para construir e operar a linha de 200 Km Temuco-Charrua da Transchile.

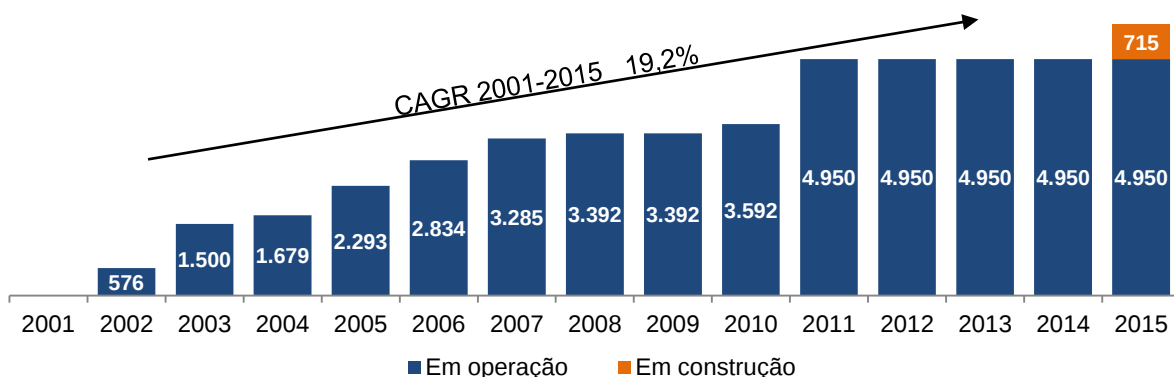
Ao longo do ano de 2011, a Alupar arrematou dois lotes em leilões de transmissão, sendo o primeiro deles no leilão 004/2011 para construção de uma linha de transmissão de 715 km de extensão nos estados do Amazonas e Roraima; e o segundo lote no leilão 006/2011, através de sua controlada ECTE, para construção de duas subestações no estado de Santa Catarina.

Abaixo, segue mapa com a disposição geográfica dos sistemas de transmissão da Alupar.



A Alupar vem crescendo e consolidando cada vez mais sua posição no setor. Com uma política de crescimento consistente e com alta eficiência operacional, a Companhia consegue implantar novas transmissoras com grande eficiência.

Segue abaixo um gráfico evidenciando o CAGR da extensão de linhas de transmissão de energia das transmissoras da Alupar.

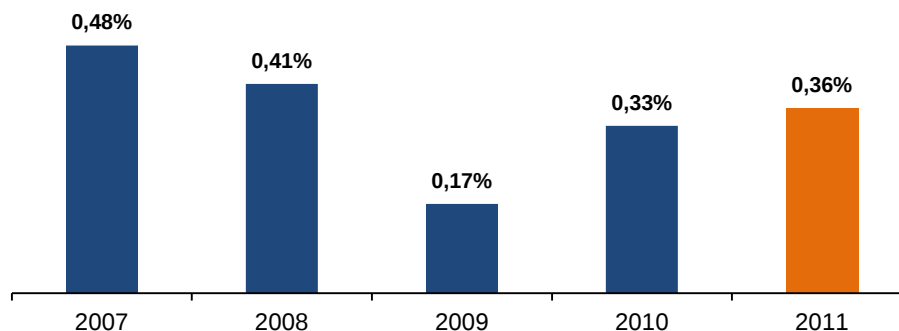


*Considerando a Transchile

Nos últimos anos, suas linhas de transmissão registraram baixos índices de interrupção de energia em relação à média da indústria. De acordo com dados da ONS, a média de interrupção de nossos ativos de transmissão de energia foi de 0,36% considerando os 12 meses de 2011 e de 0,37% entre 01 de Janeiro de 2003 e 31 de Dezembro de 2011, comparado a uma média do segmento de transmissão de 0,66% no mesmo período, o que comprova nossa competência técnica e operacional para desenvolver e operar sistemas de transmissão.

O gráfico que segue é um indicador de porcentagem de desconto na RAP pelas interrupções nos ativos de transmissão, e nos mostra que na comparação do ano de 2011 para o ano de 2010, houve uma elevação de 0,03% para 0,36% de desconto na RAP.

Impacto do PV na RAP



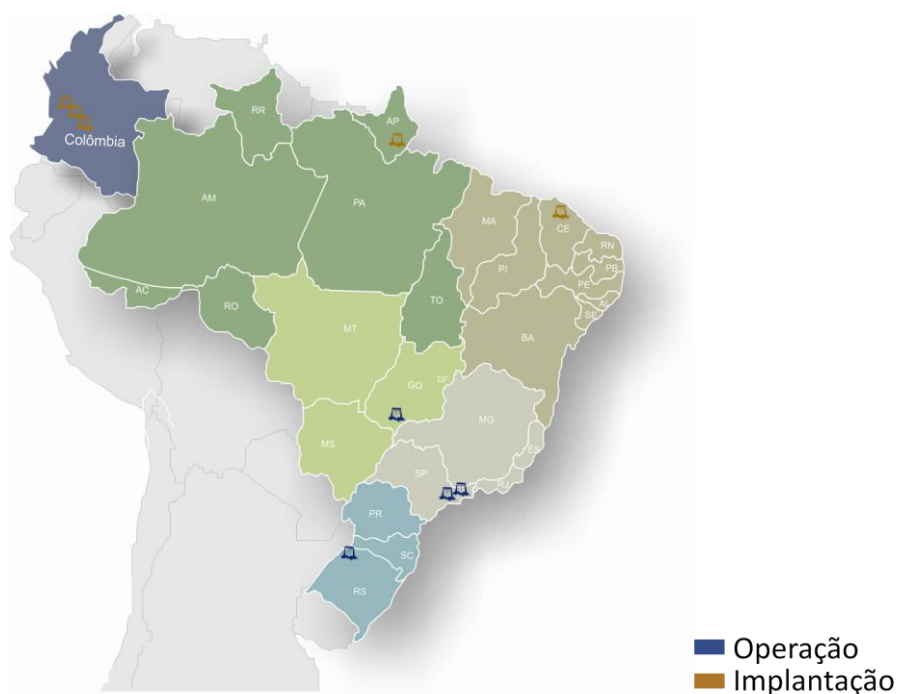
6. Geração

Nos anos de 2005 e 2006, a Alupar entrou no segmento de geração de energia elétrica quando foi vencedora em licitações de duas Usinas Hidrelétricas (UHEs Foz do Rio Claro e Ijuí) totalizando 119,4 MW de capacidade instalada, seguido da aquisição dos direitos de implantação de mais duas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs Queluz e Lavrinhas), cada uma com 30 MW no estado de São Paulo. Em 2010, a Companhia foi vencedora no leilão 003/2010 realizado pela ANEEL, cujo objeto foi a concessão da usina Ferreira Gomes localizada no estado do Amapá, com capacidade instalada de 252 MW. Em 2011, a Companhia adquiriu autorização para implantação das PCHs Guática I, Guática II e Morro Azul, na Colômbia, totalizando 28,0 MW. Já ao final de 2011, a Alupar contratou no leilão de geração 07/2011 realizado pela ANEEL, 204,4 MW de potência instalada de um complexo de 10 parques eólicos, no estado do Ceará, para entrega a partir de janeiro de 2016.

Segue abaixo relação dos parques eólicos:

Parque	Capacidade Instalada	Parque	Capacidade Instalada
1 - Goiabeira	19,2 MW	6 - Jandaia I	19,2 MW
2 - Ventos de Horizonte	14,4 MW	7 - Nossa Senhora de Fátima	28,8 MW
3 - Jandaia	28,8 MW	8 - Pitombeira	27,0 MW
4 - São Januário	19,2 MW	9 - Santa Catarina	16,0 MW
5 - Ubatuba	12,6 MW	10 - São Clemente	19,2 MW

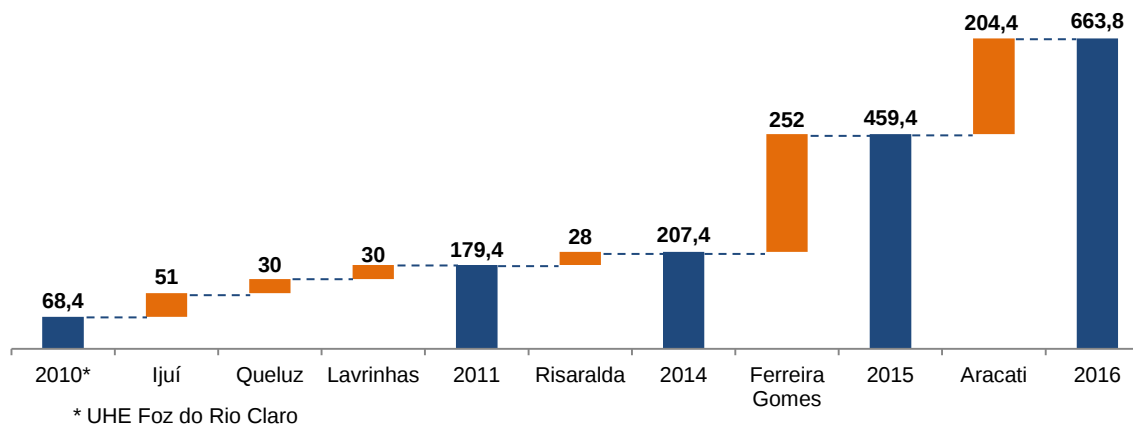
Segue mapa com a disposição geográfica das geradoras da Alupar.



O volume de energia vendida em 2011 alcançou 976,32 GWh, resultado da produção de energia das UHEs Foz do Rio Claro e Ijuí e da entrada em operação das PCHs Queluz e Lavrinhas.

O gráfico a seguir apresenta a expansão da capacidade de geração até 2016.

Expansão da Capacidade de Geração (MW)



7. Gestão de Pessoas

Nossos colaboradores são considerados parceiros estratégicos na superação das metas definidas pela Alupar, e nosso principal desafio é a manutenção deste importante capital - o ser humano.

A Alupar é uma empresa que está permanentemente preocupada com o bem estar de seus colaboradores e por este motivo desenvolveu uma Política de Benefícios que se insere na Gestão Integrada de Recursos Humanos, tendo uma abordagem que agregue valor ao negócio da empresa.

Esta Política visa promover o reconhecimento e integração entre os colaboradores, objetivando o crescimento e a valorização do capital humano da empresa.

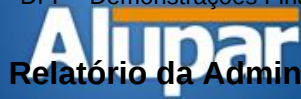
Para cumprir seus objetivos a área de RH dirige seus esforços:

- No desenvolvimento e retenção de pessoas chave;
- Na preparação dos Gestores para a Gestão de pessoas;
- Na Gestão do Clima e estabelecimento de planos de monitoramento de projetos de melhoria do clima.

8. Responsabilidade sócio-ambiental

A Alupar tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, esta engajada no desenvolvimento de projetos sociais que levam melhorias significativas às vidas dos membros das comunidades onde atua: tais como centros voltados à criação artística, incentivo cultural e desenvolvimento social.

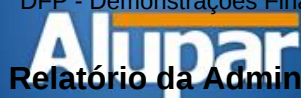
Nesse sentido, visando minimizar e acompanhar as interferências que seus empreendimentos podem gerar na vida dos membros das comunidades onde está inserida, a Companhia desenvolve ações educativas e informativas, abrangendo tanto questões de saúde pública quanto questões ambientais.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Balanco Social
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

		Consolidado							
		31/12/2011			31/12/2010				
Base de cálculo									
Receita líquida (RL)	1.224.503				1.327.336				
Lucro operacional (LO)	834.841				708.204				
Folha de pagamento bruta (FPB)	48.967				29.939				
Valor adicionado total (VAT)	950.518				840.804				
		% sobre			% sobre				
		FPB	RL	VAT	FPB RL VAT				
Indicadores sociais internos									
Encargos sociais compulsórios	14.716	30,05%	1,20%	1,55%	9.443	31,54%	0,71%	1,12%	
Assistência Médica e Vale Transporte	2.345	4,79%	0,19%	0,25%	1.946	6,50%	0,15%	0,23%	
Previdência Privada	1.357	2,77%	0,11%	0,14%	1.038	3,47%	0,08%	0,12%	
Educação	366	0,75%	0,03%	0,04%	243	0,81%	0,02%	0,03%	
Auxilio alimentação	1.609	3,29%	0,13%	0,17%	1.098	3,67%	0,08%	0,13%	
Outros	1.241	2,53%	0,10%	0,13%	277	0,93%	0,02%	0,03%	
Total		21.634	44,18%	1,77%	2,28%	14.045	46,91%	1,06%	1,67%
		% sobre			% sobre				
		LO	RL	VAT	LO RL VAT				
Indicadores sociais externos (1)									
Doações e contribuições	427	0,05%	0,03%	0,04%	880	0,12%	0,07%	0,10%	
Projetos de incentivo à cultura	3.111	0,37%	0,25%	0,33%	2.799	0,40%	0,21%	0,33%	
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	9.368	1,12%	0,77%	0,99%	6.158	0,87%	0,46%	0,73%	
Tributos excluídos encargos sociais	127.250	15,24%	10,39%	13,39%	33.087	4,67%	2,49%	3,94%	
		140.156	16,79%	11,45%	14,75%	42.924	6,06%	3,23%	5,11%
		% sobre			% sobre				
		LO	RL	VAT	LO RL VAT				
Indicadores ambientais (1)									
Investimentos relacionados à atividade da empresa									
Projetos de preservação ambiental	6.990	0,84%	0,57%	0,74%	2.046	0,29%	0,15%	0,24%	
Projetos de educação ambiental em comunidades	189	0,02%	0,02%	0,02%	331	0,05%	0,02%	0,04%	
Licenças ambientais	6.984	0,84%	0,57%	0,73%	277	0,04%	0,02%	0,03%	
Desapropriações de terras	-	0,00%	0,00%	0,00%	490	0,07%	0,04%	0,06%	
Manejo de vegetação	2.368	0,28%	0,19%	0,25%	2.029	0,29%	0,15%	0,24%	
		16.531	1,98%	1,35%	1,74%	5.173	0,73%	0,39%	0,62%
Indicadores do corpo funcional (1)									
Empregados no final do período	502				367				
Escolaridade dos empregados									
Superior e extensão universitária	345				250				
2º Grau	156				117				
Faixa etária dos empregados									
Abaixo de 30 anos	148				99				
De 30 até 45 anos	168				159				
Acima de 45 anos	186				104				
Admissões durante o ano	127				103				
Mulheres que trabalham na empresa	124				104				
Negros que trabalham na empresa	11				13				
Portadores de deficiências físicas	-				-				
Estagiários	11				6				
Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial (1)									
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	15,65				9,76				
Acidentes de trabalho	1				1				



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

9. Desempenho Operacional

9.1. Principais Destaques

- Receita Bruta Ajustada atinge R\$ 1.052,8 milhões em razão da entrada em operação das usinas Foz do Rio Claro, Ijuí, Queluz e Lavrinhas, e das transmissoras EBTE, TME e ETEM, que elevaram a receita de suprimento de energia em 102,6% e de remuneração do ativo de concessão em 8,5%;
- EBITDA atinge R\$ 762,5 milhões devido à queda nos custos operacionais, principalmente nos custos de energia comprada para revenda e custo de infraestrutura;
- Investimentos em 2011 somam R\$ 681,7 milhões em grande parte decorrente dos projetos em implantação, sendo R\$ 401,9 milhões no segmento de geração e R\$ 247,9 milhões no segmento de transmissão;
- Transmissora TME entra em operação comercial dentro do cronograma da ANEEL e a Transmissora ETEM entra em operação comercial 3 meses antes do prazo estabelecido pela ANEEL;
- Crescimento através da participação nos leilões de transmissão e geração e aquisições: (I) Vencedora, através do Consórcio Boa Vista, do lote A do leilão 004/2011 para construção de uma linha de transmissão de 715 km no Norte do país em setembro de 2011; (II) Vencedora, através da subsidiária ECTE, do lote D do leilão 006/2011 para construção de duas subestações em Santa Catarina em dezembro de 2011; (III) Vendedora, através de um consórcio com Furnas, de 204,4 MW de energia eólica em dezembro de 2011; (IV) Aquisição de participação em 3 PCHs na Colômbia através da Risaralda Energia em outubro de 2011;
- Quitação da 1ª Emissão de Debêntures da Companhia em 2011.
- Aumento de participação em 2011 nas empresas EATE (38,01% em 2010 - 50,02% em 2011) e ECTE (40,01% em 2010 - 42,51% em 2011). O valor total gasto para aquisição das participações foi de R\$ 9,8 milhões.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DESTAQUES FINANCEIROS (R\$ MM)					
	2009	2010	Var. 2010/2009	2011	Var. 2011/2010
Receita Bruta Ajustada ¹	767,0	893,3	16,5%	1.052,8	17,9%
EBITDA	616,4	674,8	9,5%	762,5	13,0%
Margem EBITDA Ajustada ²	86,6%	81,2%	-5,4% p.p.	78,1%	-3,1% p.p.
Lucro Líquido	147,4	201,1	36,4%	200,2	-0,5%
Investimentos	749,6	648,9	-13,4%	681,7	5,1%
Dívida Líquida	1.643,8	1.973,8	20,1%	2.477,9	25,5%
DESTAQUES OPERACIONAIS					
	2009	2010	Var. 2010/2009	2011	Var. 2011/2010
Km de Linhas de Transmissão em Operação	3.392,0	3.392,0	0,0%	4.750,0	40,0%
Km de Linhas de Transmissão em Implantação	1.358,0	1.358,0	0,0%	715,0	-47,3%
<i>Total de Linhas de Transmissão</i>	<i>4.750,0</i>	<i>4.750,0</i>	<i>0,0%</i>	<i>5.465,0</i>	<i>15,1%</i>
Número de Subestações em Operação (Próprias)	5,0	5,0	0,0%	8,0	60,0%
Número de Subestações em Implantação (Próprias)	4,0	5,0	25,0%	5,0	0,0%
<i>Total de Subestações (Próprias)</i>	<i>9,0</i>	<i>10,0</i>	<i>11,1%</i>	<i>13,0</i>	<i>30,0%</i>
Capacidade Instalada de Geração em Operação	0,0	68,4	0,0%	179,4	162,3%
Capacidade Instalada de Geração em Implantação	179,4	363,0	102,3%	484,4	33,4%
<i>Total de Capacidade Instalada de Geração</i>	<i>179,4</i>	<i>431,4</i>	<i>140,5%</i>	<i>663,8</i>	<i>53,9%</i>

¹ Receita Bruta com a exclusão dos efeitos da Receita de Infraestrutura. De acordo com as normas do IFRS, os investimentos (Capex) das empresas de transmissão e das geradoras Foz do Rio Claro e Ijuí devem ser classificadas como receita; no nosso caso, Receita de Infraestrutura. Contudo, por se tratar de investimento e por não ter nenhum efeito no resultado da Companhia (o mesmo valor da receita é excluído no Custo de Infraestrutura), por razões analíticas, estamos desconsiderando este efeito nas receitas da Companhia.

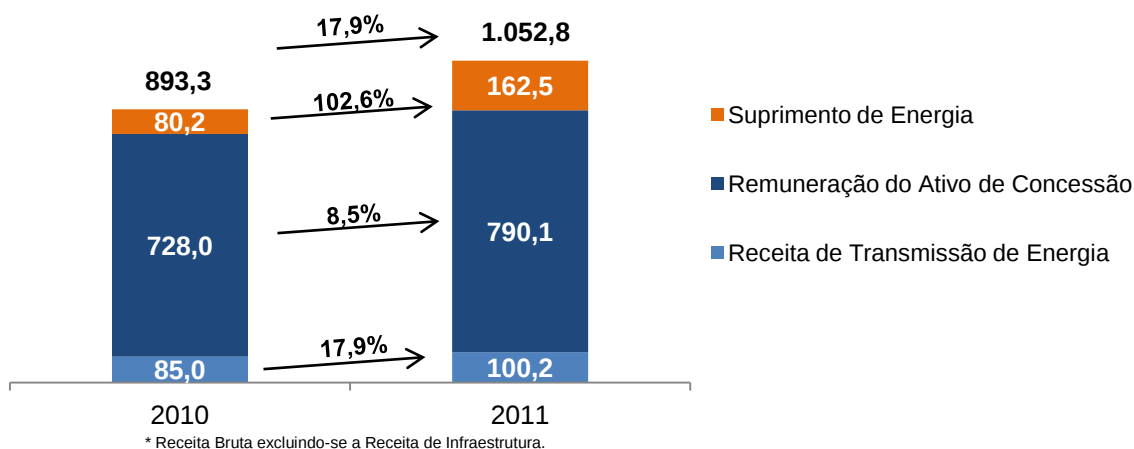
² Margem EBITDA considerando a receita líquida com a exclusão da Receita de Infraestrutura, conforme descrito na nota "1" acima.

9.2. Receita Operacional

A Alupar e suas controladas auferiram Receita Bruta de R\$ 1.301,1 milhões em 2011, 6,4% inferior aos R\$ 1.389,7 milhões registrados em 2010. Contudo essa redução de receita se deve unicamente pelo fato de que, de acordo com as normas do IFRS, todo volume de investimentos (Capex) efetuados pelas nossas empresas de transmissão e pelas geradoras Foz do Rio Claro e Ijuí são contabilizados como receita. Contudo, por se tratar de investimentos e não ter nenhum efeito no resultado da Companhia (o mesmo valor da receita é excluído no Custo dos serviços Prestados), por razões analíticas, ao desconsiderar esse efeito nas receitas da Companhia, verificamos que a Receita Bruta Ajustada da Alupar na verdade cresceu em 17,9% entre 2010 e 2011, conforme detalhado abaixo:

Receita Bruta (R\$ MM)	2010	2011	Var. %
Receita de Transmissão de Energia	85,0	100,2	17,9%
Receita de Infraestrutura	496,4	248,3	(50,0%)
Remuneração do Ativo de Concessão	728,0	790,1	8,5%
Suprimento de Energia	80,2	162,5	102,6%
Receita Bruta - IFRS	1.389,7	1.301,1	(6,4)
Exclusão da Receita de Infraestrutura	(496,4)	(248,3)	(50,0%)
Receita Bruta Ajustada	893,3	1.052,8	17,9%

* Receita Bruta Ajustada (R\$ milhões)



A variação negativa de R\$ 88,6 milhões ocorrida na Receita Bruta (IFRS) em 2011 é explicada:

- Pela redução de R\$ 248,1 milhões na Receita de Infraestrutura, que atingiu R\$ 248,3 milhões em 2011, ante R\$ 496,4 milhões registrados em 2010. Esta redução é decorrente dos investimentos que ocorreram em 2010 nas transmissoras EBTE e ETES e nas geradoras Foz do Rio Claro e Ijuí, que totalizaram R\$ 427,0 milhões ante R\$ 74,0 milhões em 2011. Em contrapartida as transmissoras TME, ETEM, ERTE, ESDE e ETVG, conjuntamente, totalizaram investimentos de R\$ 166,2 milhões em 2011, ante R\$ 57,1 milhões em 2010.

Empresas	Receita de Infraestrutura (R\$ MM)		
	2011	2010	Var
ETEM	65,8	12,3	53,5
TME	70,6	42,3	28,3
ESDE	10,3	1,7	8,6
ETVG	7,0	0,0	7,0
EBTE	63,1	184,5	(121,4)
ERTE	12,5	0,8	11,7
ETES	0,0	16,6	(16,6)
Ijuí	10,9	141,9	(131,0)
Foz do Rio Claro	0,0	84,0	(84,0)
Outros	8,1	12,3	(4,2)
Total	248,3	496,4	(248,1)



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A variação positiva de R\$ 159,5 milhões ocorrida na Receita Bruta Ajustada em 2011 é explicada:

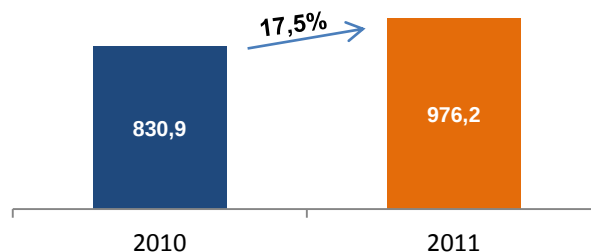
- Pelo aumento de 102,6% da Receita de Suprimento de Energia para R\$ 162,5 milhões em 2011, ante R\$ 80,2 milhões em 2010, principalmente devido ao início do suprimento / fornecimento de energia elétrica das PCHs Queluz e Lavrinhas em 1º de Julho e 1º de Novembro de 2010 respectivamente, que totalizaram R\$ 72,1 milhões em 2011 ante R\$ 20,8 milhões em 2010, e pelo afastamento da Resolução Normativa nº 165 da ANEEL, a UHE São José deu-se ao direito de recalcular as perdas de janeiro de 2010 a abril de 2011, seguindo a nova regra estabelecida pela CCEE (preço médio), gerando uma receita adicional de R\$ 13,7 milhões em agosto de 2011.

Segue abaixo tabela com a energia vendida e o preço médio:

2011	Foz	Ijuí	Queluz	Lavrinhas
Energia Comercializada (GWh)	341,64	262,80	183,96	183,96
Preço Médio (R\$)	136,35	113,83	186,11	186,11
Volume Excedente (GWh)	0,00	0,00	16,55	12,59
Preço Médio Excedente (R\$)	0,00	0,00	40,40	27,00
Impostos – Gross Up (R\$ MM)	0,00	0,00	1,26	0,88
Outros (R\$ MM)	(0,20)	14,06 *	0,15	0,30
Receita de Suprimento de Energia (R\$ MM)	46,4	44,0	36,3	35,8
* Em maio de 2011, ocorreu o afastamento da Resolução Normativa nº 165 da ANEEL, o que permitiu a Ijuí recalcular as perdas ocorridas no período entre janeiro de 2010 e abril de 2011, sendo este valor creditado em agosto de 2011.				

- Pelo aumento de 8,5% da Receita de Remuneração do Ativo de Concessão, totalizando R\$ 790,1 milhões em 2011 ante R\$ 728,0 milhões em 2010. Este aumento é decorrente principalmente dos investimentos realizados nas transmissoras: ETEM, TME, EBTE, EATE, ETES e STN que elevaram o saldo dos ativos financeiros impulsionando as receitas de remuneração destes ativos, atingindo R\$ 454,6 milhões em 2011 ante R\$ 407,3 milhões em 2010.
- Pelo aumento de R\$ 15,2 milhões na Receita de Transmissão de Energia, atingindo R\$ 100,2 milhões em 2011, ante R\$ 85,0 milhões em 2010.
- As deduções que incidem sobre a Receita Bruta da Alupar e suas controladas são: PIS, COFINS, P&D, RGR e ICMS. Na comparação entre 2011 e 2010, nota-se que as deduções apresentaram variação positiva de 22,8%, totalizando R\$ 76,5 milhões em 2011 ante R\$ 62,3 milhões em 2010, e somado aos fatores apresentados acima, observa-se um aumento de 17,5% na Receita Líquida ajustada dos efeitos da Receita de Infraestrutura, que atingiu R\$ 976,2 milhões.

Receita Líquida Ajustada (R\$ milhões)



9.3. Custos e Despesas Operacionais

	R\$ (MM)		%
	2010	2011	Var
Custos Operacionais			
Custo dos Serviços Prestados	58,2	65,1	11,8
Energia Comprada para Revenda	60,5	46,4	(23,3)
Custo de Infraestrutura	496,4	248,8	(49,9)
Depreciação / Amortização	4,0	29,4	N/A
Total	619,1	389,7	(37,1)
Despesas Operacionais			
Administrativas e Gerais	27,0	45,1	67,2
Pessoal	19,2	28,7	49,6
Honorários da Diretoria e Administração	10,3	12,4	21,0
Outros	(18,9)	16,0	N/A
Total	37,4	102,2	172,9

9.3.1. Custos Operacionais

Em 2011, os Custos Operacionais fecharam em R\$ 389,7 milhões, 37,1% abaixo dos R\$ 619,1 milhões apurados em 2010.

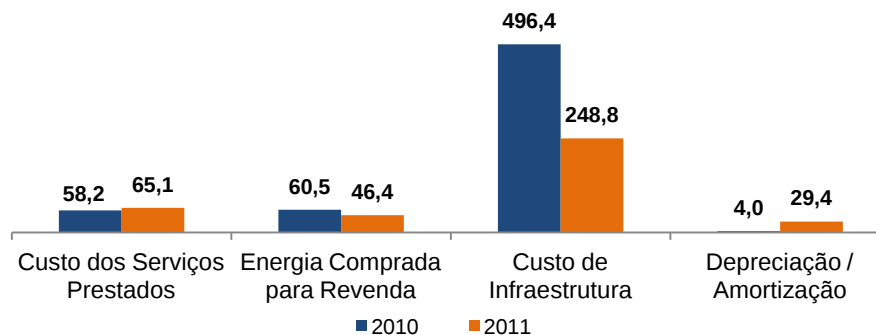
Essa variação ocorrida em 2011 é explicada:

- Pelo aumento de R\$ 6,9 milhões no Custo dos Serviços Prestados, atingindo R\$ 65,1 milhões em 2011, ante R\$ 58,2 milhões em 2010. Este aumento é decorrente do início da operação das usinas Queluz e Lavrinhas, e das transmissoras EBTE e TME que durante a construção tinham estes custos capitalizados, e após a entrada em operação, estes passaram a ser contabilizados nas demonstrações de resultados.
- Pela redução de R\$ 14,1 milhões no custo de Energia Comprada para Revenda, atingindo R\$ 46,4 milhões em 2011, contra R\$ 60,5 milhões em 2010. Esta redução é decorrente

principalmente da entrada em operação das geradoras Foz do Rio Claro e Ijuí que deixaram de comprar energia para atender seus contratos de venda de energia.

- Pela redução de R\$ 247,6 milhões no Custo de Infraestrutura, que atingiu R\$ 248,8 milhões em 2011, contra R\$ 496,4 milhões apurados em 2010. Conforme já comentado no item 9.2, essa conta de Custo de Infraestrutura tem o mesmo valor contabilizado na Receita Bruta e sua variação é provocada pelos mesmos valores já descritos anteriormente.
- Pelo aumento de R\$ 25,4 milhões no custo de Depreciação e Amortização, atingindo R\$ 29,4 milhões em 2011, ante R\$ 4,0 milhões em 2010. Este aumento é decorrente da entrada em operação das usinas Foz do Rio Claro, Ijuí, Queluz e Lavrinhas, que, passam a ter seus ativos depreciados / amortizados quando do início de suas operações. Juntas, a depreciação / amortização totalizou R\$ 29,4 em 2011 ante R\$ 4,0 milhões em 2010. As transmissoras não contribuem para esta conta, dado que, após a adoção do IFRS, passaram a ser contabilizadas como ativo financeiro, não sendo portanto, depreciadas ou amortizadas.

Custos Operacionais (R\$ milhões)



9.3.2. Despesas Operacionais

No período compreendido entre 2010 e 2011, as Despesas Operacionais fecharam em R\$ 102,2 milhões, 172,9% acima dos R\$ 37,4 milhões apurados em 2010.

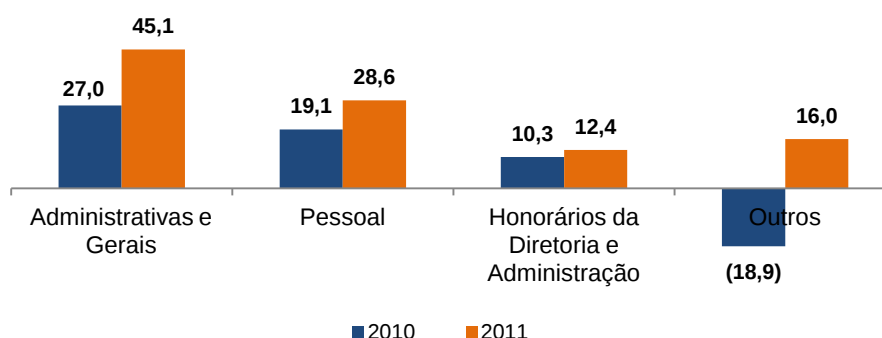
Essa variação ocorrida em 2011 é explicada:

- Pelo aumento de R\$ 18,1 milhões nas Despesas Administrativas e Gerais, devido principalmente ao início da operação das usinas Foz do Rio Claro, Ijuí, Queluz e Lavrinhas, que durante a construção tinham essas despesas capitalizadas, e após a entrada em operação, estas passaram a ser contabilizadas nas demonstrações de resultados, desta forma, apresentaram um aumento de R\$ 13,1 milhões. Além disso, houve um aumento de R\$ 2,6 milhões nas despesas na Holding devido ao crescimento da Companhia.
- Pelo aumento de R\$ 9,5 milhões nas Despesas com Pessoal, devido principalmente ao início da operação das usinas Foz do Rio Claro, Ijuí, Queluz e Lavrinhas, que durante a construção tinham essas despesas capitalizadas, e após a entrada em operação, estas passaram a ser contabilizadas nas demonstrações de resultados, desta forma, apresentaram um aumento de

R\$ 4,6 milhões. Além disso houve um aumento de R\$ 2,9 milhões nas despesas na Holding devido ao crescimento da Companhia.

- Pelo aumento de R\$ 2,1 milhões nas Despesas com Honorários da Diretoria e Administração.
- Pelo aumento de R\$ 34,9 milhões no resultado da conta Outras Despesas / Receitas, que apresentava um saldo positivo de R\$ 18,9 milhões em 2010 ante um saldo negativo de R\$ 16,0 milhões em 2011, em função principalmente do resultado da compra da participação das controladas EATE e ETEP no exercício de 2010, no qual geraram um ganho de capital no montante de R\$ 18,7 milhões, e da cobrança de encargos de geração para as usinas Foz do Rio Claro e Ijuí no exercício de 2011.

Despesas Operacionais (R\$ milhões)



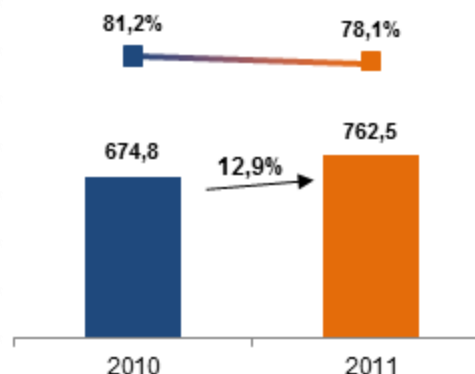
10. EBITDA

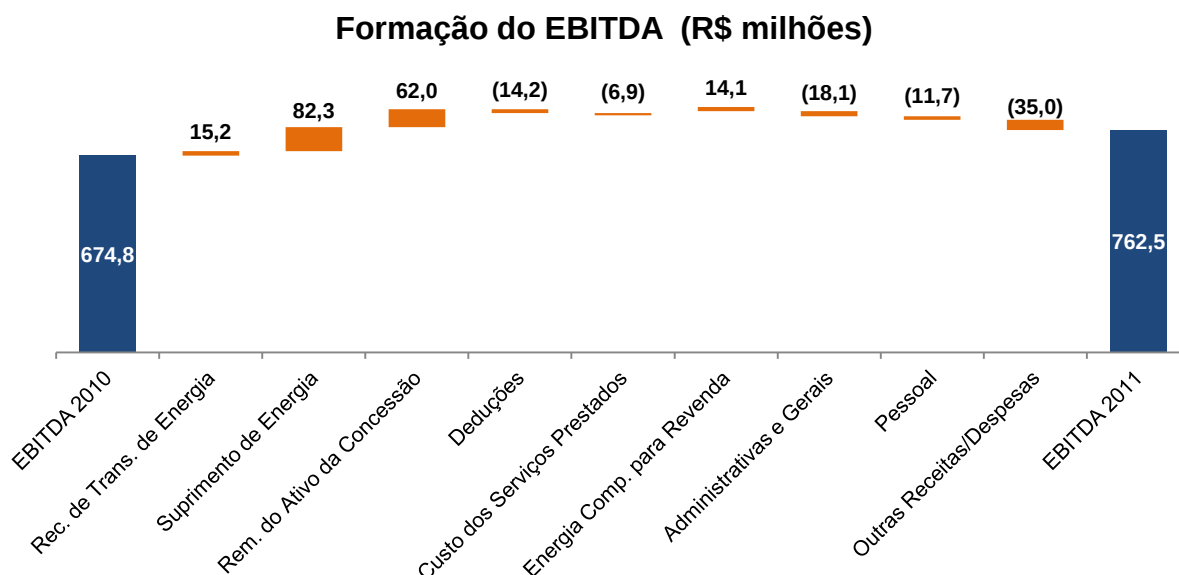
Em 2011, o EBITDA alcançou R\$ 762,5 milhões, com crescimento de 12,9% se comparado a 2010 (R\$ 674,8 milhões). Já a Margem de EBITDA ajustada pela exclusão da Receita de Infraestrutura atingiu 78,1% em 2011, comparada a uma Margem de EBITDA ajustada de 81,2% em 2010. Esta variação é decorrente principalmente do aumento das receitas de suprimento de energia, que atingiu R\$ 165,5 milhões em 2011, ante R\$ 80,2 milhões em 2010 e da receita de remuneração do ativo da concessão, que registrou R\$ 790,1 milhões em 2011 ante R\$ 728,0 milhões em 2010, somado a queda nos custos, principalmente devido a queda no custo de energia comprada para revenda que alcançou R\$ 46,4 milhões, com queda de 23,3% se comparado a 2010 (R\$ 60,5 milhões).

Abaixo, a abertura do EBITDA:

	EBITDA	
	2010	2011
Receita Bruta Ajustada	893,3	1.052,8
Deduções	(62,3)	(76,6)
Receita Líquida Ajustada	830,9	976,2
Custos Operacionais	(118,7)	(111,5)
Despesas Operacionais	(37,4)	(102,2)
EBITDA	674,8	762,5
Margem de EBITDA	81,2%	78,1%

EBITDA (R\$ milhões) e Margem EBITDA (%)





11. Resultados Financeiros

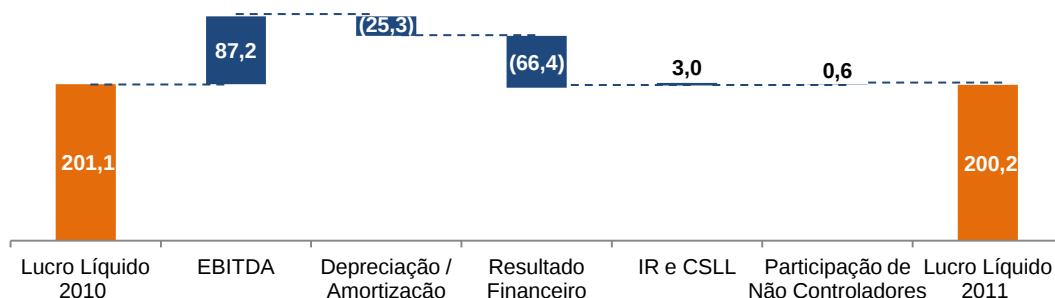
Em 2011, os Resultados Financeiros atingiram R\$ 199,6 milhões ante R\$ 133,2 milhões em 2010, o que representa uma variação negativa de R\$ 66,4 milhões ou 49,8%. Esta variação decorre principalmente das despesas financeiras que atingiram R\$ 257,3 milhões em 2011, ante R\$ 188,7 milhões em 2010. Neste sentido esclarecemos que:

- Dada a entrada em operação das usinas Foz do Rio Claro, Ijuí, Queluz e Lavrinhas e das transmissoras EBTE, ETEM e TME as despesas financeiras, que eram capitalizadas durante a construção, passaram a ser contabilizadas no resultado após a entrada em operação, decorrendo em uma variação negativa de R\$ 51,6 milhões nas despesas financeiras, que atingiram R\$ 66,6 milhões em 2011, ante R\$ 15,0 milhões em 2010.
- Na Holding, a terceira emissão de debêntures, no valor de R\$ 150 milhões de reais, a taxa de remuneração de CDI + 1,85%, ocorrida em dezembro de 2010, provocou, no ano de 2011, um aumento nas despesas financeiras da Companhia no valor de R\$ 19,4 milhões.

12. Lucro Líquido

O lucro líquido do em 2011 totalizou R\$ 200,2 milhões, 0,5% inferior aos R\$ 201,1 milhões obtidos em 2010

Formação do Lucro Líquido (R\$ milhões)



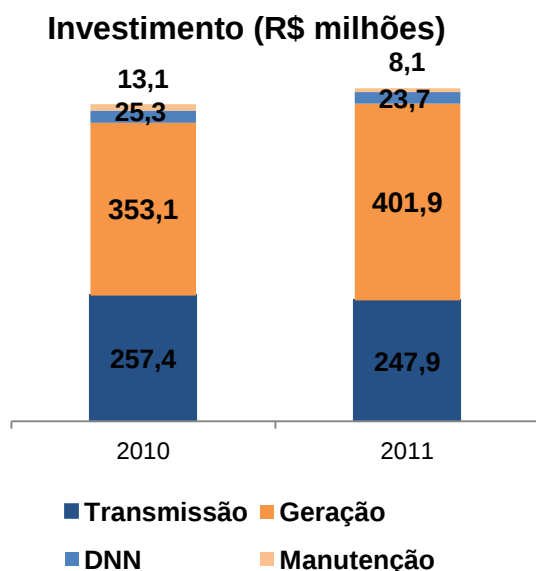
13. Dividendos

O dividendo obrigatório da Alupar é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, apurado nas demonstrações financeiras não consolidadas. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento destes além do mínimo obrigatório, exige aprovação em Assembleia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações da Alupar e irá depender de diversos fatores. Dentre esses fatores estão os resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa e perspectivas futuras da Companhia, além de fatores que o conselho de administração e acionistas da Alupar julguem relevantes.

O Conselho de Administração da Companhia, aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 47,6 milhões, referente a 25% do lucro líquido do exercício de 2011, após deduzida e reserva legal.

14. Investimentos

Durante 2011, foram realizados investimentos totais da ordem de R\$ 681,7 milhões em nossas empresas, ante R\$ 648,9 milhões investidos em 2010, aumento de R\$ 32,8 milhões. Sendo R\$ 649,8 milhões investidos nos projetos em implantação, R\$ 23,7 milhões na prospecção de novos negócios e R\$ 8,1 milhões na manutenção dos empreendimentos em operação.



Empresa	Investimentos (R\$ MM)		
	2010	2011	Var
Transmissão	257,4	247,9	(9,5)
EBTE	184,5	63,1	(121,4)
ETEM	12,3	65,8	53,5
TME	42,3	70,6	28,3
Outros	18,3	48,4	30,1
Geração	353,1	401,9	48,8
Ferreira Gomes *	14,2	275,6	261,4
Foz	84,0	-	(84,0)
Ijuí	141,9	10,9	(131,0)
Lavrinhas *	48,8	45,2	(3,6)
Queluz *	47,9	70,2	22,3
Total	610,5	649,8	39,3

*Estes investimentos não entram na conta de Receita de Infraestrutura

15. Endividamento

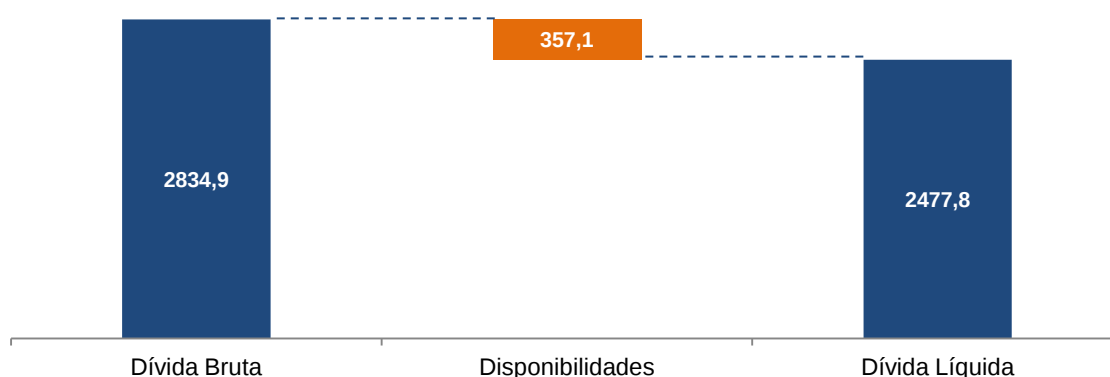
A dívida bruta da Alupar e suas controladas, em 31 de dezembro de 2011, somava R\$ 2.834,9 milhões, R\$ 323,5 milhões superior aos R\$ 2.511,5 apurados ao final de 2010. O crescimento de 12,9% da dívida bruta refere-se principalmente:

Moeda Nacional e Estrangeira Instituições Financeiras / Credores	Saldo Inicial 31/12/2010	Ingressos de dívidas	Provisão de encargos	Variação monetária	Amortização do principal	Amortização dos encargos	Saldo final 31/12/2011
<u>Empréstimos e financiamentos:</u>							
Moeda Nacional	1.966.230	370.184	140.968	3	(626.717)	(115.655)	1.735.013
Moeda Estrangeira	69.993	36.000	7.456	1.982	(92.284)	(7.678)	15.469
	2.036.223	406.184	148.424	1.985	(719.001)	(123.333)	1.750.452
<u>Debêntures:</u>							
Moeda Nacional	475.231	801.117	125.972	-	(194.919)	(122.959)	1.084.442
	475.231	801.117	125.972	-	(194.919)	(122.959)	1.084.442
	2.511.454	1.207.301	274.396	1.985	(913.920)	(246.292)	2.834.924

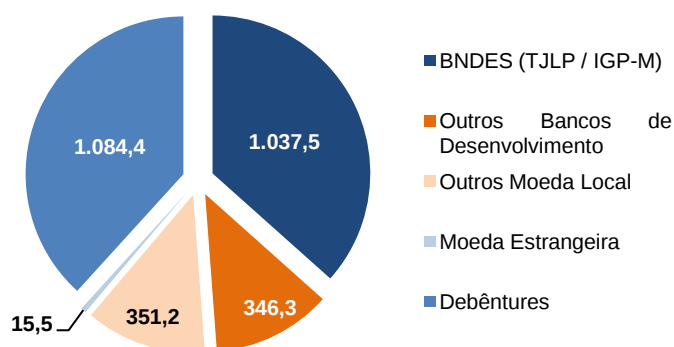
- A emissão de debêntures das transmissoras EATE, ECTE, ENTE e ETEP para o pré-pagamento dos empréstimos junto ao BNDES. O valor da dívida total destas três empresas somou R\$ 650,7 milhões em 2011, 17,8% acima dos R\$ 551,9 milhões apurados no fim do ano passado;

- A empréstimos tomados ao longo de 2011 para a construção dos projetos em implantação (TME, ETEM e Ferreira Gomes), que totalizaram R\$ 394,8 milhões;
- A redução de R\$ 35,1 milhões na dívida da Holding, principalmente devido a amortizações, ao longo de 2011, na 1ª emissão de debêntures.

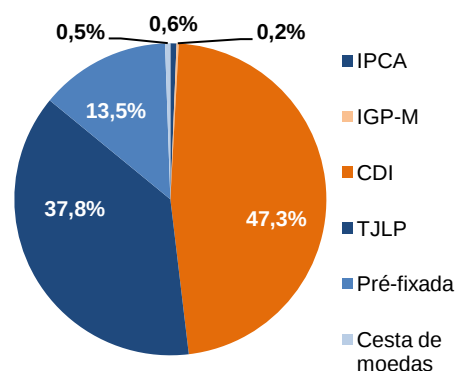
Dívida Total (R\$ milhões)



Composição da Dívida (Em R\$ mil)



Dívida Bruta por Indexador

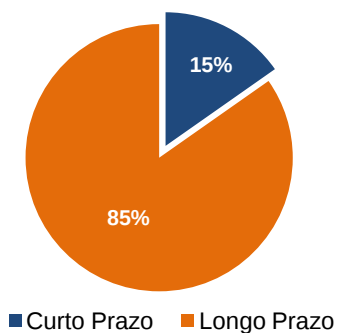


Em 31 de dezembro de 2011, as disponibilidades da Alupar e suas controladas somavam R\$ 357,1 milhões, R\$ 180,6 milhões inferior ao saldo do fim de 2010. Da dívida consolidada, R\$ 1.383,8 milhões referem-se a empréstimos de longo prazo para projetos de infraestrutura (project finance) junto a bancos de fomento, sendo a maior parte destes empréstimos, R\$ 1.037,5 junto ao BNDES, a taxa de TJLP + spread médio de 3%.

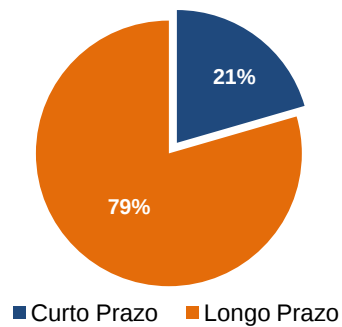
As emissões de debêntures correspondem a R\$ 1.084,4 milhões ou 38,3% do total da dívida. As debêntures de emissão da holding representam um saldo de R\$ 323,0 milhões em 2011, e as emissões das subsidiárias EATE, ECTE, ENTE, ETEP e Ferreira Gomes representam um saldo de R\$ 761,4 milhões.

Apenas R\$ 15,5 milhões ou 0,5% do total da dívida é referentes à moeda estrangeira, sendo este saldo referente a encargos em cesta de moedas junto a bancos de fomento.

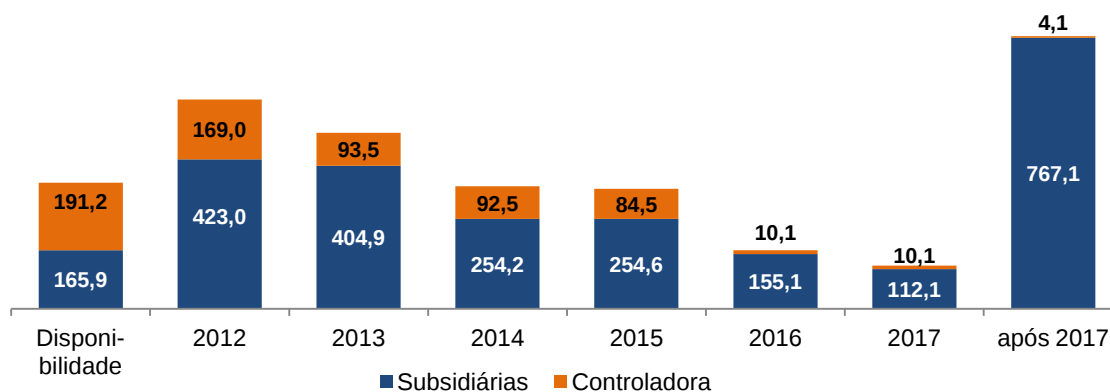
Perfil da Dívida em 2010



Perfil da Dívida em 2011



Cronograma de Amortização da Dívida (R\$ milhões)



Alupar Investimento S.A.
Notas Explicativas**1. Informações Gerais**

A Alupar Investimento S.A. (“Companhia” ou “Alupar”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo – SP na Av. Dr. Cardoso de Melo, n. 1855, Bloco I, 9º andar, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Alupar participa em 9 empresas geradoras e 19 empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, estando ainda no aguardo das autorizações dos Órgãos Reguladores do Setor Elétrico no Chile, para obter o controle acionário da Transchile Charrúa Transmisión S.A. (“Transchile”), que atualmente é de propriedade da Guarupart Participações Ltda. (“Guarupart”), atual controladora da Companhia. De acordo com um contrato firmado entre a Companhia e a Guarupart, a transferência efetiva do controle acionário da Transchile para a Companhia ocorrerá a partir do momento em que a Transchile iniciar sua operação comercial, acrescentando desta forma cerca de 200 km às linhas de transmissão da Companhia. A Alupar também participa em 2 empresas Holdings, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste) e Alupar Inversiones Peru.

A Companhia é diretamente controlada pela Guarupart Participações Ltda. (“Guarupart”).

Dados das empresas controladas:

Concessões de linhas de transmissão

A Companhia possuía aproximadamente 5.465 km de linhas de transmissão, sendo aproximadamente 4.750 km em operação e 715 km em fase pré-operacional, com voltagens entre 230 kV e 525 kV. Os sistemas de transmissão que a Companhia opera, por meio de concessões com prazo de 30 anos, estão localizados na região Norte e Nordeste do país, nos Estados do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará; na região Sul, no Estado de Santa Catarina; na região Sudeste, nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo; no Centro-Oeste, no Estado do Mato Grosso; e, futuramente, nos Estados do Amazonas e Roraima (TNE).

A tabela abaixo apresenta a relação dos ativos de transmissão de energia elétrica:

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

Empresas	Prazo da Concessão		RAP/RBNI (Ciclo 2011-2012) (**)
	Início	Fim	
Empresa Paraense de Transmissão S.A. - ETEP	jun/01	jun/31	69,9
Empresa Norte de Transmissão S.A. - ENTE	dez/02	dez/32	160,5
Empresa Regional de Transmissão S.A. - ERTE	dez/02	dez/32	36,0
Empresa Amazonense de Transmissão S.A. - EATE	jun/01	jun/31	306,7
Empresa Catarinense de Transmissão S.A. - ECTE	nov/00	nov/30	67,7
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	fev/04	fev/34	128,4
Companhia Transleste de Transmissão - Transleste	fev/04	fev/34	29,1
Companhia Transudeste de Transmissão - Transudeste	mar/05	mar/35	18,0
Companhia Transirapé de Transmissão - Transirapé	mar/05	mar/35	15,7
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. - STC	abr/06	abr/36	28,0
LUMITRANS - Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans	fev/04	fev/34	19,0
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES	abr/07	abr/37	11,1
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - EBTE	out/08	out/38	32,9
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME	nov/09	nov/39	31,8
Empresa Santos Dumont de Energia S.A. - ESDE (*)	nov/09	nov/39	9,6
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM	jul/10	jul/40	9,6
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG (*)	dez/10	dez/40	3,2
Transnorte Energia S.A. - TNE (*)	Em fase de assinatura		121,1
Empresa de Transmissão Serrana S.A. - ETSE (*)	Em fase de assinatura		14,4
Total			1.112,7

(*) Empresas pré-operacionais

(**) Em milhões de reais

Vide na nota nº 8 detalhes das concessões das transmissoras cujo contrato de concessão já foi assinado.

Transnorte Energia S.A. ("TNE")

Em 2 de setembro de 2011, o consórcio formado pela Alupar (51%) e Eletronorte (49%), venceu o lote A (TNE), composto pelas linhas de transmissão Lechuga – Equador e Equador – Boa Vista e pelas subestações Lechuga, Equador (própria) e Boa Vista de 500 kV, localizada nos Estados do Amazonas e Roraima, leiloadada pela ANEEL. Com este lote, a RAP da Companhia foi acrescida de R\$121,1 milhões e a extensão total das linhas de transmissão da Companhia foi acrescida de 715 km. O prazo de concessão da TNE é de 30 anos.

A Transnorte Energia S.A. ("TNE") iniciará suas operações em 2015, tendo como objetivos principais a redução da geração térmica no Estado de Roraima, a possibilidade de escoamento de 700 MW provenientes de usinas hidrelétricas inventariadas no Estado de Roraima para o restante do Sistema Interligado Nacional e da comercialização de energia elétrica com a Venezuela.

Empresa de Transmissão Serrana S.A. – ("ETSE")

Em 16 de dezembro de 2011, a Companhia, por meio da controlada ECTE, sagrou-se vencedora do lote D, em leilão realizado pela ANEEL. Composto pelas subestações Abdon Batista (525 kV) e Gaspar (230 kV), localizadas no Estado de Santa Catarina. Com este lote, a RAP da Companhia foi acrescida de R\$14,4 milhões.

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

A Companhia prevê que a ETSE inicie as suas operações em 2014, tendo como objetivo atender à integração da UHE Garibaldi, de 175 MW, e da UHE São Roque, de 214 MW, ao Sistema Interligado Nacional, bem como previsão de integração de diversas PCH com solicitação de acesso ao sistema de distribuição da CELESC, além de atender à expansão do suprimento de energia elétrica à região do Vale do Itajaí e devido ao carregamento elevado na subestação Blumenau 230/138 kV.

Concessões de geração de energia elétrica

A Alupar detém os direitos de concessão de 5 PCHs, 3 UHEs e um projeto eólico (10 parques eólicos), que totalizam 664 MW, sendo elas:

Ferreira Gomes Energia S.A. (“UHE Ferreira Gomes”)

A UHE Ferreira Gomes localiza-se no Rio Araguari, nos municípios de Araguari e Ferreira Gomes, no Estado do Amapá. O empreendimento consiste no aproveitamento potencial hidráulico, com potência instalada de, no mínimo, 252 MW. A concessão para a exploração da UHE Ferreira Gomes é válida por 35 anos a partir da data de assinatura do contrato de concessão, que foi firmado em 2010. Em 30 de setembro de 2011 a UHE Ferreira Gomes encontrava-se em fase de implantação, sendo que a expectativa da Companhia é de que a usina atinja sua condição de operação plena no primeiro semestre de 2015, quando suas três turbinas entrarão em funcionamento. A garantia física desta usina é de 150,2 MW.

Foz do Rio Claro Energia S.A. (“UHE Engenheiro José Müller de Godoy Pereira” ou “UHE Foz do Rio Claro”)

A UHE Foz do Rio Claro com 68,4 MW de Potência instalada, localizada no Rio Claro, nos municípios de Caçu e São Simão, em Goiás. Este empreendimento entrou em operação plena em dezembro de 2010. A garantia física desta usina é de 41 MW.

A concessão para a exploração da UHE Foz do Rio Claro é válida por 35 anos a partir da data de assinatura do contrato de concessão, que foi firmado em 2006.

Ijuí Energia S.A. (“UHE São José” ou “UHE Ijuí”)

A Ijuí com 51,0 MW de Potência instalada, localizada no rio Ijuí, nos municípios de Salvador das Missões e Rolador, no Rio Grande do Sul. Este empreendimento entrou em operação plena em junho de 2011. A garantia física desta usina é de 30,4 MW.

A concessão para a exploração da UHE São José é válida por 35 anos a partir da data de assinatura do contrato de concessão firmado em 2006.

Alupar Investimento S.A.
Notas ExplicativasUsina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (“PCH Lavrinhas”)

A PCH Lavrinhas com potência instalada de 30 MW e garantia física de 21,4 MW, localizada no Rio Paraíba do Sul, no município de Lavrinhas, no Estado de São Paulo, com uma área alagada de 0,76 km². Este empreendimento entrou em operação em agosto de 2011. A garantia física desta usina é de 21 MW.

A autorização para a exploração da PCH Lavrinhas é válida por 30 anos a partir de 7 de abril de 2004.

Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (“PCH Queluz”)

A PCH Queluz com potência instalada de 30 MW e garantia física de 21,4 MW, localizada no Rio Paraíba do Sul, no município de Queluz, no Estado de São Paulo, com uma área alagada de 1,27 km². Este empreendimento entrou em operação em setembro de 2011. A garantia física desta usina é de 21MW.

A autorização para a exploração da PCH Queluz, válida por 30 anos a partir de 7 de abril de 2004.

Risaralda Energia SAS/ESP (“Risaralda”)

A controlada Risaralda é uma empresa estabelecida na Colômbia e que detém a licença para exploração das PCHs Morro Azul, Guática I e Guática II, com potência instalada de 16 MW, 4 MW e 8 MW, respectivamente.

A previsão é que estas usinas comecem a ser construídas entre 2012 e 2013 e estejam concluídas até 2015. O investimento será da ordem de US\$ 70.000.000,00, sendo que a energia a ser gerada será negociada no mercado livre de energia da Colômbia.

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

Projeto Eólico

Em 20 de dezembro de 2011, o consórcio formado pela Alupar (51%) e Furnas (49%) vendeu, no leilão de geração da Aneel n.o 07/2011, 204,4 MW de energia eólica para entrega a partir de janeiro de 2016. Alupar e Furnas construirão em parceria dez parques eólicos no município de Aracati, no Ceará, conforme detalhado abaixo:

Parque eólico	MW
Goiabeira	19,2
Ventos de Horizonte	14,4
Jandaia	28,8
São Januário	19,2
Ubatuba	12,6
Jandaia	19,2
Nossa Senhora de Fátima	28,8
Pitombeira	27,0
Santa Catarina	16,0
São Clemente	19,2
Total	<u>204,4</u>

Outras Geradoras

A Alupar está realizando estudos para obtenção de novas autorizações para Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs em diversos estados brasileiros.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 16 de fevereiro de 2012.

Alupar Investimento S.A.
Notas Explicativas**2.1. Reclassificação para fins de comparabilidade**

De acordo com o CPC 26 R1, quando a Companhia aplica uma política contábil retrospectivamente ou faz uma divulgação retrospectiva de itens de suas demonstrações contábeis, ou ainda, quando reclassifica itens de suas demonstrações contábeis, deve apresentar no mínimo, 3 balanços patrimoniais e 2 de cada uma das demais demonstrações contábeis, bem como as respectivas notas explicativas. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia efetuou reclassificações, e a fim de tornar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011 comparáveis, foram efetuadas reclassificações nos saldos de 31 de dezembro de 2010 e 2009. As reclassificações no balanço referem-se aos saldos das seguintes rubricas:

Empréstimos, financiamentos e debêntures: os saldos de Empréstimos, financiamentos e debêntures estavam líquidos dos saldos das contas garantias (“contas reserva”), que estão relacionadas às obrigações que as controladas da Companhia possuem de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações de empréstimos, financiamentos e debêntures. Os saldos das contas reservas eram de R\$ 57.622 em 31 de dezembro de 2010 e de R\$ 61.307 em 31 de dezembro de 2009. Estes saldos foram reclassificados para a rubrica de Títulos e valores mobiliários no ativo não circulante e circulante do consolidado.

Caixa e equivalente de caixa: os saldos de Caixa e equivalente de caixa considerava o saldo do aporte de capital efetuado pelo FI-FGTS. Conforme acordo de acionista firmado entre a Companhia e o FI-FGTS, estes recursos deverão ser depositados em uma conta vinculada na Caixa Econômica Federal, e serão liberados mediante a apresentação da comprovação da aplicação de recursos pela Companhia nas construções de empreendimentos. Os saldos desses recursos eram de R\$ 247.671 em 31 de dezembro de 2010 e de R\$ 326.149 em 31 de dezembro de 2009. Estes saldos foram reclassificados para a rubrica de Títulos e valores mobiliários no ativo circulante da controladora.

Tributos e contribuições sociais diferidos: os saldo dos tributos diferidos que em 31 de dezembro de 2010 e 2009 estavam apresentados no passivo circulante foram reclassificados, para a rubrica de tributos e contribuições sociais diferidos no passivo não circulante. Esta reclassificação foi no montante de R\$ 32.407 em 2010 e R\$ 26.128 em 2011.

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

2.2. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, compreendem:

a) as demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pela *International Accounting Standards Board – (IASB)*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como “Consolidado”.

b) As demonstrações contábeis individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estão identificadas como “Controladora” ou “Individuais”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e incluem também as normas emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente. Desta forma, essas demonstrações contábeis individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

A Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em único conjunto, lado a lado.

2.3. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações contábeis, tais como capacidades de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volume de energia vendida e comprada, número de consumidores, seguros e meio ambiente, não foram revisados pelos auditores independentes.

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para litígios.

Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido o tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.4. Moeda Funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

2.4.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4.2 Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para Reais (R\$) pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações contábeis. Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

2.5. Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. São consideradas controladas quando a Companhia possui os seguintes fatores de forma combinada: i) detém mais do que metade do poder de voto; ii) governa as suas políticas financeiras e operacionais; e iii) indica ou destitui a maioria dos membros da diretoria ou conselho de administração.

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro (prejuízo) do período das empresas controladas.

As seguintes controladas estão sendo incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Descrição	Atividade	Participação (%)	
		31/12/2011	31/12/2010
Controladas diretas:			
Alupar Inversiones Peru	Holding	100,00	100,00
Transminas Holding S.A.	Holding	70,02	70,02
Foz do Rio Claro Energia S.A.	Geração	50,01	50,01
Ijuí Energia S.A.	Geração	50,01	50,01
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	Geração	25,01	25,01
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	Geração	25,01	25,01
Ferreira Gomes Energia S.A	Geração	99,99	99,99
Genpower termoelétricas e participações S.A.	Geração	51,00	-
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	Geração	99,86	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,02	38,01
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.	Transmissão	51,00	51,00
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	Transmissão	100,00	100,00
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,02	50,02
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,01	50,01
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,01	50,01
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	42,51	40,01
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	Transmissão	60,00	60,00
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	Transmissão	46,00	46,00
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	Transmissão	100,00	100,00
LUMITRANS - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	Transmissão	15,00	15,00
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	Transmissão	20,00	20,00
Transnorte Energia S.A. - TNE	Transmissão	51,00	-
ACE Comercializadora Ltda	Comercializadora	100,00	-
AF Energia	Serviços	100,00	-
Controladas indiretas:			
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	25,51	19,39
LUMITRANS - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	Transmissão	40,02	30,41
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	Transmissão	40,02	30,41
Companhia Transleste de Transmissão	Transmissão	28,71	28,71
Companhia Transirapé de Transmissão	Transmissão	28,71	28,71
Companhia Transudeste de Transmissão	Transmissão	28,71	28,71
Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	Transmissão	50,02	50,02
Empresa de Transmissão Serrana S.A. - ETSE	Transmissão	42,51	-

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes. A Companhia consolida 100% dos saldos das empresas acima, com exceção da Transudeste, ECTE e TME que são consolidadas de forma proporcional e destaca a parcela de não controladores na demonstração de resultado e mutação do patrimônio líquido.

Alupar Investimento S.A.
Notas Explicativas**3. Sumário das Práticas Contábeis****3.1 Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Em 31 de dezembro de 2011, não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que devesse ter sido reconhecida no patrimônio líquido. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização. Normalmente, os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica Investimentos de curto prazo.

Alupar Investimento S.A.
Notas Explicativas**3.1.2. Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários representam depósitos de garantia (“contas reserva”) com a finalidade de certificar alguns de seus financiamentos de longo prazo. Os títulos e valores mobiliários estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo pro meio do resultado.

3.1.3. Contas a receber de clientes

A Companhia e suas controladas classificam os saldos de Contas a receber de clientes, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

3.1.3.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela Companhia e suas controladas é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento.

3.1.4. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.1.5. Baixa de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas baixam seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

3.1.6. Contratos de concessão

Os contratos de concessão estabelecem que os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização.

De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato:

Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

Este modelo se aplica às nossas concessionárias de transmissão de energia elétrica.

Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o operador, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infraestruturas (risco de procura) da concessão e resulta no registro de um ativo intangível.

Este modelo se aplica às nossas concessionárias de geração que possuem seus contratos de comercialização de energia 100% vinculada ao mercado regulado.

Os ativos intangíveis das concessões são amortizados de acordo com a respectiva vida útil durante o período da concessão.

O Grupo Alupar procede a testes do valor recuperável relativamente aos ativos intangíveis das concessões sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contábil excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

3.2 Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial.

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

3.3 Imobilizado

A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL nº. 367, de 02 de junho de 2009.

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente, sendo que a taxa anual de 2% para reservatórios, barragens e adutoras, 2% para edificações, obras civis e benfeitorias, 3% para máquinas e equipamentos, 20% para veículos, e 10% para móveis e utensílios. Esta taxa de depreciação leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens na data base de 31 de dezembro de 2011.

É estabelecido que no advento do termo final do contrato de concessão, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.4 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Alupar Investimento S.A.
Notas Explicativas

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisadas no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos por:

Direto de concessão – uso do bem público

O ativo intangível das controladas Ijuí e Foz, compreendem o direito das controladas operarem como concessionária de Uso do Bem Público (UBP) na produção e comercialização de energia elétrica, conforme contrato de concessão, as quais pagarão por este direito pelo prazo de concessão.

A vida útil desse intangível é avaliada como definida, pelo prazo de 35 anos, conforme o período de concessão.

Ativos intangíveis adquiridos de terceiros (ágio) e desenvolvimento de projetos

Referem-se ao ágio decorrente dos ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os projetos de UHE's, PCH's, Usinas Eólicas, entre outros. Além disso, para desenvolvimento destes e para os demais projetos a Companhia incorre em custos pré-operacionais inerentes ao processo de desenvolvimento de tais projetos, como a contratação de serviços de engenharia, viagens e outros. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos são alocados às Sociedades de Propósito Específicos – SPE's controladas que reembolsarão todos os gastos incorridos à Companhia.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação, são revertidos para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações da administração. No exercício de 2011 houve reversões de gastos para o resultado do exercício no montante de R\$ 4.151 (R\$ 1.616 e R\$ 234 em 31 de dezembro de 2010 e 2009, respectivamente).

Alupar Investimento S.A.
Notas Explicativas**3.5 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 2011, 2010 e 2009 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia e suas controladas. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. O gerenciamento dos negócios da Companhia e das suas controladas considera que todas as usinas e as linhas de transmissão compõem uma única unidade geradora de caixa.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.6 Provisões

Provisões são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa à qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

Alupar Investimento S.A.
Notas Explicativas**3.6.1 Provisões para litígios**

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.6.2 Provisões para compensações ambientais

Em função das suas atividades, as controladas da Companhia constituíram provisões para compensações ambientais. Estas obrigações estão relacionadas a investimentos em unidades de conservação assumidos durante o processo de licenciamento do empreendimento.

3.6.3 Provisões de constituição dos ativos

As provisões de constituição de ativos contemplam obrigações assumidas em obras a serem finalizadas, e que estão relacionadas a um determinado projeto que já entrou em operação.

3.7 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia e suas controladas. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorridos até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.
- Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de energia, materiais e serviços, bem como a compra de energia de curto prazo adquirida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e a tarifa de uso do sistema de distribuição – TUSD.

3.7.1 Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.8 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

3.9 Tributação

3.9.1. Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas das controladas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00% e 7,6%;

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.9.2. Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, exceto as controladas EBTE, ERTE, Lumitrans, Transirapé, Transleste, Transudeste, ETES, Queluz e Lavrinhas, que estão sob o regime de apuração pelo lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização (vide nota nº 21).

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

3.9.3. Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Caso a estimativa de lucros tributáveis futuros indique que os impostos diferidos ativos não serão recuperados, a Companhia e suas controladas registram provisão para redução ao seu provável valor de realização. Esta análise é fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pelos órgãos de administração da Companhia.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.10 Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

Alupar Investimento S.A.
Notas Explicativas**3.11 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante**

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

3.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia e suas controladas não possuíam ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.13 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

Alupar Investimento S.A.
Notas Explicativas**3.14 Reconhecimento da receita**

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia e de suas controladas, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado. Em atendimento a Deliberação CVM nº 597, de 15 de setembro de 2009, a Reconciliação entre a Receita Bruta e a Receita Líquida, apresentada na Demonstração do Resultado.

3.14.1 Receita de transmissão de Energia Elétrica

As controladas do segmento de transmissão reconhecem a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil da ICPC 01.

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de implantação da infraestrutura
- Receitas dos ativos financeiros

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de concessão de transmissão
- Receitas dos ativos financeiros

3.14.2 Receita de fornecimento de Energia Elétrica

As controladas do segmento de geração reconhecem a receita de venda de energia elétrica no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração energia entregue conforme as bases contratadas ocorre em bases mensais.

Alupar Investimento S.A.
Notas Explicativas**3.14.3 Receita de juros**

A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.15 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. Não existem instrumentos financeiros de capital que poderiam afetar o lucro líquido por ação por meio de diluição e, portanto o lucro líquido por ação básico ou diluído são idênticos.

O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais e às ordinárias sobre os dividendos. Consequentemente lucro básico e o lucro diluído por ação são calculados pelo método de “duas classes”. O método de “duas classes” é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial e ordinária de acordo com os dividendos declarados e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos.

3.16 Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica Provisão para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.17 Segmento de Negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Alupar Investimento S.A.
Notas Explicativas**3.18 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotaram premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

3.18.1 Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na Nota nº 3.2, a Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos na Resolução ANEEL nº. 367, de 2 de junho de 2009, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.

Alupar Investimento S.A.
Notas Explicativas**3.18.2 Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado à perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos não financeiros.

3.18.3 Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Alupar Investimento S.A.
Notas Explicativas**3.18.4 Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.18.5 Provisão para Litígios

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3.18.6 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de construção, ampliação e reforços como ativo financeiro.

Alupar Investimento S.A.
Notas Explicativas**3.18.7 Momento de reconhecimento do ativo financeiro**

A Administração da Companhia e de suas controladas avaliam o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro.

3.18.8 Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento.

3.18.9 Determinação das receitas de infraestrutura

De acordo com a regulação do setor elétrico brasileiro, a concessionária de geração ou transmissão é responsável pela construção do respectivo empreendimento, e dessa forma é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção, por consequência, apurar margem de lucro, se houver. Na contabilização das receitas de construção a Administração da Companhia e de suas controladas avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

3.18.10 Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

3.19 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.20 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia e suas controladas, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia e suas controladas, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

Novos pronunciamentos, alterações nos pronunciamentos existentes e novas interpretações listadas a seguir foram publicados e são obrigatórios para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2012 ou posteriores.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações relacionados às IFRS novas e revisadas apresentadas nesta nota explicativa. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM.

A Companhia e suas controladas não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2011.

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

4.1. Pronunciamentos do IFRS revisados em 2010

Em maio de 2010 o IASB emitiu seu terceiro conjunto de emendas a suas normas, com o objetivo de eliminar inconsistências e esclarecer dúvidas na redação. Existem provisões de transição em separado para cada norma. A adoção das emendas descritas a seguir trouxe alterações às políticas contábeis; porém, não impactou o desempenho ou a situação financeira da Companhia.

- IFRS 3 Combinações de Negócios: As opções de mensuração disponíveis para participação minoritária (NCI) receberam emendas. Somente os itens de NCI que constituem 100% de participação corrente que outorgam ao acionista uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de dissolução da sociedade deverão ser mensurados por seu valor justo ou pela parcela proporcional dos instrumentos de participação dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Todos os outros itens devem ser mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição.

As emendas ao IFRS 3 entraram em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2011.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros – Divulgações: O objetivo desta emenda é simplificar a divulgação apresentada, através da redução no volume de divulgações no que se refere a garantias recebidas e melhoria nas divulgações, através da exigência de divulgação de informações qualitativas a fim de colocar as informações quantitativas em perspectiva.
- IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras: Esta emenda esclarece que a entidade pode apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações de mutações no patrimônio líquido ou nas notas explicativas.

4.2. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011

Listamos a seguir as normas emitidas, que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contemplam aquelas que a Companhia de forma razoável esperam que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

- IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras - Apresentação de itens de Outros Resultados Abrangentes: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

- IAS 12 Imposto de renda - Recuperação dos Ativos Subjacentes: Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre os investimentos mensurados pelo valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre investimentos mensurados pelo modelo de valor justo no IAS 40 deveria ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado através da venda. Adicionalmente, introduz a exigência de que o imposto diferido sobre ativos não sujeitos à depreciação que são mensurados usando o modelo de reavaliação no IAS 16 sempre sejam mensurados com base na venda do ativo. Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.
- IAS 19 Benefícios aos empregados (Emenda): O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Esta emenda não trará impactos para a Companhia. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e individuais (revisado em 2011): Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. A Companhia não apresenta demonstrações financeiras em separado. Esta emenda entra em vigor para períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011): Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 7 Instrumentos financeiros - Divulgações - Aumento nas Divulgações relacionadas a Baixas: Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações financeiras da Companhia compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011. A emenda em questão afeta apenas as divulgações e não tem impacto sobre o desempenho ou a situação financeira da Companhia.

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

- **IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração:** O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Em fases subsequentes, o IASB examinará contabilidade de cobertura e perda no valor recuperável de ativos financeiros. Esse projeto deverá ser encerrado no final de 2011 ou no primeiro semestre de 2012. Adoção da primeira fase do IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, mas potencialmente não trará impactos sobre a classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia irá quantificar o efeito dessa emenda em conjunto com as outras fases, quando emitidas, a fim de apresentar um quadro abrangente.
- **IFRS 11 – Acordos Conjuntos:** Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- **IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas:** O IFRS 10 substitui as partes do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais que se referem ao tratamento contábil das demonstrações financeiras consolidadas. Inclui também os pontos levantados no SIC-12 Consolidação — Entidades para Fins Especiais – Envolvimento com Outras Entidades. O IFRS 10 estabelece um único modelo de consolidação baseado em controle que se aplica a todas as entidades, inclusive as entidades para fins especiais. As alterações introduzidas pelo IFRS 10 irão exigir que a administração exerça importante julgamento na determinação de quais entidades são controladas e, portanto, necessitam ser consolidadas pela controladora, em comparação com as exigências estabelecidas pelo IAS 27. Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- **IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo:** Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Caixa e equivalente de caixa:						
Caixa	95	4.608	103	12.844	39.321	17.524
Aplicações financeiras	634	-	12.385	13.699	24.589	47.771
	<u>729</u>	<u>4.608</u>	<u>12.488</u>	<u>26.543</u>	<u>63.910</u>	<u>65.295</u>
Investimento de curto prazo:						
Aplicações financeiras	19.958	139.313	182.422	152.545	194.453	200.319
	<u>19.958</u>	<u>139.313</u>	<u>182.422</u>	<u>152.545</u>	<u>194.453</u>	<u>200.319</u>

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

Detalhamento das aplicações financeiras:

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, e são considerados instrumentos financeiros. Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado, e em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 estavam sendo remuneradas em média à 100 do CDI.

A Companhia e suas controladas têm políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

6. Títulos e Valores Mobiliários

	Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
<u>circulante</u>			
Alupar Investimento S.A. (a)	170.535	247.671	326.149
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE (b)	6.914	-	-
LUMITRANS - Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans (b)	518	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão S.A. - EATE (b)	-	18.469	-
Empresa Catarinense de Transmissão S.A. – ECTE (b)	-	2.228	-
Empresa Norte de Transmissão S.A. - ENTE (b)	-	10.962	-
	<u>177.967</u>	<u>279.330</u>	<u>326.149</u>
<u>não circulante</u>			
Empresa Amazonense de Transmissão S.A. - EATE (c)	14.297	14.297	31.171
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE (b)	6.913	-	-
Empresa Catarinense de Transmissão S.A. – ECTE (b)	-	-	2.208
Empresa Norte de Transmissão S.A. - ENTE (c)	3.843	3.843	16.262
Empresa Regional de Transmissão S.A. - ERTE (b)	2.138	2.121	2.371
Empresa Paraense de Transmissão S.A. - ETEP (c)	6.803	5.923	5.764
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC (b)	4.514	4.664	4.918
LUMITRANS - Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans (b)	2.098	2.831	3.084
ETES - Empresa de Transmissão do Espírito Santo (b)	2.028	1.186	1.098
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. – STN (b)	6.617	-	-
Foz do Rio Claro Energia S.A. (b)	9.578	-	-
Ijuí Energia S.A. (b)	11.264	-	-
Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (b)	5.897	4.513	-
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (b)	6.191	855	-
Companhia Transleste de Transmissão (b)	2.852	2.559	2.334
Companhia Transirapé de Transmissão (b)	1.902	2.015	2.056
Companhia Transudeste de Transmissão (b)	827	896	1.059
	<u>87.762</u>	<u>45.703</u>	<u>72.325</u>

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

- a) O Títulos e valores mobiliários registrado na Companhia refere-se à integralização de capital efetuado pelo acionista FI-FGTS, em 28 de setembro de 2009, no montante de R\$ 400.000. Em cumprimento ao acordo de acionistas firmado entre a Companhia e o FI-FGTS, o valor integralizado pelo FI-FGTS ficará retido, e depositado em uma conta vinculada na Caixa Econômica Federal. A liberação do valor da integralização do FI-FGTS se dará em 5 tranches de R\$ 80.000, com a condicionante da apresentação de comprovação de dispêndios realizados com os valores já liberados. Atualmente, os recursos ainda não liberados estão depositados em Fundo Exclusivo, denominado FI Energia, cuja rentabilidade média corresponde a 100% do CDI, formado basicamente de Títulos Públicos, e Certificados de Depósito Bancário emitidos por bancos de primeira linha conforme estatuto do fundo. Até 31 de dezembro de 2011, já haviam sido liberadas 3 “tranches” e seus respectivos rendimentos. A previsão contratual é de utilização do saldo remanescente até setembro de 2012.
- b) O caixa registrado nas controladas referem-se a constituição de contas reservas definidas nos contratos de empréstimos das controladas. Estas contas consistem na obrigação manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos, financiamentos e debêntures.
- c) Aplicação destinada ao reinvestimento em projetos de infraestrutura na Amazônia brasileira no qual está sujeito a aprovação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA).

7. Contas a receber de clientes

	Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
<u>Circulante</u>			
Transmissão de energia elétrica	102.061	88.738	78.713
Suprimento de energia elétrica	17.804	-	-
	<u>119.865</u>	<u>88.738</u>	<u>78.713</u>

8. Impostos a compensar

Por força de determinações legais, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto sofreram as retenções e/ou procederam as antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições. Os saldos destes tributos estão assim distribuídos:

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

a) Imposto de renda e contribuição social corrente e outros tributos a compensar

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
<u>Circulante</u>						
Imposto de renda	-	-	-	10.155	3.780	8.486
Contribuição social	-	-	-	8.318	395	6.276
Imposto de renda retido na fonte	17.245	10.259	6.671	23.347	15.034	8.997
PIS	-	15	10	2.070	1.515	54
COFINS	-	71	44	10.455	7.638	486
INSS	-	-	-	113	141	73
Outros	-	546	-	4.912	160	2.228
	<u>17.245</u>	<u>10.891</u>	<u>6.725</u>	<u>59.370</u>	<u>28.663</u>	<u>26.600</u>
<u>Não circulante</u>						
Imposto de renda	-	-	-	-	-	257
Contribuição social	-	-	-	-	-	101
PIS	-	-	-	5.718	2.327	1.590
COFINS	-	-	-	26.340	10.716	7.363
INSS	-	-	-	112	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>32.170</u>	<u>13.043</u>	<u>9.311</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferido

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
<u>Não circulante</u>						
Imposto de renda diferido	-	-	-	160	15	126
Contribuição social diferido	-	-	-	68	5	57
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>228</u>	<u>20</u>	<u>183</u>

9. Contrato de Concessão Público - Privado

	Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
<u>Circulante</u>			
Ativo financeiro da concessão	880.725	793.249	735.562
	<u>880.725</u>	<u>793.249</u>	<u>735.562</u>
<u>Não circulante</u>			
Ativo financeiro da concessão	3.025.272	2.806.813	2.511.518
Ativo intangível - bens de concessão	820.366	825.570	603.443
	<u>3.845.638</u>	<u>3.632.383</u>	<u>3.114.961</u>

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

Movimentação do ativo financeiro de concessão:

Saldo em 31 de dezembro de 2009	3.247.080
Receita de concessão de transmissão	85.014
Remuneração do ativo financeiro	728.043
Receita de infraestrutura	270.518
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(730.593)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.600.062
Receita de concessão de transmissão	100.202
Remuneração do ativo financeiro	790.090
Receita de infraestrutura	237.443
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(821.800)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.905.997

Ativo financeiro da concessão

Os serviços públicos de transmissão de energia elétrica prestados pelas controladas da Companhia são regulamentados pelos contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados com a União – Poder Concedente. Estes contratos de concessão estabelecem os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados. Estes contratos estabelecem também, que os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização.

Sendo assim, com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica das controladas e controladas em conjunto da Companhia, decidiu-se pela aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão nestas controladas e controladas em conjunto. A Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

As infraestruturas construídas da atividade de transmissão que estavam originalmente representadas pelos ativos imobilizados das controladas e controladas em conjunto são, ou serão, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico, por falta de uma metodologia adequada à mensuração de seu valor;

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

Ativo intangível – bens de concessão

Os contratos de concessão das controladas Ijuí Energia S.A. (Ijuí) e Foz do Rio Claro Energia S.A. (Foz), contemplam as características para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão. O modelo contábil adotado por estas controladas é do registro do ativo intangível, visto que estas controladas são remuneradas em função do grau de utilização das infraestruturas da concessão. Este intangível deverá ser amortizado pelo prazo da concessão da controlada.

Características do Contrato de Concessão das Controladas - Transmissão

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (EATE): Por meio do Contrato de Concessão nº 42/2001, de 12 de junho de 2001, foi outorgada à controlada EATE pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo as linhas de transmissão de 500 kV entre as subestações seccionadoras Tucuruí, Marabá, Imperatriz e Presidente Dutra e Açailândia.

Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. (STN): Por meio do Contrato de Concessão nº 05/2004, de 18 de fevereiro de 2004, foi outorgada à controlada STN pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo as Linhas de Transmissão em 500 kv, Teresina II – Sobral III – C2, com origem no Estado do Piauí e término no Estado do Ceará, com extensão de 334 Km e Sobral II – Fortaleza II – C2, no Estado do Ceará, com extensão de 212 KM.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. (ETES): Por meio do Contrato de Concessão nº 006/2007, de 20 de abril de 2007, foi outorgada à controlada ETES pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 230 kv, com extensão de 107 km, composta pela linha de transmissão Mascarenhas – Verona, localizadas no Estado do Espírito Santo.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (ETEP): Por meio do Contrato de Concessão nº 43/2001, de 12 de junho de 2001, foi outorgada à controlada ETEP pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo a linha de transmissão de 345/138 Kv, com origem na subestação de Tucuruí (ampliação) e término na subestação de Vila do Conde (ampliação), no Estado do Pará.

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (ENTE): Por meio do Contrato de Concessão nº 85/2002, de 11 de dezembro de 2002, foi outorgada à controlada ENTE pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo duas linhas de transmissão de 500 kV cada uma, sendo a primeira com origem na subestação de Tucuruí (ampliação) e término na subestação Marabá (ampliação), ambas no estado do Pará e a segunda com origem na subestação de Marabá e término na subestação de Açailândia (ampliação), no Estado do Maranhão.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (ERTE): Por meio do Contrato de Concessão nº 83/2002, de 11 de dezembro de 2002, foi outorgada à controlada ERTE pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo a linha de transmissão de 230 kV, com 179 km de extensão, com origem na subestação de Vila do Conde (ampliação) e término na subestação de Santa Maria (ampliação), ambas no Estado do Pará.

Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (ECTE): Por meio do Contrato de Concessão nº 88/2000, de 1º de novembro de 2000, foi outorgada à controlada ECTE pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo a linha de transmissão de 525 kv, com extensão de 252,5 km, com origem na subestação de Campos Novos (ampliação) e término na subestação de Blumenau (ampliação) no Estado de Santa Catarina.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. (ETEM): Por meio do Contrato de Concessão nº 005/2010, de 12 de julho de 2010, foi outorgada à controlada ETEM pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas, segundo o contrato, pela Linha de Transmissão em 230 kv, circuito simples, com extensão aproximada de 130 Km, com origem na Substação Nobres, localizada no Estado de Mato Grosso e termino na Substação Cuibá, localizada no Estado de Mato Grosso; segundo circuito simples com extensão aproximada de 105 km, origem na Substação Nova Mutum e término na Substação de Nobres localizada no Estado de Mato Grosso.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (TME): Por meio do Contrato de Concessão nº 025/2009, de 19 de novembro de 2009, foi outorgada à controlada TME pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas, segundo o contrato, pela Linha de Transmissão em 500 kv, circuito simples, com extensão aproximada de 348 Km, com origem na Substação Jauru, localizada no Estado de Mato Grosso e termino na Substação Cuibá, localizada no Estado de Mato Grosso; pela Substação Jauru em 500/230 kv – 750 MVA.

Alupar Investimento S.A.
Notas Explicativas

Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. (ETVG): Por meio do Contrato de Concessão nº 018/2010, de 23 de dezembro de 2010, foi outorgada à controlada ETVG pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas, segundo o contrato, pela Instalação de Transmissão composta pela Subestação Várzea Grande, em 230/138 kv.

LUMITRANS - Companhia Transmissora de Energia Elétrica (Lumitrans): Por meio do Contrato de Concessão nº 007/2004, de 18 de fevereiro de 2004, foi outorgada à controlada Lumitrans pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo a linha de transmissão de 525 kv, com extensão de 51 km, com origem na subestação de Machadinho e término na subestação de Campos Novos, ambas no estado de Santa Catarina.

Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (STC): Por meio do Contrato de Concessão nº 006/2006, de 27 de abril de 2006, foi outorgada à controlada STC pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo a linha de transmissão Barra Grande - Lages, circuito duplo, com extensão aproximada de 96 km, com origem na subestação Barra Grande e término na subestação Lages; linha de transmissão Lages - Rio do Sul, circuito duplo, com extensão aproximada de 99 km, com origem na nova subestação de Lages e término na nova subestação Rio do Sul, todas localizadas no Estado de Santa Catarina.

Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (EBTE): Por meio do Contrato de Concessão nº 11/2008, de 16 de outubro de 2008, foi outorgada à controlada EBTE pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo a linha de transmissão em 230 kV, composto pelas linhas de transmissão, Juína-Maggi, circuito duplo, com 215 km de extensão, interligando a nova subestação de Juína à subestação de Maggi; linha de transmissão Maggi-Juba, circuito duplo, com 232 km de extensão, com origem na subestação de Maggi e término na subestação de Juba; linha de transmissão Maggi-Parecis, circuito duplo, com 106 km de extensão, com origem na subestação de Maggi e término na nova subestação de Parecis e a linha de transmissão Nova Mutum-Sorriso-Sinop, circuito simples, com 222 km de extensão, interligando as subestações de Nova Mutum, Sorriso e Sinop, todas localizadas no Estado de Mato Grosso.

Alupar Investimento S.A.
Notas Explicativas

Companhia Transleste de Transmissão (Transleste): Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 009/2004 - ANEEL, datado de 18 de fevereiro de 2004, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à controlada Transleste a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 345 kV, com 138 km de extensão, tendo origem na subestação de Montes Claros, e término na nova subestação Seccionadora de Irapé, ambas no Estado de Minas Gerais.

Companhia Transirapé de Transmissão (Transirapé): Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 012/2005, lote B - ANEEL, datado de 15 de março de 2005, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à controlada Transirapé a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 230 kV, com 61 km de extensão, tendo origem na subestação de Irapé, e término na nova subestação de Araçuaí 2, ambas no Estado de Minas Gerais.

Companhia Transudeste de Transmissão (Transudeste): Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 005/2005, lote F - ANEEL, datado de 04 de março de 2005, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à controlada Transudeste a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 345 kV, com 140 km de extensão, tendo origem na subestação de Itutinga, e término na subestação de Juiz de Fora, ambas no Estado de Minas Gerais.

Empresa Santos Dumont de Energia S.A. (ESDE): Por meio do Contrato de Concessão nº 025/2009, de 19 de novembro de 2009, foi outorgada à controlada ESDE pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo a linha de transmissão em 345/138 kV, composto pela subestação Santos Dumont e dois trechos de linhas de transmissão em 345 kv, compreendidos entre o ponto de seccionamento das Linhas de Transmissão Barbacena 2 – Juiz de Fora 1 e a Subestação Santos Dumont, todas localizadas no Estado de Minas Gerais.

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

Características do Contrato de Concessão das Controladas - Geração

Ijuí Energia S.A. (Ijuí): Por meio do Contrato de Concessão nº 006/2006-MME-UHE SÃO JOSÉ, datado de 15 de agosto de 2006, foi outorgada à controlada Ijuí pela União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a concessão de Serviço de Geração de Energia Elétrica, pelo prazo de 35 anos, que consiste na exploração do potencial de energia hidrelétrica localizado no Rio Ijuí e com potência instalada mínima de 51 MW. Pelo uso do bem público a controlada Ijuí efetuará o pagamento de parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 155, sendo a primeira parcela a ser paga no início das operações comerciais da UHE.

Foz do Rio Claro Energia S.A. (Foz): Por meio do Contrato de Concessão nº 005/2006-MME-UHE FOZ DO RIO CLARO, datado de 15 de agosto de 2.006, foi outorgado à controlada Foz pela União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a concessão de Serviço de Geração de Energia Elétrica pelo prazo de 35 anos, que consiste na exploração do potencial de energia hidrelétrica localizado no Rio Claro e com potência instalada mínima de 68,4 MW. Pelo uso do bem público a controlada Foz efetuará o pagamento de parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 214, sendo a primeira parcela a ser paga no início das operações comerciais da UHE.

10. Investimentos

A movimentação do investimento no exercício de 31 de dezembro de 2011 e 2010 são como segue:

Descrição	Saldo em 31/12/2010	Adições	(Baixas)	Dividendos / JSCP	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2011
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial:						
Alupar Inversiones Peru	77	-	-	-	(1.118)	(1.041)
Transminas Holding S.A.	57.995	-	-	(5.719)	10.451	62.727
Foz do Rio Claro Energia S.A.	37.660	35.000	-	-	(5.153)	67.507
Ijuí Energia S.A.	34.862	60.000	-	-	(1.661)	93.201
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	11.081	-	-	-	1.065	12.146
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	11.785	-	-	-	254	12.039
Ferreira Gomes Energia S.A.	1	118.079	-	-	(456)	117.624
Genpower termoeletricas e participações S.A.	-	-	-	-	(70)	(70)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	299.484	91.611	-	(73.241)	103.537	421.391
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.	193.235	7.902	-	(34.219)	40.239	207.157
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	28.123	8.086	-	(705)	12.146	47.650
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	76.231	-	-	(11.529)	22.524	87.226
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	168.143	-	-	(34.223)	47.551	181.471
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	29.931	6.772	-	(7.099)	9.205	38.809
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	51.035	2.997	-	(13.365)	12.074	52.741
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	8.481	13.200	-	-	1.713	23.394
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	34.882	6.024	-	-	6.629	47.535
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	501	5.800	-	-	102	6.403
LUMITRANS - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	5.490	525	-	(529)	1.165	6.651
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	18.793	3.396	-	(743)	2.478	23.924
	1.067.790	359.392	-	(181.372)	262.675	1.508.485
Terrenos	5.686	-	-	-	-	5.686
Outros	1	-	-	-	-	1
	1.073.477	359.392	-	(181.372)	262.675	1.514.172

Alupar Investimento S.A.
Notas Explicativas

Descrição	Saldo em 31/12/2009	Adições	(Baixas)	Dividendos / JSCP	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2010
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial:						
Alupar Inversiones Peru	-	981	-	-	(904)	77
Transminas Holding S.A.	52.893	-	(2.486)	(2.363)	9.951	57.995
Foz do Rio Claro Energia S.A.	41.008	-	-	-	(3.348)	37.660
Ijuí Energia S.A.	42.058	-	-	-	(7.196)	34.862
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	10.872	-	-	-	209	11.081
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	11.224	-	-	-	561	11.785
Ferreira Gomes Energia S.A.	-	1	-	-	-	1
Genpower termoeletricas e participações S.A.	-	-	-	-	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	226.946	12.324	-	(14.752)	74.966	299.484
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.	175.720	-	(9.209)	(11.380)	38.104	193.235
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	23.767	-	-	(1.216)	5.572	28.123
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	54.515	12.218	(5.237)	(7.003)	21.738	76.231
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	134.801	-	-	(14.185)	47.527	168.143
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	23.222	-	-	(2.090)	8.799	29.931
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	43.191	-	-	(3.994)	11.838	51.035
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	-	8.401	-	-	80	8.481
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	465	33.991	-	-	426	34.882
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	-	501	-	-	-	501
LUMITRANS - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	4.998	-	-	(153)	645	5.490
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	17.667	-	-	(1.319)	2.445	18.793
	863.347	68.417	(16.932)	(58.455)	211.413	1.067.790
Terrenos	3.345	2.341	-	-	-	5.686
Outros	1	-	-	-	-	1
	866.693	70.758	(16.932)	(58.455)	211.413	1.073.477

Os investimentos em controladas e controladas em conjunto estão apresentadas a seguir:

31/12/2011								
Dados das Controladas/Coligadas				Quantidade de Ações ou cotas possuídas			Participação da Alupar	
Empresas	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Patrimônio líquido	Resultado do período	Ordinárias	Preferenciais	Total	no capital social	no patrimônio líquido
Alupar Inversiones Peru	625.179	(1.041)	(1.098)	625.178	-	625.178	100,00%	(1.041)
Transminas Holding S.A.	44.860.000	89.585	14.930	31.409.499	499	31.409.998	70,02%	62.727
Foz do Rio Claro Energia S.A.	82.000.000	100.000	(10.305)	41.008.194	-	41.008.194	50,01%	67.507
Ijuí Energia S.A.	84.100.000	126.390	(3.321)	42.058.404	-	42.058.404	50,01%	93.201
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	43.817.126	48.562	4.256	10.959.036	-	10.959.036	25,01%	12.146
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	45.182.135	48.137	1.019	11.300.318	-	11.300.318	25,01%	12.039
Ferreira Gomes Energia S.A.	118.081.525	117.626	(393)	118.081.525	-	118.081.525	99,99%	117.624
Genpower termoeletricas e participações S.A.	1.200	(137)	(138)	612	-	612	51,00%	(70)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	180.000.010	842.485	204.313	46.020.150	44.011.570	90.031.720	50,02%	421.391
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.	198.000.000	406.190	79.729	100.979.997	-	100.979.997	51,00%	207.157
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	29.064.000	47.650	12.253	29.064.000	-	29.064.000	100,00%	47.650
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	45.000.010	174.398	45.035	13.505.150	9.001.844	22.506.994	50,02%	87.226
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	100.840.000	362.862	95.081	50.431.144	-	50.431.144	50,01%	181.471
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	32.645.372	77.598	18.406	18.475.367	-	18.475.367	50,01%	38.809
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	42.095.000	124.158	30.011	17.896.575	-	17.896.575	42,51%	52.741
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	32.001.000	38.990	2.855	22.578.506	-	22.578.506	60,00%	23.394
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	80.000.000	103.336	14.410	40.479.999	-	40.479.999	46,00%	47.535
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	2.001.000	6.403	102	7.300.997	-	7.300.997	100,00%	6.403
LUMITRANS - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	28.070.000	44.342	7.759	4.572.179	-	4.572.179	15,00%	6.651
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	61.360.000	119.621	12.391	15.668.000	-	15.668.000	20,00%	23.924
								1.508.485

31/12/2010								
Dados das Controladas/Coligadas				Quantidade de Ações ou cotas possuídas			Participação da Alupar	
Empresas	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Patrimônio líquido	Resultado do período	Ordinárias	Preferenciais	Total	no capital social	no patrimônio líquido
Alupar Inversiones Peru	625.179	77	(904)	625.178	-	625.178	100,00%	77
Transminas Holding S.A.	44.860.000	82.826	14.211	31.409.499	499	31.409.998	70,02%	57.995
Foz do Rio Claro Energia S.A.	82.000.000	75.305	(6.695)	41.008.194	-	41.008.194	50,01%	37.660
Ijuí Energia S.A.	84.100.000	69.711	(14.389)	42.058.404	-	42.058.404	50,01%	34.862
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	43.817.126	44.306	835	10.959.036	-	10.959.036	25,01%	11.081
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	45.182.135	47.119	2.242	11.300.318	-	11.300.318	25,01%	11.785
Ferreira Gomes Energia S.A.	1.000	1	-	999	-	999	99,90%	1
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	180.000.010	787.892	197.223	46.020.150	22.399.128	68.419.278	38,01%	299.484
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.	198.000.000	378.892	67.896	100.979.997	-	100.979.997	51,00%	193.235
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	20.978.000	28.123	5.572	20.977.997	-	20.977.997	100,00%	28.123
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	45.000.010	152.414	38.070	13.505.150	9.001.844	22.506.994	50,02%	76.230
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	100.840.000	336.212	85.570	50.431.144	-	50.431.144	50,01%	168.143
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	23.400.000	59.846	17.594	11.703.144	-	11.703.144	50,01%	29.931
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	42.095.000	127.550	26.632	16.843.146	-	16.843.146	40,01%	51.036
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	24.001.000	14.135	134	14.400.598	-	14.400.598	60,00%	8.481
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	80.000.000	75.831	926	36.799.799	-	36.799.799	46,00%	34.882
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	501.000	501	-	500.999	-	500.999	100,00%	501
LUMITRANS - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	28.070.000	36.603	4.300	4.210.292	-	4.210.292	15,00%	5.490
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	61.360.000	93.964	8.534	12.272.000	-	12.272.000	20,00%	18.793
								1.067.790

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

Transação de capital

EATE

Conforme Acordo de Acionistas entre a Companhia e os acionistas da controlada EATE, a Companhia detinha a obrigação de compra de ações preferências de emissão da controlada EATE, detidas pela Eletrobrás. Desta forma a Companhia aumentou gradativamente a participação no capital social da controlada EATE. Tal obrigação de compra iniciou-se 24 meses após a entrada em operação da controlada EATE, ou seja, março de 2003. Estas compras foram efetuadas a cada trimestre, com período máximo de conclusão de dez anos após o seu início.

O preço de venda das ações preferenciais de titularidade da Centrais Elétrica Brasileiras S.A. - Eletrobrás, a cada trimestre, foi determinado pelo atual capital contribuído pelas ações, atualizado pelo IGP-M, acrescido de remuneração de capital de 12% a.a., pro rata temporis, deduzidos quaisquer dividendos pagos à Eletrobrás durante o mesmo período.

No primeiro semestre de 2011, a Companhia efetuou a compra do saldo remanescente de 20.632.329 ações preferências da controlada EATE e que eram de titularidade da Eletrobrás. Esta aquisição foi efetuada pelo montante de R\$4.790, gerando um ganho de capital para a Companhia no montante de R\$86.821. Este ganho de capital foi registrado no patrimônio líquido na rubrica de reserva de capital. No primeiro semestre de 2011, a Companhia concluiu a recompra das ações da EATE.

ECTE

Em 11 de novembro de 2011, a Companhia adquiriu 1.053.429 ações ordinárias da controlada ECTE e que eram de titularidade da MDU Resources Luxemburgo II LLC ("MDU"). Esta aquisição foi efetuada pelo montante de R\$4.872, gerando uma perda de capital para a Companhia no montante de R\$1.875. Esta perda de capital foi registrada no patrimônio líquido na rubrica de reserva de capital.

Empresa controlada	Data de aquisição	Valor de aquisição	Valor patrimonial do investimento	(Ágio) / Deságio
Empresa Amazonense de Transmissão S.A. - EATE	28/02/2011	773	4.841	4.068
Empresa Amazonense de Transmissão S.A. - EATE	31/03/2011	4.017	86.770	82.753
Empresa Norte de Transmissão S.A. - ENTE	11/11/2011	4.872	2.997	(1.875)
		<u>9.662</u>	<u>94.608</u>	<u>84.946</u>

Alupar Investimento S.A. **Notas Explicativas**

11. Imobilizado

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

Consolidado				
Taxa média anual de depreciação		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Em serviço				
Custo				
Terrenos		6.830	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3%	277.250	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	4%	63.052	560	551
Máquinas e Equipamentos	4%	112.143	871	536
Veículos	18%	885	5	5
Móveis e Utensílios	10%	1.465	1.249	1.060
Total custo		461.625	2.685	2.152
Depreciação				
Reservatórios, Barragens e Adutoras		(2.239)	-	
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(874)	(258)	(138)
Máquinas e Equipamentos		(1.624)	(221)	(188)
Veículos		(226)	(2)	(119)
Móveis e Utensílios		(496)	(358)	(247)
Total depreciação		(5.459)	(839)	(692)
Total em serviço		456.166	1.846	1.460
Em curso				
		367.844	446.687	327.412
Arrendamento Financeiro, líquido de depreciação		114	469	704
Total Imobilizado		824.124	449.002	329.576

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, menos a depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (UC), conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, complementada pela Resolução ANEEL nº 015, de 29 de dezembro de 1997, as quais foram revogadas a partir de 26 de junho de 2009, com a publicação da Resolução ANEEL nº 367 de 2 de junho de 2009, que criou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE. As taxas anuais de depreciação vigentes a partir da publicação da Resolução nº 367, estão determinadas na tabela anexa ao MCSPE.

b) As movimentações do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são a seguinte:

	Em serviço						Em curso	Arrendamento Financeiro	Total
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios			
Em Serviço/Curso									
Saldo em 31 de dezembro de 2009	-	-	551	536	5	1.060	327.412	704	330.268
Adições	-	-	9	58	-	137	121.318	-	121.522
Baixas	-	-	-	-	-	(13)	(1.701)	(235)	(1.949)
Transferências	-	-	-	277	-	65	(342)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	-	560	871	5	1.249	446.687	469	449.841
Adições	-	-	48	357	1.012	437	407.741	61	409.656
Baixas	-	-	(1)	(25)	(233)	(257)	(28.982)	(416)	(29.914)
Transferências	6.830	277.250	62.445	110.940	101	36	(457.602)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	6.830	277.250	63.052	112.143	885	1.465	367.844	114	829.583

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

	Em serviço					
	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Arrendamento Financeiro
Depreciação						
Saldo em 31 de dezembro de 2009	-	(138)	(188)	(119)	(247)	-
Adições	-	(120)	(48)	-	(94)	-
Baixas	-	-	15	117	(17)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	(258)	(221)	(2)	(358)	-
Adições	(2.239)	(616)	(1.410)	(368)	(138)	-
Baixas	-	-	7	144	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(2.239)	(874)	(1.624)	(226)	(496)	-

A Companhia agrega, mensalmente, ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os juros são capitalizados durante a fase de construção do ativo imobilizado até a data em que o ativo está disponível para utilização. Os juros capitalizados no exercício de 2011, 2010 e 2009, foram no montante de R\$ 23.045, R\$ 20.836 e R\$ 14.335, respectivamente.

12. Intangível

a) A composição do ativo intangível é a seguinte:

Taxa média anual de amortização	Controladora			Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Em serviço - bens da concessão						
Custo						
Geração	3%	-	-	819.732	284.894	-
Total custo - bens da concessão		-	-	819.732	284.894	-
Amortização						
Geração		-	-	(27.577)	(4.023)	-
Total amortização		-	-	(27.577)	(4.023)	-
Total em serviço - bens da concessão		-	-	792.155	280.871	-
Em curso - bens da concessão						
Custo						
Transmissão		-	-	-	-	3.177
Geração		-	-	28.211	544.699	600.266
Total em curso		-	-	28.211	544.699	603.443
Outros intangíveis						
Outros intangíveis - custo	10%	495	447	11.023	3.257	758
Outros intangíveis - amortização		(178)	(88)	(1.854)	(784)	(66)
Total outros intangíveis		317	359	9.169	2.473	692
Intangível gerado na aquisição de ações						
Ágio na aquisição de ações	3%	8.157	8.157	26.865	26.865	26.865
Amortização		-	-	(2.308)	(1.598)	(888)
Total de ágio gerado na aquisição de ações		8.157	8.157	24.557	25.267	25.977
Projeto em desenvolvimento						
		74.488	55.340	75.380	55.585	32.259
Total intangível		82.962	63.856	929.472	908.895	662.371

A Companhia agrega, mensalmente, ao custo de construção do ativo intangível em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os juros capitalizados no exercício de 2011, 2010 e 2009, foram no montante de R\$ 0, R\$ 33.050 e R\$ 30.648, respectivamente.

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

Ativo intangível – bens de concessão

O saldo do intangível inclui os ativos intangíveis de concessão, que são reconhecidos na medida em que as controladas têm o direito de cobrar pelos serviços prestados aos usuários dos serviços públicos. Este ativo intangível foi avaliado internamente com base no valor presente das contraprestações futuras a serem feitas ao poder concedente, e não foi identificado riscos de recuperação desses ativos. Este ativo está sendo amortizado de forma linear pelo prazo remanescente dos contratos de concessões das controladas Foz e Ijuí.

Ágio na aquisição de ações

Queluz e Lavrinhas: Os ágios têm como fundamento econômico a perspectiva de rentabilidade futura durante o prazo de exploração da concessão e será amortizado a partir do momento em que os empreendimentos PCH Queluz e PCH Lavrinhas, pelo prazo remanescente da concessão de forma linear. Os ágios registrados pela Companhia foram originários de investimentos efetuados nos seguintes empreendimentos:

	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	2.665	2.665	2.665
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	5.245	5.245	5.245
Outros	247	247	247
	<u>8.157</u>	<u>8.157</u>	<u>8.157</u>

Os saldos do ágio registrado na EATE em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 estão assim compostos:

	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Ágio	18.708	18.708	18.708
Amortização de ágio	(2.308)	(1.598)	(888)
	<u>16.400</u>	<u>17.110</u>	<u>17.820</u>

Projeto em desenvolvimento

Para desenvolver um projeto, a Companhia incorre em custos com a contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação dos projetos desenvolvidos, estes custos são alocados nas respectivas Sociedades de Propósito Específico – SPE's, que reembolsarão todos os gastos incorridos à Companhia.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos desta conta para ao resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais pela administração.

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis, não tendo sido encontrado informações através de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

b) As movimentações do intangível em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são a seguinte:

	Consolidado						
	Em serviço - bens da concessão	Em curso - bens da concessão	Outros intangíveis - custo	Ágio na aquisição de ações	Projeto em desenvolvimento	Amortização	Total
	Geração	Geração					
<u>Em Serviço/Curso</u>							
Saldo em 31 de dezembro de 2009	-	603.443	758	26.865	32.259	(954)	662.371
Adições	-	242.105	745	-	24.850	(5.451)	262.249
Baixas	-	(15.955)	278	-	(48)	-	(15.725)
Transferências	284.894	(284.894)	1.476	-	(1.476)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	284.894	544.699	3.257	26.865	55.585	(6.405)	908.895
Adições	-	52.853	8.477	-	24.336	(25.334)	60.332
Baixas	-	(34.503)	(711)	-	(4.541)	-	(39.755)
Transferências	534.838	(534.838)	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2011	819.732	28.211	11.023	26.865	75.380	(31.739)	929.472

13. Tributos e Contribuições Sociais Corrente e Diferido

a) Tributos e contribuições sociais a recolher

	Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Circulante			
Imposto de renda	30.511	22.486	31.144
Contribuição social	34.362	29.038	30.554
ICMS	4.330	5.453	5.664
PIS	1.400	747	1.024
COFINS	5.418	3.742	4.196
INSS	2.422	2.326	698
Outros	5.750	3.178	2.306
	84.193	66.970	75.586

b) Tributos e contribuições sociais diferido

	Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Não circulante			
Imposto de renda diferido	102.640	147.981	117.957
Contribuição social diferido	104.013	39.172	42.464
	206.653	187.153	160.421

A base de cálculo do imposto diferido é proveniente do reflexo da adoção das práticas contábeis internacionais, mais precisamente dos impactos contábeis do ICPC 01 nas controladas da Companhia.

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

14. Provisões de Constituição de Ativos

As provisões de constituição de ativos vinculadas à usina de Queluz, Lavrinhas, Foz e Ijuí no montante de R\$ 69.339, em 31 de dezembro de 2011, referem-se a custos de implantação do empreendimento que serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma de conclusão destas obras. Entre as principais obrigações destacam-se custos com equipamentos para medição de pluviometria e sedimentação, instrumentação, fornecimento de bens, materiais e serviços de supervisão, montagem, comissionamento e operação assistida.

15. Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Encargos de Dívidas

- a) O saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
<u>Encargos de dívidas - circulante</u>						
Moeda estrangeira	-	-	-	166	384	1.198
Moeda nacional	841	85	4	11.175	12.373	6.454
Debêntures	1.371	3.489	206	4.577	3.489	206
	<u>2.212</u>	<u>3.574</u>	<u>210</u>	<u>15.918</u>	<u>16.246</u>	<u>7.858</u>
<u>Encargos de dívidas - não circulante</u>						
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-
Moeda nacional	-	-	-	87.936	111.109	28.600
Debêntures	2.298	1.058	-	4.084	1.058	-
	<u>2.298</u>	<u>1.058</u>	<u>-</u>	<u>92.020</u>	<u>112.167</u>	<u>28.600</u>
<u>Empréstimos e financiamentos - circulante</u>						
Moeda estrangeira	-	-	-	2.620	13.047	22.279
Moeda nacional (inclui arrendamento mercantil)	84.963	1.349	3.228	342.508	202.321	234.133
	<u>84.963</u>	<u>1.349</u>	<u>3.228</u>	<u>345.128</u>	<u>215.368</u>	<u>256.412</u>
<u>Empréstimos e financiamentos - não circulante</u>						
Moeda estrangeira	-	-	-	12.683	56.562	72.329
Moeda nacional (inclui arrendamento mercantil)	55.615	22.492	216	1.294.202	1.640.641	1.548.956
	<u>55.615</u>	<u>22.492</u>	<u>216</u>	<u>1.306.885</u>	<u>1.697.203</u>	<u>1.621.285</u>
<u>Debêntures - circulante</u>						
Moeda nacional	81.803	151.643	-	222.027	151.643	-
	<u>81.803</u>	<u>151.643</u>	<u>-</u>	<u>222.027</u>	<u>151.643</u>	<u>-</u>
<u>Debêntures - não circulante</u>						
Moeda nacional	240.858	323.358	325.925	860.200	323.358	325.925
	<u>240.858</u>	<u>323.358</u>	<u>325.925</u>	<u>860.200</u>	<u>323.358</u>	<u>325.925</u>
<u>Custo de transação a amortizar - circulante</u>						
Moeda nacional	-	-	-	(11)	-	-
Debêntures	-	-	-	(1.461)	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.472)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Custo de transação a amortizar - não circulante</u>						
Moeda nacional	(557)	-	-	(797)	-	-
Debêntures	(3.299)	(4.531)	(3.090)	(4.985)	(4.531)	(3.090)
	<u>(3.856)</u>	<u>(4.531)</u>	<u>(3.090)</u>	<u>(5.782)</u>	<u>(4.531)</u>	<u>(3.090)</u>
Circulante	168.978	156.566	3.438	581.601	383.257	264.270
Não circulante	294.915	342.377	323.051	2.253.323	2.128.197	1.972.720
Total geral	<u>463.893</u>	<u>498.943</u>	<u>326.489</u>	<u>2.834.924</u>	<u>2.511.454</u>	<u>2.236.990</u>

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

Consolidado							
Moeda estrangeira	31/12/2011						
Instituições financeiras / credores	Vencimento	Moeda	(% a.a.) Taxa efetiva	Dívida			
				Encargos circulante	Encargos não circulante	Principal circulante	Principal não circulante
BDMG - Transirapé	2019	Cesta de moedas	4,50%	6	-	226	1.510
BDMG - Transleste	2017	Cesta de moedas	5,00%	128	-	895	4.026
BDMG - Transudeste (*)	2019	Cesta de moedas	4,50%	4	-	102	661
BNDES - ERTE	2015	Cesta de moedas	5,50%	11	-	729	2.065
BNDES - Transirapé	2019	Cesta de moedas	4,00%	7	-	234	1.562
BNDES - Transudeste (*)	2019	Cesta de moedas	4,00%	2	-	106	690
Santander - Transirapé	2019	Cesta de moedas	4,50%	6	-	226	1.505
Santander - Transudeste (*)	2019	Cesta de moedas	4,50%	2	-	102	664
				166	-	2.620	12.683

Consolidado							
Moeda estrangeira	31/12/2010						
Instituições financeiras / credores	Vencimento	Moeda	(% a.a.) Taxa efetiva	Dívida			
				Encargos circulante	Encargos não circulante	Principal circulante	Principal não circulante
BDMG - Transirapé	2019	Cesta de moedas	4,50%	7	-	202	1.551
BDMG - Transleste	2017	Cesta de moedas	5,00%	128	-	795	4.373
BDMG - Transudeste (*)	2019	Cesta de moedas	4,50%	3	-	91	679
BNDES - EATE	2016	Cesta de moedas	5,00%	131	-	6.303	25.738
BNDES - ENTE	2015	Cesta de moedas	5,50%	72	-	3.765	15.061
BNDES - ERTE	2015	Cesta de moedas	5,50%	13	-	646	2.475
BNDES - ETEP	2015	Cesta de moedas	5,00%	11	-	652	2.174
BNDES - Transirapé	2019	Cesta de moedas	4,00%	7	-	208	1.591
BNDES - Transudeste (*)	2019	Cesta de moedas	4,00%	3	-	91	681
Santander - Transirapé	2019	Cesta de moedas	4,50%	6	-	200	1.534
Santander - Transudeste (*)	2019	Cesta de moedas	4,50%	3	-	94	705
				384	-	13.047	56.562

Consolidado							
Moeda estrangeira	31/12/2009						
Instituições financeiras / credores	Vencimento	Moeda	(% a.a.) Taxa efetiva	Dívida			
				Encargos circulante	Encargos não circulante	Principal circulante	Principal não circulante
BDMG - Transirapé	2019	Cesta de moedas	4,50%	8	-	209	1.810
BDMG - Transleste	2017	Cesta de moedas	5,00%	154	-	831	5.399
BDMG - Transudeste (*)	2019	Cesta de moedas	4,50%	3	-	94	797
BNDES - EATE	2016	Cesta de moedas	5,00%	164	-	6.549	33.291
BNDES - ENTE	2015	Cesta de moedas	5,50%	102	-	3.912	19.562
BNDES - ERTE	2015	Cesta de moedas	5,50%	16	-	671	3.243
BNDES - ETEP	2015	Cesta de moedas	5,00%	15	-	678	2.937
BNDES - Transirapé	2019	Cesta de moedas	4,00%	7	-	216	1.869
BNDES - Transudeste (*)	2019	Cesta de moedas	4,00%	3	-	97	830
Itaú BBA - Ijuí	2010	Cesta de moedas	3,26%	714	-	8.721	-
Santander - Transirapé	2019	Cesta de moedas	4,50%	8	-	207	1.794
Santander - Transudeste (*)	2019	Cesta de moedas	4,50%	4	-	94	797
				1.198	-	22.279	72.329

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

Moeda nacional	Consolidado						
	31/12/2011						
	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Dívida				Custo de transação a amortizar
Instituições financeiras / credores			Encargos circulante	Encargos não circulante	Principal circulante	Principal não circulante	Circulante Não circulante

Empréstimos e financiamentos:

Arrendamento mercantil (Safra, Itaú e Banco do Brasil) - Alupar	2014	Juros de 8,73%	-	-	194	266	-	-
Arrendamento mercantil (Itaú) - Queluz	2013	Juros de 5,84%	-	-	48	24	(11)	-
Banco do Brasil - TME (*)	2012	CDI + 2,60%	293	-	16.100	-	-	-
Banco do Brasil - TME (*)	2012	CDI + 2,55%	675	-	23.000	36.800	-	-
Banco do Brasil - STN	2020	Juros de 4,5%	39	-	420	4.572	-	-
Banco do Brasil - ETVG	2026	Juros de 10%	2	-	-	1.777	-	-
BDMG - Transirapé	2020	Juros de 4,50 %	36	-	1.041	6.940	-	-
BDMG - Transleste	2025	Juros de 9,50%	187	-	2.552	31.050	-	-
BDMG - Transudeste (*)	2019	TJLP + 4,50%	16	-	470	3.058	-	-
BDMG (FINAME) - Transirapé	2021	TJLP + 4,50%	2	-	132	1.001	-	-
BNB - STN	2024	Juros de 10,00%	145	-	15.446	212.920	-	-
BNB - Transleste	2025	Juros de 9,50%	58	-	788	10.080	-	-
BNDES - EBTE	2025	TJLP + 2,56%	538	-	10.962	136.113	-	-
BNDES - ETES	2023	TJLP + 2,37% e	170	-	2.301	24.730	-	-
BNDES - ETES	2019	Juros de 4,5%	180	-	1.508	10.296	-	-
BNDES - Foz	2027	TJLP + 2,44%	2.578	36.747	12.503	178.162	-	-
BNDES - IUJÍ	2027	TJLP + 3,17%	2.345	34.598	10.502	154.900	-	-
BNDES - Lavrinhas	2024	TJPL + 1,93% a :	848	10.535	9.544	118.501	-	-
BNDES - Lumitrans	2022	TJLP + 4,55%	246	-	2.995	36.816	-	-
BNDES - ERTE	2015	TJLP + 5,5% aa	79	-	4.458	12.631	-	-
BNDES - Queluz	2024	TJPL + 1,93% a :	501	6.056	10.676	129.004	-	-
BNDES - STC	2022	TJLP + 2,41 %	140	-	3.769	35.176	-	-
BNDES - STC	2014	TJLP + 3,9 %	7	-	755	944	-	-
BNDES - Transirapé	2019	TJLP + 4,00%	35	-	1.084	7.228	-	-
BNDES - Transudeste (*)	2019	TJLP + 4,00%	16	-	489	3.184	-	-
BNDES (FINAME) - EBTE	2019	Juros de 4,0%	45	-	2.889	19.984	-	-
BNDES - Ferreira Gomes (em liberação)	-	-	-	-	-	-	-	(240)
FINEP - Alupar	2018	Juros de 8,00%	283	-	4.769	55.348	-	(557)
Itaú BBA - ETEM	2012	114% CDI	515	-	45.400	-	-	-
Santander - Transirapé	2019	TJLP + 4,50%	35	-	1.041	6.940	-	-
Santander - Ferreira Gomes	2012	CDI + 1,50%	102	-	40.000	-	-	-
Santander - Transudeste (*)	2019	TJLP + 4,50%	16	-	470	3.058	-	-
Santander - Alupar	2012	CDI + 1,45%	559	-	80.000	-	-	-
Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A - Ferreira Gomes	2013	114,5% do CDI	270	-	29.400	-	-	-
Unibanco - Lumitrans	2021	IGPM + 9,85%	23	-	1.658	4.686	-	-
UNIBANCO - STC	2022	TJLP + 2,41 %	191	-	5.144	48.013	-	-
			11.175	87.936	342.508	1.294.202	(11)	(797)

Debêntures:

2ª Emissão - Alupar	2014	CDI+1,9% e IPC	936	2.298	81.803	90.859	-	(2.073)
3ª Emissão - Alupar	2015	CDI + 1,85%	435	-	-	150.000	-	(1.203)
4ª Emissão - Alupar	2018	CDI + 1,45%	-	-	-	-	-	(23)
HSBC Cometora de Títulos - EATE	2016	CDI + 1,30%	1.542	-	78.540	255.279	(476)	(681)
HSBC Cometora de Títulos - ENTE	2016	CDI + 1,30%	814	-	41.452	134.732	(273)	(390)
HSBC Cometora de Títulos - ECTE (*)	2016	CDI + 1,30%	136	-	6.955	22.605	(54)	(77)
HSBC Cometora de Títulos - ETEP	2016	112,5% CDI	714	-	13.277	56.725	(145)	(293)
Itaú BBA - Ferreira Gomes	2013	115% CDI	-	1.786	-	150.000	(513)	(245)
			4.577	4.084	222.027	860.200	(1.461)	(4.985)
			15.752	92.020	564.535	2.154.402	(1.472)	(5.782)

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

		Consolidado						
Moeda nacional		31/12/2010						
Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Divida				Custo de transação a	
			Encargos circulante	Encargos não circulante	Principal circulante	Principal não circulante	Circulante	Não circulante
Empréstimos e financiamentos:								
Arrendamento mercantil (Safra, Itaú e Banco do Brasil) - Alupar	2013	Juros de 8,73%	-	-	186	102	-	-
Banco do Brasil - ECTE (*)	2014	TJLP + 5,00%	12	-	587	1.983	-	-
Banco Industrial - ECTE (*)	2014	TJLP + 5,00%	4	-	222	631	-	-
Bando do Brasil - STN	2020	Juros de 4,5%	35	-	-	3.744	-	-
BDMG - Transirapé	2020	Juros de 4,50%	40	-	1.041	7.981	-	-
BDMG - Transleste	2025	Juros de 9,50%	201	-	2.552	33.601	-	-
BDMG - Transudeste (*)	2019	TJLP + 4,50%	18	-	470	3.528	-	-
BNB - STN	2024	Juros de 10,00%	154	-	10.485	228.366	-	-
BNB - Transleste	2025	Juros de 9,50%	62	-	788	10.904	-	-
BNDES - EATE	2015	TJLP + 5,00%	926	-	39.852	159.407	-	-
BNDES - EATE	2016	IGPM + 13,00%	472	-	9.071	37.040	-	-
BNDES - EATE	2015	URTJLP + 1,88%	32	-	1.873	7.492	-	-
BNDES - EATE	2005	Juros de 4,50%	16	-	1.649	6.596	-	-
BNDES - EBTE	2025	TJLP + 2,56%	539	-	10.589	136.767	-	-
BNDES - ECTE (*)	2014	TJLP + 5,00%	24	-	1.338	3.904	-	-
BNDES - ECTE (*)	2014	IGPM+12,00%	32	-	1.576	4.597	-	-
BNDES - ENTE	2015	TJLP + 5,50 %	604	-	27.625	108.196	-	-
BNDES - ERTE	2015	TJLP + 5,50 %	100	-	4.458	17.088	-	-
BNDES - ETEP	2015	IGPM + 13,00%	853	-	1.870	5.921	-	-
BNDES - ETEP	2015	TJLP + 5,00%	178	-	9.163	29.016	-	-
BNDES - ETES	2023	TJLP + 2,37% e	153	-	2.278	27.037	-	-
BNDES - ETES	2019	Juros de 4,5%	127	-	1.581	11.623	-	-
BNDES - Foz	2027	TJLP + 3,17%	1.761	35.820	9.466	192.468	-	-
BNDES - Ijuí	2027	TJLP + 3,17%	416	26.189	2.634	165.967	-	-
BNDES - Lavrinhas	2024	TJPL + 1,93% a.	1.048	13.626	9.016	117.204	-	-
BNDES - Lumitrans	2022	TJLP + 4,55%	154	-	3.383	33.201	-	-
BNDES - Lumitrans	2022	IGPM + 9,85% a.	10	-	281	2.907	-	-
BNDES - Queluz	2024	TJPL + 1,93% a.	2.729	35.474	8.370	108.813	-	-
BNDES - STC	2022	TJLP + 2,41%	153	-	3.769	38.945	-	-
BNDES - STC	2014	TJLP + 3,90%	10	-	755	1.698	-	-
BNDES - Transirapé	2019	TJLP + 4,00%	40	-	1.084	8.312	-	-
BNDES - Transudeste (*)	2019	TJLP + 4,00%	18	-	470	3.528	-	-
BNDES (FINAME) - EBTE	2019	Juros de 4,00%	47	-	2.677	21.194	-	-
BRDE - ECTE (*)	2014	TJLP + 5,00%	12	-	668	1.892	-	-
FINEP - Alupar	2018	Juros de 8,00%	84	-	1.163	22.391	-	(215)
Itaú BBA - Lavrinhas	2011	130,00% a 132,00%	166	-	6.000	-	-	-
Itaú BBA - Queluz	2011	130,00% a 134,00%	595	-	15.000	-	-	-
Santander - Transirapé	2019	TJLP + 4,50%	40	-	1.041	7.982	-	-
Santander - Transudeste (*)	2019	TJLP + 4,50%	18	-	490	3.674	-	-
Unibanco - ECTE (*)	2014	TJLP + 5,00%	12	-	667	1.891	-	-
Unibanco - Lumitrans	2021	IGPM + 9,85%	268	-	989	9.892	-	-
UNIBANCO - STC	2022	TJLP + 2,41%	210	-	5.144	53.158	-	-
			12.373	111.109	202.321	1.640.641	-	(215)
Debêntures:								
1ª Emissão - Alupar	2011	118% do CDI	1.584	-	75.000	-	-	(50)
2ª Emissão - Alupar	2014	CDI+1,9% e IPC	1.407	1.058	76.643	173.358	-	(2.764)
3ª Emissão - Alupar	2015	CDI + 1,85%	498	-	-	150.000	-	(1.502)
			3.489	1.058	151.643	323.358	-	(4.316)
			15.862	112.167	353.964	1.963.999	-	(4.531)

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

		Consolidado						
Moeda nacional		31/12/2009						
Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Dívida				Custo de transação a	
			Encargos circulante	Encargos não circulante	Principal circulante	Principal não circulante	Circulante	Não circulante
Empréstimos e financiamentos:								
Arrendamento mercantil (Safra, Itaú e Banco do Brasil) - Alupar	2011	Juros de 8,46%	-	-	228	216	-	-
Banco do Brasil - Alupar	2010	140,00% do CDI	4	-	3.000	-	-	-
BDMG - Transirapé	2020	Juros de 4,50%	45	-	1.041	9.022	-	-
BDMG - Transleste	2025	Juros de 9,50%	216	-	2.552	36.154	-	-
BDMG - Transudeste (*)	2019	TJLP + 4,50%	19	-	471	3.999	-	-
BNB - STN	2024	Juros de 10,00%	162	-	10.111	242.708	-	-
BNB - Transleste	2025	Juros de 9,50%	66	-	815	11.613	-	-
BNDES - EATE	2015	TJLP + 5,00%	1.112	-	39.852	199.260	-	-
BNDES - EATE	2016	IGPM + 13,00%	507	-	8.149	41.422	-	-
Banco Pine - EBTE	2010	140,00% do CDI	168	-	31.000	-	-	-
BNDES - ECTE (*)	2014	TJLP + 5,00%	37	-	1.415	5.543	-	-
BNDES - ECTE (*)	2014	IGPM+12,00%	17	-	3.578	13.829	-	-
BNDES - ENTE	2015	TJLP + 5,50 %	793	-	27.624	135.820	-	-
BNDES - ERTE	2015	TJLP + 5,50 %	121	-	4.458	21.546	-	-
BNDES - ETEP	2015	IGPM + 13,00%	46	-	1.896	7.739	-	-
BNDES - ETEP	2015	TJLP + 5,00%	220	-	9.162	38.180	-	-
BNDES - ETES	2023	TJLP + 2,37% e	100	-	8.150	25.798	-	-
BNDES - Foz	2026	TJLP + 2,44%	491	18.421	5.096	196.125	-	-
Itaú - Foz	2010	135% CDI	76	-	3.412	-	-	-
BNDES - Ijuí	2026	TJLP + 3,13%	272	10.179	4.182	160.869	-	-
Itaú - Ijuí	2010	135,00% a 139,5%	992	-	39.845	-	-	-
BNDES - Lavrinhas	2024	TJPL + 1,93% a :	-	-	1.962	107.884	-	-
BNDES - Lumitrans	2022	TJLP + 4,55%	131	-	989	10.881	-	-
BNDES - Lumitrans	2021	IGPM + 9,85%aa	188	-	3.496	39.612	-	-
BNDES - Queluz	2024	TJPL + 1,93% a :	-	-	3.395	110.685	-	-
Itaú - Queluz	2010	137,00% do CDI	133	-	5.500	-	-	-
BNDES - STC	2022	TJLP + 2,41%	395	-	8.913	101.015	-	-
BNDES - STC	2014	TJLP + 3,90%	14	-	755	2.453	-	-
BNDES - Transirapé	2019	TJLP + 4,00%	44	-	1.084	9.396	-	-
BNDES - Transudeste (*)	2019	TJLP + 4,00%	20	-	490	4.165	-	-
Santander - Transirapé	2019	TJLP + 4,50%	45	-	1.041	9.023	-	-
Santander - Transudeste (*)	2019	TJLP + 4,50%	20	-	471	3.999	-	-
			6.454	28.600	234.133	1.548.956	-	-
Debêntures:								
1ª Emissão - Alupar	2011	118% do CDI	-	-	-	75.000	-	(87)
2ª Emissão - Alupar	2014	CDI+1,9% e IPC	206	-	-	250.925	-	(3.003)
			206	-	-	325.925	-	(3.090)
			6.660	28.600	234.133	1.874.881	-	(3.090)

(*) O valor destes contratos estão ajustado pela parcela de participação da controladora na controlada em conjunto.

Todos os recursos obtidos com os empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

A Administração da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa. Em 31 de dezembro de 2011, estes índices estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto.

As cláusulas restritivas da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto estão relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA.

As debêntures da Companhia e de suas controladas não são conversíveis e possuem características de dívida e não patrimonial.

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2011 alguns empréstimos e financiamentos das controladas possuíam garantias depositadas na forma de contas reservas, no montante de R\$ 92.657.

As características dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia e das controladas estão detalhadas abaixo:

Debêntures

Debêntures – Alupar - 1ª Emissão – emissão em agosto de 2009 de R\$ 150.460 em debêntures no mercado local, sendo emitidas em 4 séries. A remuneração das debêntures contemplava juros remuneratórios, a partir da data de emissão da debênture de cada uma das séries, equivalente a 118,0% (cento e dezoito por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia. As debêntures contavam com a garantia fidejussória da Guarupart Participações Ltda. (“Garantidora”). As debêntures de cada uma das séries da 1ª emissão tinham como vencimento as datas descritas abaixo:

- (i) As Debêntures da 1ª Série vencimento em 27 de outubro de 2011;
- (ii) As Debêntures da 2ª Série vencimento em 24 de outubro de 2011;
- (iii) As Debêntures da 3ª Série vencimento em 24 de outubro de 2011; e
- (iv) As Debêntures da 4ª Série vencimento em 27 de setembro de 2011.

Estas séries de debêntures foram integralmente liquidadas.

Debêntures – Alupar - 2ª Emissão – emissão em dezembro de 2009 de R\$250.000 em debêntures no mercado local, sendo emitidas em 2 séries. As debêntures da 1ª série terão prazo de vencimento de 4 anos a contar da data de emissão, sendo que a amortização ocorrerá em 03 (três) parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2011, no qual foi liquidada na data prevista, a segunda com vencimento previsto 15 de dezembro de 2012 e a última com vencimento em 15 de dezembro de 2013. As debêntures da 2ª série terão prazo de vencimento 5 anos a contar da data de emissão, sendo que a amortização ocorrerá em 03 (três) parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2012, a segunda com vencimento em 15 de dezembro de 2013 e a última com vencimento em 15 de dezembro de 2014.

As debêntures da 1ª série farão jus a uma remuneração anual correspondente a variação do CDI + 1,90%. As debêntures da 2ª série farão jus a uma correção monetária do IPCA + remuneração anual de 8,95%. O pagamento da remuneração da 1ª série será feito semestralmente, a partir da data de emissão. O pagamento da remuneração da 2ª série será feito anualmente, a partir da data de emissão.

Debêntures – Alupar - 3ª Emissão – emissão em dezembro de 2010 de R\$150.000 em debêntures no mercado local, em série única, com prazo de vigência de 5 anos. A amortização das debêntures será realizada em 2 parcelas, sendo 50% em dezembro de 2014, e o saldo remanescente na data de vencimento, que será em dezembro de 2015. As debêntures renderão juros correspondentes a variação do CDI + 1,85% ao ano, com vencimento semestral.

Alupar Investimento S.A.
Notas Explicativas

Debêntures – EATE - 1ª Emissão – emissão em março de 2011 de R\$360.000 em debêntures no mercado local, em série única, com prazo de vigência de 5 anos. As debêntures serão amortizadas em 55 parcelas mensais, com carência de 5 meses a partir da data de emissão, e serão atualizadas pelo CDI e taxa de juros de 1,30% ao ano, com vencimento final em março de 2016.

Debêntures – ENTE - 1ª Emissão – emissão em março de 2011 de R\$190.000 em debêntures no mercado local, em série única, com prazo de vigência de 5 anos. As debêntures serão amortizadas em 55 parcelas mensais, com carência de 5 meses a partir da data de emissão, e serão atualizadas pelo CDI e taxa de juros de 1,30% ao ano, com vencimento final em março de 2016.

Debêntures – ECTE - 1ª Emissão – emissão em março de 2011 de R\$75.000 em debêntures no mercado local, em série única, com prazo de vigência de 5 anos. As debêntures serão amortizadas em 55 parcelas mensais, com carência de 5 meses a partir da data de emissão, e serão atualizadas pelo CDI e taxa de juros de 1,30% ao ano, com vencimento final em março de 2016.

Debêntures – ETEP - 1ª Emissão – emissão em novembro de 2011 de R\$70.000 em debêntures no mercado local, em série única, com prazo de vigência de 5 anos. As debêntures serão amortizadas em 58 parcelas mensais, com carência de 3 meses a partir da data de emissão, e serão atualizadas pelo CDI e taxa de juros de 1,30% ao ano, com vencimento final em novembro de 2016.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos correspondem aos recursos captados pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto e estão sujeitos aos seguintes encargos:

Moeda nacional: Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a atualização pela taxa de juros de longo prazo (TJLP), pelo índice geral de preços do mercado (IGPM) ou pelo certificado de depósito interfinanceiro (CDI), conforme o caso, com spread de 1,7% a 3,3% ao ano sobre o saldo devedor.

Moeda estrangeira: Os contratos de financiamentos em moeda estrangeira correspondem aos recursos captados pela Companhia e suas controladas, conforme a seguir:

Controlada ETEM: Empréstimo captado no Banco Itaú BBA em agosto de 2011 com vencimento em janeiro de 2012 no montante de R\$45.400, sendo atualizado pela taxa de 114,5% do CDI.

Alupar Investimento S.A.
Notas Explicativas

Controlada Transirapé: O saldo devedor será atualizado diariamente a partir da data de liberação e pela média ponderada das correções cambiais incidentes sobre recursos captados pelo BNDES, em moeda estrangeira, a taxa de 4,5% ao ano, acima da taxa variável capitalizados nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, durante o prazo de carência e exigíveis mensalmente, a partir de 15 de setembro de 2007 para os contratos celebrados com o BDMG/Santander. O saldo devedor será atualizado diariamente a partir da data de liberação pelo BNDES e pela média ponderada das correções cambiais incidentes sobre recursos captados pelo BNDES, em moeda estrangeira, a taxa de 4,0% ao ano, acima da taxa variável reajustada trimestralmente no dia 16 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação deste recurso, no trimestre civil imediatamente anterior ao mês de reajuste da referida taxa de juros, calculados sobre o saldo devedor atualizado para o contrato celebrado com o BNDES. Os empréstimos e financiamentos serão pagos em 144 prestações mensais com vencimento final em 2019.

Controlada Transudeste: O saldo devedor será atualizado diariamente a partir da data de liberação e pela média ponderada das correções cambiais incidentes sobre recursos captados pelo BNDES, em moeda estrangeira, a taxa de 4,5% ao ano, acima da taxa variável capitalizados nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, durante o prazo de carência e exigíveis mensalmente, a partir de 15 de setembro de 2007 para os contratos celebrados com o BDMG/Santander. O saldo devedor será atualizado diariamente a partir da data de liberação pelo BNDES e pela média ponderada das correções cambiais incidentes sobre recursos captados pelo BNDES, em moeda estrangeira, a taxa de 4,0% ao ano, acima da taxa variável reajustada trimestralmente no dia 16 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação deste recurso, no trimestre civil imediatamente anterior ao mês de reajuste da referida taxa de juros, calculados sobre o saldo devedor atualizado para o contrato celebrado com o BNDES. Os empréstimos e financiamentos serão pagos em 142 prestações mensais com vencimento final em 2019.

Controlada Transleste: O Banco BDMG creditou a favor da controlada Transleste o valor de R\$ 12.971 equivalentes a US\$ 5.000.000, oriundo de recursos captados pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB em moeda estrangeira originários do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas no Nordeste do Brasil – PEM. Está sujeito a encargos de 5% ao ano acima da taxa variável definida com base na taxa de juros devida pelo BNB ao BID. Os juros serão calculados dia a dia pelo método hamburguês e tem vencimento em 31 de julho de 2005, 31 de janeiro de 2006, 31 de julho de 2006 e semestralmente juntamente com as prestações de principal durante o período de amortização. O principal será amortizado em 21 prestações semestrais e sucessivas, vencendo a primeira em janeiro de 2007 e a última em janeiro de 2017.

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

- b) A movimentação de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

Moeda nacional e estrangeira	Consolidado						Saldo final
	Saldo inicial	Ingresso de	Provisão de	Variação	Amortização do	Amortização	
Instituições financeiras / credores	31/12/2010	dívidas	encargos	monetária	principal	do encargos	31/12/2011
<u>Empréstimos e financiamentos (inclui arrendamento mercantil):</u>							
Moeda Nacional	1.966.230	370.184	140.968	3	(626.717)	(115.655)	1.735.013
Moeda Estrangeira	69.993	36.000	7.456	1.982	(92.284)	(7.678)	15.469
	2.036.223	406.184	148.424	1.985	(719.001)	(123.333)	1.750.482
<u>Debêntures:</u>							
Moeda Nacional	475.231	801.117	125.972	-	(194.919)	(122.959)	1.084.442
	475.231	801.117	125.972	-	(194.919)	(122.959)	1.084.442
	2.511.454	1.207.301	274.396	1.985	(913.920)	(246.292)	2.834.924

Moeda nacional e estrangeira	Consolidado						Saldo final
	Saldo inicial	Ingresso de	Provisão de	Variação	Amortização do	Amortização	
Instituições financeiras / credores	31/12/2009	dívidas	encargos	monetária	principal	do encargos	31/12/2010
<u>Empréstimos e financiamentos (inclui arrendamento mercantil):</u>							
Moeda Nacional	1.818.143	532.170	126.748	3.969	(427.190)	(87.610)	1.966.230
Moeda Estrangeira	95.806	1.165	2.718	-	(22.454)	(7.242)	69.993
	1.913.949	533.335	129.466	3.969	(449.644)	(94.852)	2.036.223
<u>Debêntures:</u>							
Moeda Nacional	323.041	148.076	38.235	-	(433)	(33.688)	475.231
	323.041	148.076	38.235	-	(433)	(33.688)	475.231
	2.236.990	681.411	167.701	3.969	(450.077)	(128.540)	2.511.454

- c) Em 31 de dezembro de 2011, as parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos e debêntures, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Controladora	Consolidado		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira		Moeda nacional
	R\$	US\$ mil	R\$	R\$
2012	-	-	-	10.392
2013	93.481	1.397	2.621	495.797
2014	92.507	1.397	2.621	344.062
2015	84.528	1.332	2.499	336.677
2016	10.131	1.008	1.892	163.318
2017	10.131	770	1.443	120.754
2018 a 2027	4.137	857	1.607	769.640
	294.915	6.761	12.683	2.240.640

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

16. Provisões para Litígios

a) A composição dos litígios é como segue:

	Consolidado					
	Passivo			Ativo		
	Provisões			Depósitos judiciais		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Processos judiciais						
Fiscal (a)	3.057	2.135	1.914	3.141	2.217	1.897
Cível (b)	38	13	-	3.000	3.372	3.616
Fundiário (c)	2.037	2.037	2.605	586	2.937	7.288
Trabalhista (d)	833	184	416	437	75	139
	5.965	4.369	4.935	7.164	8.601	12.940
Circulante	48	1.452	1.672	302	417	107
Não circulante	5.917	2.917	3.263	6.862	8.184	12.833
	5.965	4.369	4.935	7.164	8.601	12.940

b) A movimentação dos litígios em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são como segue:

	Saldo inicial	Ingressos	Atualizações	Baixas	Pagamentos	Saldo final
	31/12/2010					31/12/2011
Processos judiciais						
Fiscal (a)	2.135	785	137	-	-	3.057
Cível (b)	13	38	-	(13)	-	38
Fundiário (c)	2.038	2	251	(2)	(252)	2.037
Trabalhista (d)	183	650	-	-	-	833
	4.369	1.475	388	(15)	(252)	5.965

	Saldo inicial	Ingressos	Atualizações	Baixas	Pagamentos	Saldo final
	31/12/2009					31/12/2010
Processos judiciais						
Fiscal (a)	1.914	-	242	(21)	-	2.135
Cível (b)	-	13	-	-	-	13
Fundiário (c)	2.605	1	-	(568)	-	2.038
Trabalhista (d)	416	106	-	(339)	-	183
	4.935	120	242	(928)	-	4.369

As provisões constituídas para contingências passivas, no montante de R\$ 48 no passivo circulante e R\$ 5.917 no passivo não circulante estão compostas como segue:

O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos valores efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e no julgamento de nossa administração, sendo que são provisionados os valores relativos aos processos que entendemos ser de perda provável.

Perda Provável: a Companhia, suas Controladas e suas Controladas em conjunto figuram como parte:

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

a) Fiscal: Referem-se às ações tributárias, impugnações de cobranças e autos de infração. Os processos de natureza fiscal são pulverizados, e não existem ações que individualmente sejam relevantes para divulgação, com exceção do processo fiscal referente ao mandado de segurança descrito abaixo e que foi classificado como perda possível.

b) Cível: Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, tais como ação de interdito proibitório e ação de cobrança, sendo que, não existem ações que individualmente sejam relevantes para divulgação.

c) Fundiário: Os processos de natureza fundiária são pulverizados entre as várias controladas da Companhia, e não existem ações que individualmente sejam relevantes para divulgação.

d) Trabalhista: Referem-se a processos movidos por ex-empregados da Companhia mas, principalmente por ex-empregados das empresas subcontratadas pelas controladas da Companhia (responsabilidade subsidiária e/ou solidária), envolvendo cobrança de horas-extras, verbas rescisórias, adicional de periculosidade, insalubridade, reajuste salarial, envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias entre outras. Entre os processos de natureza trabalhista destacamos o processo trabalhista em face da controlada Ijuí e outra (Naturasul). A controlada Ijuí figura como responsável subsidiária da Naturasul nesta ação. O valor estimado da em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 2.404.

Perda Possível: embora tais processos não sejam provisionados pela Companhia e por suas controladas, merecem destaques:

Fiscal:

Mandado de Segurança: Impetrado pela Companhia em face da União Federal versando sobre a exclusão dos valores recebidos a título de Juros sobre Capital próprio da base de Cálculo do PIS e da COFINS. Foi realizado depósito judicial no montante de R\$ 1.499. Sentença julgada improcedente. O valor estimado da causa 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 1.533. Em função da obrigação fiscal, a Companhia registrou este tributo no passivo não circulante.

Cível:

- Ação movida pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Companhia, da Aneel e do IMAP (Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá) do Amapá e do Secretário do Estado do meio ambiente do Estado do Amapá. Trata-se de uma ação de obrigação de fazer e de não fazer para prevenção de danos ambientais. A empresa aguarda a decisão sobre o pedido liminar. O valor estimado da causa em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 988.
- Existem quatro ações de Execução de Título Extrajudicial interposta pela Construtora Triunfo S.A. em face da controlada Foz, sendo elas:

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

- 1ª Ação: aguardando a remarcação da Audiência de Conciliação. O valor estimado da causa em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 638.
- 2ª Ação: publicação da sentença de extinção dos embargos à execução opostos, tendo em vista a extinção da ação de execução. O valor estimado da causa em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 542.
- 3ª Ação: aguardando o prosseguimento da manifestação da Construtora Triunfo que foram remetidos à conclusão. O valor estimado da causa em de 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 848.
- 4ª Ação: Autos foram remetidos à conclusão. Aguardando o prosseguimento do feito. O valor estimado da causa em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 1.158.
- Ação Revisional de Contrato interposta pela Naturasul Construtora em face da controlada Ijuí. Foi protocolada petição requerendo a intimação do perito judicial para que estime seus honorários considerando a excessiva estimativa de honorários apresentada inicialmente. O valor estimado da causa em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 2.674.

Trabalhista:

Refere-se de uma maneira geral a processos envolvendo cobrança de horas-extras, verbas rescisórias, adicional de periculosidade, insalubridade, reajuste salarial, envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras

Arbitral:

Conforme consta do Termo de Arbitragem, a controvérsia decorre da divergência entre as partes no que diz respeito ao cumprimento do Contrato de Empreitada entre a controlada Ijuí e a CONPASUL – Construção e Serviços Ltda., que teve por objeto “a execução, no regime de empreitada total, a preço global e prazo determinado, das obras civis necessárias à plena e satisfatória implantação da UHE São José, localizada no Rio Ijuí, município de Salvador das Missões (margem direita) e Rolador (margem esquerda) no Estado do Rio Grande do Sul. O valor estimado da causa em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 27.381.

Administrativos – Fiscal:

- Trata-se de Termo de Início de Fiscalização de ISS (Responsabilidade Tributária) interposto pela Secretaria Municipal de Finanças do Município de Marabá – PA em face da controlada EATE. Foi interposto novo Recurso Voluntário. O valor estimado da causa em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 2.062.

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

- Trata-se de um Auto de Infração interposto pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins em face da controlada ENTE relativo ao ISS - Prestação de Serviços de Transmissão do 4o. Circuito da LT 500 Kv Tucuruí-Açailândia - período 2005 a 2007. Aguardando apreciação da impugnação apresentada. O valor estimado da causa em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 3.232.
- Trata-se de um Auto de Infração e Notificação Fiscal interposto pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins em face da controlada ENTE relativo ao ISS - Prestação de Serviços de Construção do 4o. Circuito da LT 500 Kv Tucuruí-Açailândia - período 2004. Processo objeto do Mandato de Segurança. Existe uma liminar suspendendo a exigibilidade do crédito. O valor estimado da causa em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 973.

17. Patrimônio Líquido

Capital autorizado

Nos termos do artigo 8º do seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias e/ou ações preferenciais, até o limite de 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações. Compete, igualmente, ao Conselho de Administração fixar as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização.

Dentro do limite de capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle.

Ademais, os acionistas da Companhia possuem direito de preferência para subscrição de novas ações, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cujo prazo para exercício será de 30 (trinta) dias. Este direito de preferência poderá, no entanto, a critério do Conselho de Administração, ser excluído ou ter seu prazo para exercício reduzido, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações, dentro do limite do capital autorizado.”

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

Capital social

O capital social da Companhia no valor total de R\$ 804.001, está representado por 163.910.000 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

Acionistas	Capital integralizado	Participação %
Guarupart Participações Ltda	134.666.992	82,16
FI - FGTS	29.242.996	17,84
Membros do Conselho de Administração	12	-
	<u>163.910.000</u>	<u>100,00</u>

Reserva de Lucros

Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício limitada a 20% do capital social.

Reserva de lucros: Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

Reserva de capital

Durante o primeiro semestre de 2011, a Companhia efetuou a compra de 20.632.329 ações preferências da controlada EATE e que eram de titularidade da Eletrobrás. Esta aquisição foi efetuada pelo montante de R\$4.790, gerando um ganho de capital para a Companhia no montante de R\$86.821. Este ganho de capital foi registrado no patrimônio líquido na rubrica de reserva de capital (vide nota nº 9).

Em 11 de novembro de 2011, a Companhia adquiriu 1.053.429 ações ordinárias da controlada ECTE e que eram de titularidade da MDU Resources Luxemburgo II LLC ("MDU"). Esta aquisição foi efetuada pelo montante de R\$4.872, gerando uma perda de capital para a Companhia no montante de R\$1.875. Esta perda de capital foi registrada no patrimônio líquido na rubrica de reserva de capital (vide nota nº 8).

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

Destinação do resultado

De acordo com o artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão de direito de receber como dividendo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, acrescido ou diminuído dos seguintes valores: a) importância destinada à constituição de reserva legal; b) importância destinada à constituição de reserva para contingência e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

	31/12/2011	31/12/2010
Lucro líquido do exercício antes da participação do não controladores	446.957	448.474
Atribuíveis aos:		
Acionistas não controladores	(246.732)	(247.331)
Lucro líquido do exercício	200.225	201.143
Constituição de reserva legal	(10.011)	(10.057)
Subtotal	190.214	191.086
Dividendo mínimo obrigatório	(47.553)	(47.771)
Reserva de lucros	(142.661)	(143.315)
Saldo de lucros acumulados	-	-

	Ação	31/12/2011	31/12/2010
	Tipo	R\$ p/ ação	R\$ p/ ação
Dividendo mínimo obrigatório	ON	0,29	0,29
Reserva de lucros	ON	0,87	0,87

18. Resultado por Ação

Resultado por Ação

Os dados de lucro por ação são apresentados por tipo e natureza de ação. Tal apresentação está de acordo com a prática no Brasil de negociação e cotação de ações em lotes de ações.

A tabela a seguir apresenta o resultado por ação da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	31/12/2011	31/12/2010
Numerador:		
Lucro líquido do período	200.225	201.143
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias	163.910	163.910
Lucro por ação		
Lucro básico e diluído por ação ordinária	1,222	1,227

Alupar Investimento S.A. **Notas Explicativas**

19. Receita Operacional Líquida Consolidada

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
<u>Receita Bruta</u>		
Receita de transmissão de energia	100.202	85.014
Suprimento de energia	162.459	80.203
Remuneração do ativo de concessão	790.090	728.043
Receita de infra-estrutura	248.301	496.395
	<u>1.301.052</u>	<u>1.389.655</u>
<u>Deduções</u>		
PIS	(8.053)	(6.164)
COFINS	(37.144)	(28.878)
ICMS	(2.140)	(2.062)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(20.670)	(18.355)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(8.542)	(6.860)
	<u>(76.549)</u>	<u>(62.319)</u>
Receita Operacional líquida	<u><u>1.224.503</u></u>	<u><u>1.327.336</u></u>

20. Receitas e Despesas Financeiras

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
<u>Receitas Financeiras</u>		
Receita de aplicações financeiras	49.693	51.399
Outros	8.001	4.098
Total	<u><u>57.694</u></u>	<u><u>55.497</u></u>
<u>Despesas Financeiras</u>		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(125.753)	(115.085)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(5.831)	(5.971)
Encargos sobre debêntures	(118.465)	(42.335)
Variação monetária sobre debêntures	-	-
Variação cambial	(520)	(594)
Outros	(6.748)	(24.740)
Total	<u><u>(257.317)</u></u>	<u><u>(188.725)</u></u>
Total Líquido	<u><u>(199.623)</u></u>	<u><u>(133.228)</u></u>

Notas Explicativas

Alupar Investimento S.A.

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2009, foi sancionada a Lei nº 11.941/09, resultado da conversão em lei da Medida Provisória nº 449/2008, criando o chamado Regime Tributário de Transição ("RTT"), o qual, em síntese, busca neutralizar os impactos da adoção dos novos critérios contábeis instituídos pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da própria Lei 11.941/09. A Companhia e suas controladas optaram por adotar o RTT.

Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável para todas as empresas controladas diretamente e indiretamente pela Companhia sob o regime de apuração com base no Lucro Real Anual, exceto as controladas, ERTE, Lumitrans, Transirapé, Transleste, Transudeste, ETES, Queluz e Lavrinhas que estão sob o regime de tributação pelo Lucro Presumido. A alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social no resultado consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi de 8%.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Controladora			
	31/12/2011		31/12/2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Demonstração do cálculo dos tributos:				
Resultado antes dos tributos	200.225	200.225	201.143	201.143
Equivalência patrimonial	(262.675)	(262.675)	(211.413)	(211.413)
Lucro ajustado	(62.450)	(62.450)	(10.270)	(10.270)
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
	(15.613)	(5.621)	(2.568)	(924)
Prejuízo fiscal sem crédito tributário	15.613	5.621	2.568	924
Total da despesa com tributos	-	-	-	-
Alíquota efetiva	0%	0%	0%	0%

	Consolidado			
	31/12/2011		31/12/2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(31.632)	(34.955)	(27.495)	(34.262)
Diferidos	(12.975)	(6.505)	(20.075)	(7.227)
Total	(44.607)	(41.460)	(47.570)	(41.489)
b) Alíquota efetiva:				
Resultado antes dos tributos	533.024	533.024	537.532	537.532
Total da despesa com tributos	(44.607)	(41.460)	(47.570)	(41.489)
Alíquota efetiva	8%	8%	9%	8%

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

Redução do imposto de renda

Algumas de nossas controladas e controladas em conjunto são titulares de benefícios fiscais federais que garantem a redução de imposto de renda na região da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Com fundamento na Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, do Governo Federal, as empresas ETEP, EATE, ERTE, ENTE, e STN são titulares de benefícios fiscais federais que garantem redução de 75% do imposto de renda, inclusive adicional, sobre o lucro da exploração de empreendimentos instalados na região da SUDAM e da SUDENE, pelo prazo de 10 anos. A fruição do benefício fiscal dá-se a partir do ano-calendário subsequente à entrada em operação do projeto, segundo laudo expedido pela SUDAM e SUDENE. Até o presente momento a ETES não está usufruindo do benefício da redução do imposto de renda por estar no aguardo à homologação do processo pela Receita Federal e, diversamente das demais transmissoras da Alupar, a ERTE não está usufruindo da redução de imposto de renda por ter optado pelo lucro presumido.

Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo foi liquidado.

22. Partes Relacionadas

Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Guarupart Participações Ltda.. A Companhia é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objeto exercer o controle de 17 empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil e 1 no Peru. A Alupar também detém os direitos de concessão de três UHEs e a autorização de duas PCHs, os detalhes destas controladas estão descritas na nota nº 1.

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

Todas as transações podem ser assim demonstradas:

Parte relacionada / transação	Controladora		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
<u>Ativo circulante</u>	24.332	82.724	108.187
<u>Dividendos a receber</u>	17.711	63.662	89.671
Transminas Holding S.A.	3.480	2.363	1.855
Sistema de Transmissão Nordeste S/A-STN	-	7.902	4.395
Empresa Amazonense de Transmissão S/A-EATE	-	18.481	38.213
Empresa Norte de Transmissão S/A-ENTE	-	15.009	19.840
Empresa Regional de Transmissão S/A-ERTE	11.109	7.186	9.036
Empresa Paraense de Transmissão S/A-ETEP	-	4.307	5.359
Sistema de Transmissão Catarinense S/A-STC	1.036	1.256	676
Empresa Catarinense de Transmissão S/A-ECTE	-	5.052	9.560
Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica	889	890	737
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S/A	1.197	1.216	-
<u>Juros sobre capital próprio</u>	6.621	19.062	18.516
Empresa Amazonense de Transmissão S/A-EATE	-	6.938	6.938
Sistema de Transmissão Nordeste S/A-STN	630	-	5.671
Empresa Norte de Transmissão S/A-ENTE	4.732	6.998	2.975
Empresa Paraense de Transmissão S/A-ETEP	-	2.292	1.731
Empresa Catarinense de Transmissão S/A-ECTE	-	2.206	1.201
Sistema de Transmissão Catarinense S/A-STC	1.259	628	-
<u>Ativo não-circulante</u>	278.499	284.222	20.586
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>			
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S/A	-	6.086	2.086
Empresa Regional de Transmissão S/A-ERTE	-	1.350	-
Sistema de Transmissão Catarinense S/A-STC	-	7.000	7.000
Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica	-	3.500	3.500
Empresa de Transmissão de Várzea Grande S/A-ETVG	-	-	-
Foz do Rio Claro Energia S/A	49.420	66.380	-
Ijuí Energia S.A.	146.176	163.316	-
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	28.436	8.886	-
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	46.783	14.384	8.000
Ferreira Gomes Energia S.A	-	13.320	-
Alupar Inversiones Peru	1.219	-	-
AF Energia	39	-	-
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	6.426	-	-

Alupar Investimento S.A. Notas Explicativas Garantias

As transações de garantias entre as empresas do grupo estão relacionadas abaixo:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2011
01/12/09	Reunião de Sócios	Alupar	Guarupart	Financiamento - FINEP	Fiança	72.841	17/12/09	15/05/18	59.843
23/12/09	Conselho de Administração	EBTE	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	165.150	28/12/09	15/11/24	147.613
16/03/09	Conselho de Administração	ETES	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	27.714	04/05/09	15/09/23	27.201
22/12/09	Conselho de Administração	ETES	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	17.338	29/12/09	15/10/19	11.984
11/02/08	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	201.630	09/04/08	15/03/27	229.990
11/02/08	Conselho de Administração	Ijuí	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	168.200	09/04/08	15.09.2027	202.345
01/02/08	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	111.185	11/03/09	15/08/24	139.428
01/02/08	Conselho de Administração	Quefuz	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	114.647	11/03/09	15/06/24	146.237
04/12/07	Conselho de Administração	STC	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	124.471	28/12/07	15/04/22	40.791
15/12/08	Assembleia Geral	STN	Alupar	Financiamento - BNB	Ratificação do Penhor de ações, haja vista que estas passaram a ser de propriedade da Alupar a partir de 26.09.2007	299.995	25/06/04	25/06/24	228.511
19/03/10	Diretoria	STN	Alupar	Contrato de abertura de crédito fixo	Crédito para aquisição de reatores, com utilização de recursos do FINAME	4.992	19/03/10	15/03/20	5.031
11/05/11	Conselho de Administração	TME	Alupar	Cédula de Crédito Comercial-Banco do Brasil	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	50.000	02/06/11	27/11/11	23.121
13/07/10	Diretoria	Transirapé	Alupar	Cédula de Crédito Bancário	Prestação de aval para compra de ativos através de recursos do FINAME	1.187	30/06/10	15/07/20	CCB celebrada em 30/06/10, mas aval da ALUPAR foi previsto através de aditivo contratual datado de 13/07/2010, haja vista a impossibilidade de oferecimento dos ativos como garantia.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020057000 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	973	09/03/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020056900 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	715	15/02/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020057200 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	457	15/02/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411030052800 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	543	09/03/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
13/06/11	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Contrato de Fomento, Supervisão de Montagem e Supervisão de Comissionamento com a Voith	Prestação de Garantias (Fiança)	152.910	05/05/11	01/04/13	-
13/06/11	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Contrato de Abertura De Linha de Crédito Para Celebração de Operações de Mútuo - Banco Sumitomo	Prestação de Garantias (Aval)	29.400	15/07/11	31/07/12	29.670
12/09/11	Conselho de Administração	ETEM	Alupar	Cédula de Crédito Bancário - Banco Itaú	Prestação de Garantias (Aval)	45.400	26/08/11	27/01/12	45.915
12/09/11	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Cédula de Crédito Bancário nº 270662011	Prestação de Garantias (Aval)	20.000	04/10/11	02/04/12	-
12/09/11	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Cédula de Crédito Bancário nº 270734811	Prestação de Garantias (Aval)	20.000	31/10/11	29/03/11	40.102
12/09/11	Conselho de Administração	ETEM	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	46.800	21/12/11	15/04/26	-
25/11/11	Conselho de Administração	TME	Alupar	Cédula de Crédito Bancário nº 420.500.920	Prestação de aval e de penhor de ações	35.000	25/11/11	21/05/12	16.393
25/11/11	Conselho de Administração	ETVG	Alupar	Nota de Crédito nº 40/00039-7	Prestação de aval e de penhor de ações	17.835	23/12/11	01/12/26	1.779
25/11/11	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Debêntures	Fiança	150.000	28/11/11	28/05/13	151.028

Alupar Investimento S.A.
Notas Explicativas**Remuneração da alta administração**

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas devem divulgar a remuneração de sua alta administração.

De acordo com o nosso Estatuto Social, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, assim como dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, em decorrência do exercício de suas funções. Cabendo ao Conselho de Administração a definição da distribuição da remuneração aos seus membros e aos membros da Diretoria.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas. A política de remuneração da Companhia manteve-se consistente nos últimos três exercícios sociais.

Na Assembleia Geral realizada em 29 de abril de 2011, os acionistas da Companhia aprovaram o valor de até R\$6.300 para remuneração global dos membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria para o exercício de 2011/2012.

23. Instrumentos Financeiros**23.1 Considerações Gerais**

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia e suas controladas limitam os seus riscos de crédito através da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade na rubrica dos seguintes instrumentos financeiros:

- a) Aplicações financeiras;
- b) Títulos e valores mobiliários;
- c) Contas a receber de clientes;
- d) Ativo financeiro da concessão;
- e) Cauções e depósitos judiciais;
- f) Fornecedores;
- g) Empréstimos e financiamentos - incluem encargos de dívida; e
- h) Debêntures.

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

23.2 Valor Justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos ajustados às taxas correntes de mercado estão demonstrados a seguir:

	Consolidado					
	31/12/2011		31/12/2010		31/12/2009	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo						
Aplicações Financeiras	166.244	166.244	219.042	219.042	248.090	248.090
Títulos e valores mobiliários	265.729	265.729	325.033	325.033	398.474	398.474
Contas a receber de clientes	119.865	119.865	88.738	88.738	78.713	78.713
Ativo financeiro da concessão	3.905.997	3.905.997	3.600.062	3.600.062	3.247.080	3.247.080
Cauções e depósitos judiciais	7.164	7.164	8.601	8.601	12.940	12.940
	<u>4.464.999</u>	<u>4.464.999</u>	<u>4.241.476</u>	<u>4.241.476</u>	<u>3.985.297</u>	<u>3.985.297</u>
Passivo						
Fornecedores	57.606	57.606	51.778	51.778	23.132	23.132
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	1.759.143	1.759.143	2.040.984	2.040.984	1.913.949	1.913.949
Debêntures	1.075.781	1.075.781	470.470	470.470	323.041	323.041
	<u>2.892.530</u>	<u>2.892.530</u>	<u>2.563.232</u>	<u>2.563.232</u>	<u>2.260.122</u>	<u>2.260.122</u>

Mensuração do valor justo, a Companhia e suas controladas classificam e divulgam os instrumentos financeiros da seguinte forma:

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II– outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III– técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Técnicas de Nível II são utilizadas na mensuração de todos os investimentos de curto prazo e empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia e de suas controladas.

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

23.3 Instrumentos Financeiros por Categoria (saldos contábeis)

Consolidado			
31/12/2011			
	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativo			
Aplicações Financeiras	166.244	-	166.244
Títulos e valores mobiliários	265.729	-	265.729
Contas a receber de clientes	-	119.865	119.865
Ativo financeiro da concessão	-	3.905.997	3.905.997
Cauções e depósitos judiciais	-	7.164	7.164
	<u>431.973</u>	<u>4.033.026</u>	<u>4.464.999</u>
Passivo			
Fornecedores	-	57.606	57.606
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	-	1.759.143	1.759.143
Debêntures - incluem encargos	-	1.075.781	1.075.781
	<u>-</u>	<u>2.892.530</u>	<u>2.892.530</u>

Consolidado			
31/12/2010			
	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativo			
Aplicações Financeiras	219.042	-	219.042
Títulos e valores mobiliários	325.033	-	325.033
Contas a receber de clientes	-	88.738	88.738
Ativo financeiro da concessão	-	3.600.062	3.600.062
Cauções e depósitos judiciais	-	8.601	8.601
	<u>544.075</u>	<u>3.697.401</u>	<u>4.241.476</u>
Passivo			
Fornecedores	-	51.778	51.778
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	-	2.040.984	2.040.984
Debêntures - incluem encargos	-	470.470	470.470
	<u>-</u>	<u>2.563.232</u>	<u>2.563.232</u>

23.4 Informações sobre Liquidez

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. Todos os contratos de derivativos são com operações de Contratos a Termo de Moeda sem Liquidação Física (NDF), todas registradas na CETIP. A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da companhia.

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu um Comitê de Finanças, Auditoria e Partes Relacionadas, que é responsável pelo desenvolvimento e monitoramento das políticas de administração de risco e tem feito isto por meio da identificação das exposições e correlações entre os diferentes fatores de risco.

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

As políticas de administração de risco da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto.

23.5 Informações qualitativas e quantitativas sobre Instrumentos Financeiros

Análise de sensibilidade dos investimentos de curto prazo - consolidados

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos investimentos de curto prazo ao qual a Companhia e as controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2011, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 30 de dezembro de 2011, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2011 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Consolidado	31/12/2011					
Aplicações Financeiras	166.244					
	Indexador	Cenário I (-50 %)	Cenário II (-25 %)	Cenário Provável	Cenário III (+25 %)	Cenário IV (+50 %)
	CDI	5	8	10,50	13	16
Operação	Indexador	Cenário I (-50 %)	Cenário II (-25 %)	Cenário Provável	Cenário III (+25 %)	Cenário IV (+50 %)
Aplicações Financeiras	CDI	8.728	13.092	17.456	21.820	26.183

Análise de sensibilidade das dívidas - consolidada

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas as quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2011, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 30 de dezembro de 2011, foi extraída a projeção dos indexadores CDI / IGP-DI / IGP-M / DOLAR e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2011, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

			Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
	Taxa de Juros a.a.	Posição em 31.12.2011 (*)	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Alupar - consolidado							
CDI							
	CDI +	1,30%	539.563	5,25%	7,88%	10,50%	15,75%
	CDI +	1,45%	80.000	5,421	50,057	64,405	93,100
	CDI +	1,50%	40.000	2,731	3,797	9,682	13,943
	CDI +	1,85%	150.000	10,796	14,806	18,816	26,837
	CDI +	1,90%	172.662	12,518	17,136	21,755	30,992
	CDI +	2,55%	59.800	4,744	6,354	7,964	11,184
	CDI +	2,60%	16.100	1,286	1,719	2,153	3,020
	CDI +	0,00%	294.802	15,477	23,216	30,954	46,431
MOEDA ESTRANGEIRA - US\$							
	Var. do US\$ +	4,00%	2.592	0,85	1,28	1,70	2,55
	Var. do US\$ +	4,50%	4.996	(1,264)	(548)	168	885
	Var. do US\$ +	5,00%	4.921	(2,447)	(1,060)	326	1,713
	Var. do US\$ +	5,50%	2.794	(2,422)	(1,050)	323	1,695
	Var. do US\$ +	5,50%	2.794	(1,382)	(399)	184	967
IGP-M							
	IGP-M +	9,85%	6.344	2,74%	4,11%	5,48%	6,85%
	IGP-M +	9,85%	6.344	816	911	1,007	1,102
TJLP							
	TJLP +	2,22%	267.725	3,00%	4,50%	6,00%	7,50%
	TJLP +	2,37%	27.031	14,154	18,259	22,364	26,469
	TJLP +	2,41%	92.102	1,471	1,886	2,301	2,716
	TJLP +	2,44%	190.665	5,049	6,464	7,879	9,294
	TJLP +	2,56%	147.075	10,512	13,442	16,371	19,301
	TJLP +	2,56%	147.075	8,290	10,553	12,816	15,078
	TJLP +	3,17%	165.402	10,363	12,922	15,482	18,042
	TJLP +	3,90%	1.699	119	146	172	199
	TJLP +	4,00%	11.985	853	1,040	1,227	1,414
	TJLP +	4,50%	16.170	1,235	1,488	1,742	1,995
	TJLP +	4,55%	39.811	3,060	3,684	4,309	4,933
	TJLP +	5,50%	17.089	1,481	1,751	2,022	2,292
JUROS FIXO							
	Juros Fixo		382.912	17,061	25,592	34,123	42,653
	Juros Fixo		382.912	17,061	25,592	34,123	42,653
Total			2.734.240	155,631	219,519	283,407	347,294
							411,182

(*) refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos.

23.6 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas

Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Companhia e de suas controladas podem ser assim descritos:

23.6.1 Riscos de mercado

As controladas Foz do Rio Claro, Ijuí, Lavrinhas e Queluz possuem risco associado à escassez de água destinada à geração de energia. O Sistema Interligado Nacional (SIN) é atendido por 85% de geração hidráulica. Para atenuar estes riscos, foi criado o MRE que é um mecanismo financeiro de compartilhamento entre as regiões do SIN dos riscos hidrológicos das usinas despachadas centralizadamente pelo ONS. É importante ressaltar que o risco é sistêmico, ou seja, haverá efetivo risco às empresas que possuem usinas hidroelétricas quando o sistema como um todo estiver em condição hidrológica desfavorável e não apenas a região onde estas usinas estão localizadas, o que se configura num estado de racionamento nacional declarado pelo poder público.

Alupar Investimento S.A.
Notas Explicativas**23.6.2 Risco de taxas de câmbio**

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto não utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos e contratos de compras vinculados à moedas estrangeiras.

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, não têm efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

23.6.3 Risco de regulação

As atividades das controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

23.6.4 Risco financeiros

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha e sem estabelecimentos de limites de concentração.

23.6.5 Risco de aceleração de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. (vide nota nº 12)

23.6.6 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, podem ser controladas por operações de swap para travar o custo financeiro das operações.

23.6.7 Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

suas controladas e controladas em conjunto monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamento. Em determinadas circunstâncias podem ser contratadas operações de swap para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

24. Informações por Segmento

Os segmentos operacionais da Alupar consistem na atividade de transmissão e geração de energia.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais estão apresentados de forma consolidada na tabela abaixo:

Demonstração do resultado segregado por atividade 31/12/2011					
	Transmissão	Geração	Holding	Eliminação	Total
Receita operacional líquida	1.208.163	158.778	-	(142.438)	1.224.503
Custo dos serviços prestados	(65.734)	(4.308)	-	4.921	(65.121)
Compra de Energia	-	(46.371)	-	-	(46.371)
Custo de construção	(321.493)	(10.858)	-	83.567	(248.784)
Depreciação / Amortização	(1.975)	(27.471)	-	60	(29.386)
	(389.202)	(89.008)	-	88.548	(389.662)
Lucro bruto	818.961	69.770	-	(53.890)	834.841
(Despesas) receitas operacionais					
Administrativas e gerais	(14.723)	(17.540)	(13.657)	827	(45.093)
Pessoal	(12.480)	(6.950)	(9.776)	556	(28.650)
Honorários da diretoria e conselho de administração	(5.502)	(943)	(6.380)	419	(12.406)
Encargos do Uso da Rede Elétrica (CUST)	-	(5.957)	-	-	(5.957)
Compensação Financ. pela Utiliz. de Recursos Hídricos	-	(3.101)	-	-	(3.101)
Utilização do Bem Público - UBP	-	(453)	-	-	(453)
Taxa de fiscalização - TFSEE	(4.314)	(47)	-	247	(4.114)
Despesas financeiras	(161.734)	(44.199)	(64.542)	13.157	(257.318)
Encargos e variações monetárias sobre empr. e financ.	(155.815)	(42.343)	(63.282)	12.955	(248.485)
Variações Cambiais	(2.070)	-	9	(15)	(2.076)
Outras	(3.849)	(1.856)	(1.269)	217	(6.757)
Receitas financeiras	25.142	2.700	34.311	(4.459)	57.694
Receitas de aplicações financeiras	16.514	1.420	33.220	(1.462)	49.692
Outras	8.628	1.280	1.091	(2.997)	8.002
Resultado de Equivalência Patrimonial	21.521	-	277.669	(299.190)	-
Outras receitas	21	30	213	-	264
Outras despesas	-	-	(2.683)	-	(2.683)
	(152.069)	(76.460)	215.155	(288.443)	(301.817)
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	666.892	(6.690)	215.155	(342.333)	533.024
Imposto de renda	(36.401)	(1.428)	-	6.197	(31.632)
Contribuição social	(36.445)	(764)	-	2.254	(34.955)
Imposto de renda diferido	(13.483)	-	-	508	(12.975)
Contribuição social diferidos	(6.659)	-	-	154	(6.505)
	(92.988)	(2.192)	-	9.113	(86.067)
Lucro antes da participação de não controladores	573.904	(8.882)	215.155	(333.220)	446.957
Participação de não controladores	-	-	-	(246.732)	(246.732)
Lucro Líquido do Exercício	573.904	(8.882)	215.155	(579.952)	200.225

Alupar Investimento S.A.
Notas Explicativas**25. Benefícios a empregados**

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vales refeições e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

26. Compromissos**Acordo de acionistas**

Conforme Acordo de Acionistas, datado de 23 de julho de 2001, a EATE se comprometia a recomprar a totalidade das 88.000.000 ações preferenciais, respectivamente, de seu acionista Eletrobrás no prazo máximo de 10 anos após o 24º mês do início da operação comercial da linha de transmissão.

Através dos Instrumentos Particulares de Cessão de Direitos e Obrigações entre a EATE, e Guarupart, incorporadora e sucessora da Companhia Técnica de Engenharia Elétrica, datados de 10 de abril de 2002 e 5 de dezembro de 2001, respectivamente, passou a obrigação de recompra das referidas ações para os acionistas.

A partir de 26 de setembro de 2007, o compromisso de recompra das ações da Eletrobrás, passou a ser da Companhia, uma vez que a Guarupart transferiu suas participações acionárias na EATE para a Companhia, mediante aumento de capital conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Durante o primeiro semestre de 2011, a Companhia concluiu a recompra das ações da EATE (vide nota nº 8).

Contrato de compra e venda de ações com condição suspensiva

A Companhia e a Guarupart firmaram, em 28 de dezembro de 2007, um contrato de compra e venda de ações com condições suspensivas que se baseia nos seguintes aspectos:

- A Guarupart Participações Ltda. (vendedora) é detentora de 6.324.000 ações ordinárias integralizadas, representando 51,0% do capital social da Transchile Charrua Transmisión S.A., sociedade válida e existente de acordo com as leis da República do Chile;
- A vendedora ainda fará novos aportes na Transchile até que a linha de transmissão entre em operação e, por sua vez, integralizará novas ações, que englobarão e farão parte do referido contrato de compra e venda;
- A vendedora deseja vender as ações para a Alupar (compradora), tão logo a Transchile entre em operação comercial, de acordo com os termos e condições estabelecidas no contrato;

Alupar Investimento S.A.

Notas Explicativas

- A transferência de ações está condicionada à aprovação do agente regulador da Transchile, qual seja, a Superintendência de Eletricidad y Combustibles (SEC) bem como de qualquer outro órgão com a competência na matéria e dos agentes financiadores do empreendimento; e
- O preço de compra das ações detidas pela vendedora, a ser pago pela Alupar, será o correspondente ao total do valor em Reais aportado como capital, corrigido pelo IGP-M/FGV pro rata die, desde a data de cada aporte, até a data do efetivo pagamento.

Contrato de Compra e Venda de Ações de emissão da ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Em 10 de novembro de 2009, a Alupar Investimento S.A (compradora), a MDU Sul Transmissão de Energia Ltda. (vendedora) e a CENTENNIAL ENERGY HOLDINGS INC (garantidora), firmaram um contrato de compra e venda de ações, cujo objeto é a aquisição pela Alupar de 4.213.710 (quatro milhões, duzentas e treze mil, setecentas e dez) ações ordinárias da ECTE ("Ações"), em quatro porções distintas, sendo: a primeira de 1.053.429 (um milhão, cinquenta e três mil, quatrocentas e vinte e nove) ações ordinárias e nominativas de emissão da ECTE ("Lote(s) de Ações") e as demais de 1.053.427 (um milhão, cinquenta e três mil, quatrocentas e vinte e sete) ações ordinárias. Os Lotes de Ações deverão ser transferidos pela Vendedora para a Compradora mediante o pagamento do Preço de Compra, que deverá ocorrer em quatro parcelas anuais, sendo a primeira parcela devida somente após 12 meses da Data de Fechamento e as três seguintes em parcelas a serem pagas sucessivamente a cada 12 meses, juntamente com a transferência do respectivo Lote de Ações, tudo conforme definido no Contrato;

Referido contrato foi aprovado pelo BNDES em 29 de junho de 2010, Bancos Financiadores em 02 de junho de 2010 e pela ANEEL em 25 de maio de 2010.

27. Seguros

A companhia e suas controladas e controladas em conjunto mantêm cobertura de seguros contra incêndio sobre bens do ativo imobilizado, em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre os seus ativos e/ou responsabilidades. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2011 estão assim distribuídos:

Risco	Importância segurada	Prêmio
Compreensivo empresarial (incêndios, inundações, queda de raio, explosão, etc.)	788.195	1.576
Responsabilidade civil	33.500	218
Responsabilidade civil - administradores	12.000	30
Total	<u>833.695</u>	<u>1.824</u>

Alupar Investimento S.A.
Notas Explicativas**28. Eventos Subsequentes**

Debêntures - 4ª Emissão - Em 03 de fevereiro de 2012 foi efetuada a emissão da Quarta Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações com as seguintes condições:

- Quantidade de debêntures: 15.000 (quinze mil) debêntures;
- Valor Unitário: R\$ 10 (dez mil reais) cada;
- Valor Total da emissão: R\$ 150.000 (cento e cinquenta milhões de reais);
- Prazo de Vencimento: 6 (seis) anos, a partir da data de emissão.

Estas debêntures têm as seguintes características:

- a) taxa de juros a ser definida em processo de bookbuilding, sendo remuneração teto de CDI + 1,45% ao ano.;
- b) amortização semestrais, iguais e sucessivas a partir do 5º ano;
- c) O pagamento da remuneração será realizado semestralmente a partir da data de emissão, em datas definidas na Escritura da 4ª Emissão.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Alupar Investimento S.A.
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Alupar Investimento S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alupar Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Alupar Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Alupar Investimento S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações

financeiras tomadas em conjunto.

Reapresentação das demonstrações contábeis

Em 29 de março de 2011, emitimos originalmente nosso relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Conforme descrito na Nota 2, subsequentemente, a Companhia identificou a necessidade de reclassificar determinados itens sendo eles (i) títulos e valores mobiliários representados pelos recursos a serem aplicados em construção de empreendimentos, sujeitos à liberação de recursos; (ii) contas garantias de obrigação de manter as aplicações financeiras para os empréstimos BNDES; (iii) IR e CS diferidos do circulante para o não circulante, de modo que as demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009 estão sendo reapresentadas para refletir o efeito das referidas reclassificações, com as quais concordamos. A referida alteração não requer modificação em nosso relatório de auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 emitido anteriormente.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passeti Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC-1SP144343/O-3 Contador CRC-1SC020036/O-8-S-SP

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

São Paulo, 16 de fevereiro de 2012.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Alupar Investimento S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 08.364.948/0001-38 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31.12.2011.

José Luiz de Godoy Pereira
Diretor Vice- Presidente e Adm. Financeiro

Paulo Roberto de Godoy Pereira
Diretor Presidente

Enio Luigi Nucci
Diretor Técnico e Comercial

Marcelo Patrício Fernandes Costa
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

São Paulo, 16 de fevereiro de 2012.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Alupar Investimento S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 08.364.948/0001-38 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes para o exercício social encerrado em 31.12.2011.

José Luiz de Godoy Pereira
Diretor Vice- Presidente e Adm. Financeiro

Paulo Roberto de Godoy Pereira
Diretor Presidente

Enio Luigi Nucci
Diretor Técnico e Comercial

Marcelo Patrício Fernandes Costa
Diretor de Relações com Investidores